

Boa Vista, Marília, Cz\$ 19,50

cadernos do terceiro mundo

Organização
dos consumidores
uma nova força

Pub. Mensal • Nº 96 • Dezembro 1986 • Cz\$ 15,00 • Ano IX



A ÁFRICA AUSTRAL DEPOIS DE MACHEL

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Av. Pedroso
de Moraes, 433 —
10º andar
C.P. nº 2635
São Paulo — SP
Tel.: 815-0688
Telex (011) 21405

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº/Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola

Mugabe, o novo alvo de Pretória

A morte do presidente moçambicano Samora Machel aumentou a tensão na África Austral, ao demonstrar que o regime de Pretória, além das agressões armadas contra países vizinhos, está agora disposto a partir para a eliminação pura e simples de líderes políticos de nações da Linha de Frente e da SADCC. O acidente que



Robert Mugabe

matou Machel ainda não foi esclarecido e permanecem no ar as suspeitas de envolvimento sul-africano. Essas suspeitas ficaram fortalecidas na segunda semana de novembro, com o assassinato, no Lesoto, de cinco políticos anti-racistas, entre eles dois ex-ministros do deposto primeiro-ministro Leabua Jonathan. Todos eram considerados adversários do regime do *apartheid* e foram encontrados mortos depois de sequestrados por desconhecidos que falavam *afrikaaner*, a língua dos racistas sul-africanos. Além disso, passaram a circular rumores nas capitais da África Austral de que o primeiro-ministro Robert Mugabe poderia ser o próximo alvo do serviço secreto do *apartheid*. O chefe do governo do Zimbábue foi quem denunciou mais duramente o envolvimento sul-africano no

desaparecimento de Machel. E ele tem dito que se a África do Sul quer a guerra contra seus vizinhos, a resposta do Zimbábue será à altura, empenhando todas as suas forças militares num confronto. Há informações de que aproximadamente cinco mil homens armados estão sendo infiltrados pela África do Sul ao

longo da fronteira com o Zimbábue, para desestabilizar o governo Mugabe. Mesmo pressionado externamente e submetido a fortes tensões internas devido ao crescimento dos movimentos anti-racistas e à fuga dos capitais estrangeiros, o governo do *apartheid*, notadamente a sua ala militar, parece disposto a intensificar o confronto com países vizinhos. Pretória quer apresentar essa radicalização como irreversível aos olhos de Washington e Londres, que seriam assim levados a ter que escolher o lado racista para evitar o que Reagan e Thatcher consideram uma ameaça comunista, e que na verdade é o fim do regime de segregação racial na África do Sul. São esses temas que estão em destaque nas matérias que compõem a nossa reportagem de capa deste número.

cadernos do
**terceiro
mundo**

**third
world**

cuadernos del
**tercer
mundo**

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio
Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho
Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Juan Somavía, Henry Peace García, Aquino de Bragança, Wilfred Burchett (1911-1983)
Redação Permanente: Artur Poerner, Claudia Neiva, José Carlos Gondim, Raul Gonçalves (Brasil), Roberto Bordini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REDAÇÃO CENTRAL - Rio de Janeiro
Departamento de Arte: Sonia Freitas (editora), Miguel Efe, Vanda Freitas, Pedro Toste, Reginaldo Caxias, Nadja Durand. **Centro de Documentação:** Helena Falcão (diretora), Elizabete Mesquita, Marco Antônio C. Santos, Eunice Senna, Leila Maria C. Pinto, Jozira Santos Lima, Isabel Falcão. **Composição:** João de Abreu, Luiz Correia, Carlos Rogério H. Silva. **Revisão:** Cléa Márcia Soares, Sandra Castello Branco. **Departamento Comercial:** Maria Neiva.

EDIÇÕES REGIONAIS

• Edições em Português

Brasil

Diretor: Neiva Moreira
Sucursais: Paulo Cannabrava Filho - São Paulo; Clovis Sena - Brasília. **Circulação, Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes, Inácio dos Santos e Macário Costa.
Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro, RJ - Telef: 242-5157 - 222-1370 - Telex: 21-33054 CTMB-BR
Fotótipo e Impressão: Ebano Gráfica e Editora Ltda. - Rua Gal. Bruce, 799. Tel.: 580-7171.

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal

Editor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro, 10/1º - Lisboa - 1200 - Tel.: 32-06-50, Telex: 42720 CTM-TE-P

• Edições em Espanhol

Rio da Prata-Cone Sul

Diretores: Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio
Administração: Hugo Cardoso; **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U.S.A.: Avda. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel: 90-87-13-Montevideo, Uruguai. **Impressão:** Rosgal S/A, Gral. Urquiza 3090, Montevideo; **Distribuição no Uruguai:** Berriel e Martínez, Paraná 750 Esq. Ciudadela, Montevideo/Tel.: 90-51-55; **Distribuição na Argentina:** Kioskos, J. Di Pietro e Cia. Bólvivia 529. Tel: 611-2801, Buenos Aires; **Livrarias:** Hugo Emilio Palacios - Los Patos 2420. Tel: 942-5788 Cod. 1284 - Capital Federal.

México, Caribe e América Central

Editor: Rubén Aguilar
Assinaturas: Berta Arrufe; **Distribuição:** Gustavo Leyva; **Correspondência:** Apartado Postal 20572, 01000, México, D.F. **Impressão:** Litográfica Cultural - Isabel la Católica, 922 México, D.F. **Editorial Periodistas del Tercer Mundo.** California 98A - Colonia Parque San Andrés, Coyacán. Telef: 689-17-40 - 04040 México, D.F.

• Edição em Inglês (bimestral)

Editor: Carlos Castilho
Editor Adjunto: Roberto Raposo
Correspondência: Rua da Glória, 122 105/106 - CEP 20241 - Rio de Janeiro, RJ.

Correspondentes: Horacio Verbistky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/Cesar Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique).

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Naim, Angel Ruocco, Alberto B. Marantoni, Alice Nicolau, Ana María Urbina, Antônio Silva, A. Prado, Ash Nairin Roy, A. W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig, Edouard Bailly, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gregorio Selser, Grívia Kuncar, Govin Reddy, Hebert de Souza, Hugo Neves, José Bottaro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Montserrat Filho, Ladislau Dowbor, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mario de Cautin, Mauricio Ubal, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Otoniel Martínez, Pablo Marfíez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Ravindran Casinader, Ricardo Soça, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Rumrill, Theotonio dos Santos, Víctor Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP(Angola), AIM(Moçambique), INA(Iraque), IPS(Inter Press Service), ALASEI(México), SALPRESS(El Salvador), SHIHATA(Tanzânia), WAF(A Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas *Africa News*(Estados Unidos), *Nueva*(Equador), *Novembro*(Angola), *Tempo*(Moçambique), *Altercom* (Ilet-México-Chile) e *Third World Network*(Malásia). **Revista Mensal nº 96 - Dezembro 1986 - Preço de capa:** Cz\$ 15,00

Circulação em 70 países Números atrasados: ao preço do último exemplar

Capa: Abaeté Propaganda

Ilustração da capa: C. Kirovsky

**HOMENAGEM
A MACHEL**

Do mesmo pó são feitos os homens
da mesma cor os sangues
circulam em suas veias
de que matéria se formam os heróis?

lutas
armas e corações ao alto
o sangue de Mondlane feito soro
o coro dos deuses tribais
a vida, o caminho escolhido
pela liberdade
a força incutida por todos os tambores percutidos
o amor ao irmão
um homem e sua doutrina: ser livre
uma terra e sua sina: ser pátria

Samora Machel
herói
depois de filho, irmão, pai de uma nação

um vôo pela união
a negritude contra a opressão
não, não podia ser de outro modo?
pode a morte abater um Tupolev
e espalhar a dor pelo chão?

lágrimas
um poema é apenas uma gota
rio um povo chora ante a escuridão
luto
que seara irrigará o nosso pranto?
a que produzirá a libertação?
sim, conhecemos teu exemplo
a luta te fez herói, não ouves os nossos ais?
mas ficaremos nisso?
não, podes estar certo
enquanto a vitória não for total
não estarás só.

Alvanisio Damasceno
Rio de Janeiro - Brasil



DISTRIBUIÇÃO DE CADERNOS

Sou leitor dos **cadernos**, embora não tenha conseguido certos números. Isto dá-se porque a quantidade que a minha província recebe é muito reduzida, embora a distância entre N'Dalatando e Luanda também conte: são 252km, uma via que é ao mesmo tempo percorrida com grande precaução devido à situação político-militar que nos é imposta pelos imperialistas.

Daniel Seregui Stévie,
N'Dalatando, R.P. Angola.

(...) que me resta agora é saber, como leitor dos vossos **cadernos**, como é que posso encontrá-los, se possível mensalmente, pois é difícil encontrá-los nas livrarias deste país.

Fabião Sebastião Balata, Escola Pré-universitária de Chokwé, R.P. Moçambique.

CONFEDERAÇÃO LATINO-AMERICANA DE HORTICULTURA

Com o objetivo de preservar as línguas portuguesa e espanhola como científicas e lutar pelo desenvolvimento harmónico do setor sem interferências do Hemisfério Norte, através do apoio à geração de tecnologias voltadas para as reais necessidades do continente, foi criada a Confederação Latino-Americana de Horticultura - Colhor.

Como principais realizações deste movimento podem ser citadas a realização de duas reuniões Latino-Americana de Horticultura (Jaboticabal 1984 e La Plata agora em 1986) e a criação de Sociedades de Horticultura no Chile, Guatemala e Uruguai.

A partir do próximo ano deverá começar a circular o periódico técnico-científico da Colhor, que se chamará **Horticultura Latino-Americana**.

Juarez Müller - Santa Catarina - Brasil

CARTA PARA A PAZ

Os Estados Unidos e seus aliados da OTAN devem refletir sobre os perigos e as dimensões que poderá trazer uma guerra nuclear. Esta guerra poderá vir a deflagrar se não for posto fim ao fabrico das armas de destruição maciça. Os Estados Unidos e os seus aliados da OTAN deveriam sentir-se culpados pois o caminho que percorrem é nocivo para toda a humanidade amante da paz, que rejeita incondicionalmente o prolongamento do fabrico de tais meios destrutivos. A política dos Estados Unidos deve ser condenada

sem tréguas por todas as forças amantes da paz. Afinal são eles, os Estados Unidos, que agridem os Estados soberanos que constroem a paz e a estabilidade. São eles que agridem esses Estados que lutam contra todo o tipo de exploração do homem pelo homem, bem como pelo estabelecimento de relações de amizade entre todos os povos com base na coexistência pacífica. Os Estados Unidos deveriam aceitar as propostas da URSS para o desarmamento, propostas essas que já foram recebidas pela humanidade com muita expectativa.

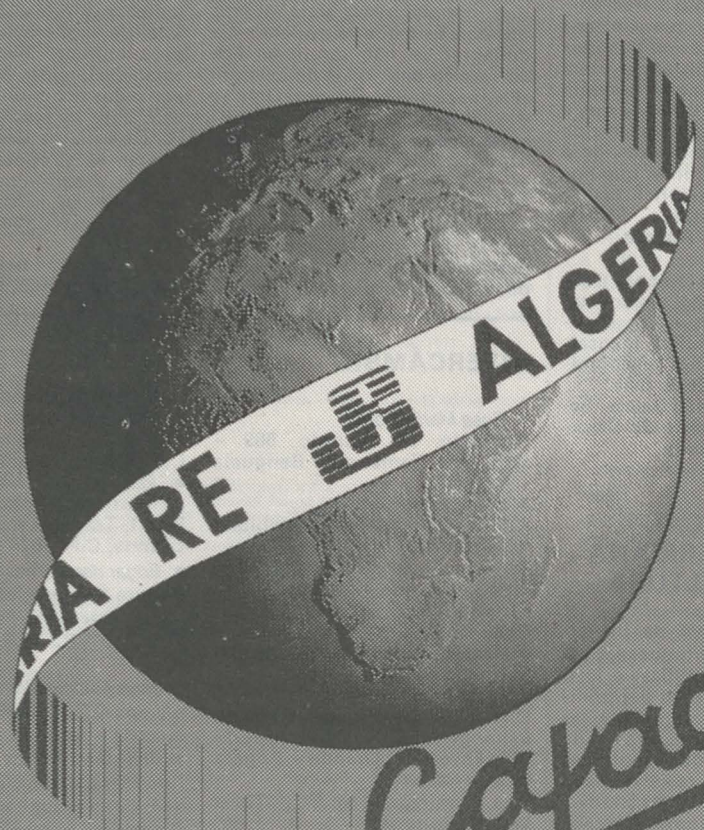
Francisco Luciano Fernandes, N'Dalatando, R.P. Angola.

INTERCÂMBIO

- **Rosa Maria Vidal**
Apartado do Correio 589 - Bairro do Flamengo - Benguela - Angola
- **Maurício Malate**
C.P. 460, Maputo - Moçambique
- **Martins Alberto**
Rua António de Oliveira, C.P. 10563 - Luanda - Angola
- **Esteban M. Dola Felis**
Calle Corona, Nº 274, c/ Habana y Maceo - Santiago 1 (Centro) - Santiago de Cuba - Cuba
- **Miguel João Lourenço**
D.A.A. - Divisão de Mercado Estrangeiro, C.P. 834, Aeroporto 4 de Fevereiro, Luanda - Angola
- **João Pádua**
Rua Palmira, 10, r/c Dtº, 1100 - Lisboa, Portugal
- **Daniel Beregui Stévie**
Adalatando - Kuanza Norte - Angola
- **Samuel Gilberto de Andrade**
Esbec Nº 41 Saydi Mingas - Ilha da Juventude - Cuba
- **Jorge Augusto Teixeira Escórcio**
Baky, Cx.P. 153 21A, AZCCP, URSS.
- **Laura Baninha Almeida**
C.P. 163, Ministério do Interior, a/c Dina Elizabeth A., Benguela - Angola
- **Pedro Miguel António**
C.P. 10279, Luanda - Angola
- **Helder de Anselmo Leio**
C.P. 10279 - Luanda - Angola

- **José Pretendemos Correia Ponder**
C.P. 10279 - Luanda - Angola
- **Ananias Roberto Vilarinho da Costa**
C.P. 10279 - Luanda - Angola
- **João Inocêncio António**
3º Reordenamento do Cangel, Rua 1, Travessa 1, Casa Nº 9A - Luanda, C.P. 1674 - Angola
- **Edgar dos Santos Barros**
Parque Residencial Maria Tereza 455, L. Seca - C. Paulino - Nova Friburgo - RJ - CEP: 28600 - Brasil
- **João António Matheus**
a/c dos C.T.T. da Précol - Luanda - Angola
- **Anita Silva Ramos**
Rua Messias da Silva Ramos nº 174 - Vila Figueiredo - Rio Grande da Serra - SP - CEP: 09450 - Brasil
- **Tito Fernando**
C.P. 485 - Benguela - Angola
- **Arlindo Pio do Amaral Gurgel**
I.P.U.O.C. - A2 - Isla Juventud - Cuba
- **Márcio António Araújo**
Av. Afonso Pena, 388 - Belo Horizonte - MG - CEP: 30130 - Brasil
- **Mário Conceição Correia de Almeida**
Rua N'Zinga M'Bansy nº 35 - C.P. 144 - Viana - Luanda - Angola

الشركة المركزية
لإعادة التأمين
COMPAGNIE CENTRALE DE REASSURANCE



une Capacité



C.C.R

21. Bd Zirout Youcef -
Alger.

Tél. : 63.72.88 à 89

64.02.71 à 72

Télex : 67.091 - 67.92 DZ

الإعادة الجزائرية
ALGERIA - RE

6 Panorama Tricontinental _____

13 Editorial – Um quadro adverso à cooperação internacional _____

18 Matéria de capa – Moçambique: A escalada da crise —

20 A mobilização geral, *Carlos Cardoso*

25 Bons augúrios num tempo de tristeza, *Etevaldo Hipólito*

América Latina _____

31 Paraguai: "Breve estarei em Assunção", *Horacio Verbitsky*

37 Haiti: Com a palavra, o povo, *Gérard Pierre Charles*

42 Cultura: um patrimônio nacional

África _____

45 África do Sul: Os bantustões urbanos, a nova tática do apartheid,
Carlos Castilho

48 Guiné-Bissau: "A justiça deve ser reestruturada", entrevista com
o ministro da Justiça Vasco Cabral, *Baptista da Silva*

Ásia _____

54 China: A volta de Macau, *Cecília Jorge/ R. Beltrão Coelho*

Cultura _____

58 O desbloqueio de Cuba, *Fabián Restivo*

60 Notas

Economia _____

63 Os depósitos secretos nos Estados Unidos, *James S. Henry*

Mulher _____

71 A revolução feminina no Burkina Faso, *B. Bissio/C. Antunes*

78 Especial – Consumidores: A opção preferencial pelos pobres, Roberto Remo Bissio —

84 O rico come o que falta ao pobre

88 PAN: romper o círculo do veneno

92 Um produto perigoso que vira fumaça

96 Humor, Francisco Blanco Avila _____



A justiça na Guiné-Bissau



O papel da mulher no Burkina Faso

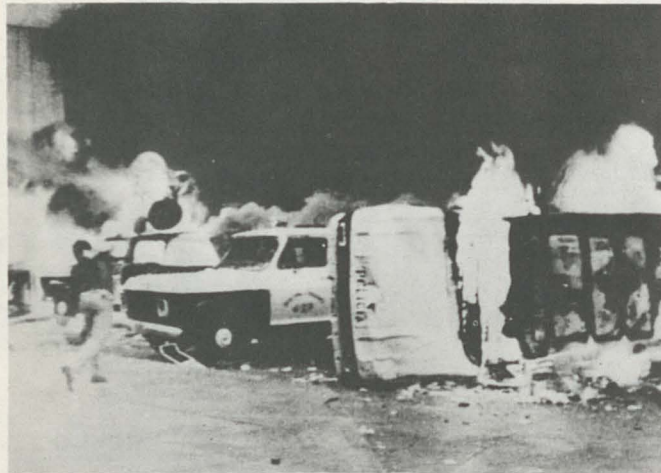


A luta dos consumidores

BRASIL

Momentos de incertezas

□ As manifestações de protesto contra o Plano Cruzado II – as mais graves foram as de Brasília – revelaram uma súbita mudança do quadro político dominado por um espírito de frustração e indignação no seio do povo, totalmente diferente daquele clima de euforia e otimismo que reinava nos dias seguintes à eleição.



Brasília: violentos protestos contra as medidas do governo

Os altos índices de popularidade do presidente Sarney e de apoio ao seu governo ratificados na eleição de 15 de novembro (quando o PMDB venceu em 22 dos 23 estados da Federação e ganhou a maioria do Parlamento) viram-se se-

veramente questionados depois do anúncio do "pacote econômico", divulgado de forma tão surpreendente quanto o de fevereiro passado, mas cujas medidas de fundo não eram animadas pela mesma filosofia do anterior.

O Cruzado II aumentou os preços de produtos como o açúcar, álcool, bebidas, cigarros, automóveis e de serviços, como a luz elétrica, telefones, água, correios, além de descongelar os aluguéis e extinguir várias empresas estatais (prevê-se que cheguem a dezenas de

ros, entre outros, que fazem parte das normas aceitas internacionalmente para fixar esse tipo de indicador econômico.

Com essa mudança, ficou virtualmente desmantelada a medida do Plano Cruzado anunciado em fevereiro, que estabelecia a escala móvel de salários. Os trabalhadores tinham direito a reajustes salariais cada vez que a inflação ultrapassasse determinado nível. Agora, com a mudança de critério para fixar qual é o índice de inflação aceito oficialmente, o nível que acionaria a escala móvel pode não ser nunca alcançado.

Os presidentes das sete confederações nacionais de trabalhadores – que reúnem quase 30 milhões de pessoas – admitiram a possibilidade de unir as duas correntes sindicais, a CUT e a CGT, para organizar uma greve geral contra as medidas econômicas. "A greve é viável porque o governo provocou o confronto com os trabalhadores", afirmou o presidente da confederação nacional dos trabalhadores de empresas de crédito, Wilson Moura.

O que está ficando cada vez mais claro para a opinião pública é que as medidas econômicas foram adotadas não para sanear a economia mas basicamente para poder atender às exigências dos credores inter-

milhares de desempregados nos próximos meses). Mas a medida que talvez tenha despertado maior reação foi a mudança de critério na formação do índice que determina a inflação oficial, expurgado agora dos aumentos de bebidas e cigar-

Panorama Tricontinental

nacionais. "A crise econômica interna está ligada ao problema da dívida externa", admitiu Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, que exigiu do governo - do qual ele passou a ser uma figura chave diante da vitória eleitoral do seu partido - uma postura mais agressiva para com os credores.

O próprio ministro da Fazenda, Dilson Funaro, principal articulador do Plano Cruzado nas suas versões I e II, reconheceu numa entrevista ao jornal "Folha de São Paulo" que o governo já não descarta a possibilidade de uma moratória. De acordo com ele, trabalha-se no sentido de concluir uma negociação, "mas não se descarta a hipótese da suspensão do pagamento da dívida". É a primeira vez que um membro do governo fala nesse tom, depois de ter mantido até agora uma posição de extrema cautela em relação às negociações com os credores.

Quase todos os governadores eleitos do PMDB criticaram o Cruzado II tanto pela forma como foi implantado - por meio de decreto-lei, sem nenhuma consulta prévia ou discussão nas bases -, como em seu conteúdo, além de questionarem a oportunidade escolhida para anunciá-lo. Pedro Simón, governador eleito do Rio Grande do Sul,

chegou a dizer que o governo não deveria ter deixado para depois das eleições o anúncio do ajuste econômico para evitar o desgaste do PMDB nas urnas, pois agora o custo político está sendo muito mais alto.

Essa deterioração da base de sustentação do presidente Sarney, somado à queda de seus índices de popularidade e ao descontentamento social generalizado, traçam um difícil perfil

para o ano de 1987.

O *Wall Street Journal*, analisando as revoltas populares no Brasil, afirmou que o Plano Cruzado foi uma espécie de "pacto com o diabo": excelentes resultados imediatos, mas graves problemas a longo prazo. Falta ver se os arquitetos das medidas econômicas que criaram o clima de incerteza que dominou o país em fins de novembro conseguem conjurar os seus efeitos e evitar que o caos se instale.

BRASIL/ANGOLA

A cooperação bilateral

□ Durante a sua visita de três dias a Angola, de 19 a 21 de novembro passado, primeira escala de uma viagem que se estendeu por mais quatro países africanos (Zâmbia, Zimbábue, Nigéria e Camarões), o chanceler

brasileiro Abreu Sodré reafirmou a posição do Brasil de condenação ao apoio dado pela África do Sul e Estados Unidos aos contra-revolucionários da Unita. O chefe do Itamaraty transmitiu em nome do povo brasileiro o repúdio em relação às agressões de que são vítimas Angola e os outros países da Linha de Frente.

Abreu Sodré adiantou aos jornalistas que todo



Abreu Sodré: reafirmação do interesse brasileiro em aumentar o comércio bilateral com Angola

apoio internacional prestado à Unita constitui uma séria ingerência nos assuntos internos de Angola.

Durante a sua estada em território angolano, o chanceler brasileiro, que viajou acompanhado de um grupo de empresários, foi recebido pelo presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, e por outros dirigentes da RPA com quem tratou de

— estão próximos dos 150 milhões. Veículos, equipamentos, acessórios e produtos alimentares constituem os principais itens das vendas brasileiras, enquanto Angola fornece petróleo e gás natural.

O Brasil participa da exploração petrolífera em Angola através da empresa estatal Braspetro. Segundo declarou o chefe do Itamaraty, o país está interessado

Huambo, cujo custo está calculado em 60 milhões de dólares.

Em declaração à imprensa, Abreu Sodré afirmou que os setores agropecuários e de serviços também figuram entre os projetos que o Brasil quer realizar em Angola. Nesse sentido, o grupo "Pão de Açúcar Trading" quer investir no projeto "Cinturão Verde" da cidade de Luanda, empreendimento fundamental para o desenvolvimento agrícola e pecuário e para a melhoria do abastecimento de hortigranjeiros à população da capital angolana e arredores.

Seguindo viagem, após uma breve passagem pela Zâmbia, o ministro brasileiro permaneceu cinco dias no Zimbábue. Numa entrevista ao jornal *Sunday Mail*, de Harare, Abreu Sodré revelou que o governo brasileiro está decidido a abolir o comércio de armas, material militar e produtos petrolíferos com a África do Sul.

Após um encontro com o primeiro-ministro Robert Mugabe e com seu homólogo zimbábueano Witness Mangwende, Sodré condenou o regime do *apartheid*, que chamou de "cruel e anacrônico". O representante de Brasília prometeu apoiar a proposta do primeiro-ministro do Zimbábue no sentido de que sejam impostas sanções econômicas obrigatórias contra a África do Sul.



O presidente angolano, José Eduardo dos Santos

assuntos essencialmente econômicos (Angola é o segundo parceiro comercial do Brasil na África, o primeiro é a Nigéria). Durante as conversações, foi analisada e perspectivada a cooperação angolano-brasileira em vários campos, com destaque especial para o comércio e energia.

As trocas comerciais entre os dois países atingiram, em 1985, cerca de 280 milhões de dólares. Nos primeiros seis meses deste ano, os valores calculados já

em aumentar sua presença nesse terreno. Entretanto, a construtora Norberto Odebrecht participa das obras do Projeto Kapanda, a construção da maior usina hidrelétrica de Angola. A sua conclusão está prevista para meados de 1990, quando a capacidade da rede de eletricidade do país aumentará para o dobro.

Empresas brasileiras apresentaram às autoridades angolanas um estudo sobre a usina hidrelétrica de Govi, na província de

Panorama Tricontinental

FILIPINAS

Fracassa nova tentativa de golpe

□ A abortada tentativa de golpe comandada pelo ministro da Defesa, Juan Ponce Enrile, no dia 23 de novembro passado, fez aparecer mais uma vez como o homem forte do regime filipino pós-Marcos, o chefe do estado-maior das forças armadas, general Fidel Ramos, o qual teve um papel fundamental na contenção do golpe direitista. Entre outras disposições de caráter militar, foi ele quem primeiro avisou a presidente Aquino sobre a concentração de militares ligados a Enrile no quartel de Campo Aguinaldo, em Manila.

Uma fonte do governo declarou que um dos objetivos das forças rebeldes, entre as quais se encontravam partidários do ex-ditador Ferdinand Marcos, era colocar Enrile como primeiro-ministro, deixando a presidente Corazón Aquino como mera figura decorativa. Fidel Ramos revelou, por sua vez, que os conspiradores visavam a restabelecer a Assembleia Nacional dominada por Marcos, anular as eleições de 7 de fevereiro deste ano – que, fraudulentamente, deram a vitória ao ex-ditador, sem que este, no



Corazón Aquino cumprimenta o novo titular da Defesa, R. Ileta

entanto, tivesse conseguido tomar posse – e nomear o ex-presidente do Legislativo, Nicanor Yniguez, como vice-presidente da República até a convocação de novas eleições. Depois do golpe contido, Juan Enrile foi obrigado a “pedir” demissão do governo, imediatamente aceita por Aquino, que nomeou em sua substituição o general da reserva Rafael Ileta, ex-embaixador na Tailândia e vice-ministro adjunto da Defesa desde a revolta popular de fevereiro. Corazón Aquino demitiu ainda os 20 membros restantes do governo, iniciando uma profunda reforma ministerial. “Precisamos de um novo começo”, disse a presidente numa breve mensa-

gem ao povo filipino no dia seguinte à tentativa de golpe.

Com a demissão de Enrile, Aquino afastou uma importante ameaça à consolidação do seu poder. O acordo de cessar-fogo conseguido no dia 25 de novembro com a guerrilha do Novo Exército do Povo (NEP), braço armado do Partido Comunista das Filipinas, foi outra importante vitória de Corazón Aquino para conter os militares que reclamavam maior liberdade de movimentação para combaterem, a seu modo, o “comunismo”. Uma maior militarização do regime deixaria a presidente filipina cada vez mais dependente dos militares.

A perda de um companheiro

Uma revista é fruto de um trabalho conjunto de redatores, tradutores, produtores gráficos, especialistas em documentação, operadores de "composer" - a máquina que compõe e diagrama os textos. Todos são igualmente importantes para que no final de cada mês **cadernos do terceiro mundo** chegue a seus leitores, mas são os jornalistas que assinam os artigos que vão se tornando conhecidos do público.

Entre os companheiros anônimos que tornam possível cada edição, em nossa redação central do Rio de Janeiro, estava Carlos Rogério Henriques da Silva, de 21 anos, estudante universitário e professor de inglês em fase de treinamento, que operava a nossa "composer" eletrônica.



Com sua maneira de ser, sempre alegre e bem disposto, responsável na sua tarefa e curioso, interessado em avançar e se aperfeiçoar, tinha conquistado a amizade e o respeito de todos nós, seus companheiros de trabalho. Em pouco tempo tinha passado a ser um exímio profissional no seu setor específico, e responsável por uma boa parte dos avanços que nossa editora realizou em 1986, com a implanta-

ção de um sistema computadorizado de produção, composição e diagramação da revista.

Na segunda-feira, 1º de dezembro, quando esperávamos, como todos os dias, vê-lo entrar com seu sorriso característico, tivemos a terrível notícia do seu falecimento, junto com sua mãe, em um acidente automobilístico: o carro em que ambos aguardavam, estacionados no meio-fio, a uma terceira pessoa, foi arrastado por mais de 20 metros por um ônibus descontrolado, até que se chocou contra um poste.

Pensávamos que ele teria um futuro brilhante, tanto em nossa equipe como em sua vida profissional e pessoal fora do nosso âmbito. Não era esse o seu destino, mas entre nós, que convivemos com ele, sempre ficará a lembrança do seu exemplo.

Apartheid assassina políticos estrangeiros

O secretário geral do Congresso Nacional Africano (ANC), Alfred Nzo, acusou o governo de Pretória da autoria do assassinato de cinco políticos do

Lesoto (entre eles, dois ex-ministros do governo de Leabua Jonathan). As vítimas foram raptadas em meados de novembro passado por pessoas armadas e não identificadas, no povoado de Roma, perto de Maseru, a capital do Lesoto, e levadas para as montanhas, onde, depois de

torturadas, foram mortas a tiro.

A acusação foi feita a 19 de novembro na sede da organização do ANC em Lusaka, Zâmbia. Na ocasião, Nzo enquadrou esse assassinato "na campanha do governo sul-africano de eliminação física dos militantes anti-apartheid".

INFORMAÇÃO PESQUISA CONSULTA



616 páginas com informação objetiva e independente de todos os países do mundo • Dados de história, economia, geografia e política • 110 páginas sobre o Brasil • Mais de mil mapas e gráficos • As organizações internacionais, como funcionam e porquê • Informes e documentos inéditos • Impressão em papel de qualidade.

Publicação anual indispensável para pesquisa e consulta • Atende a estudantes e profissionais • Necessário para industriais, exportadores, sindicatos e outras instituições • Fundamental em bibliotecas, consultorias, salas de aula e mesa de trabalho.

Publicação anual indispensável para pesquisa e consulta • Atende a estudantes e profissionais • Necessário para industriais, exportadores, sindicatos e outras instituições • Fundamental em bibliotecas, consultorias, salas de aula e mesa de trabalho.

Forma de pagamento: () 1 pagº antecipado de Cz\$ 225,00 ou () por Reembolso postal a Cz\$ 250,00 (mais o porte).

Estou remetendo juntamente com este cupom (menos no caso do Reemb. Postal) o valor correspondente a guias no total de Cz\$..... por cheque nominal ou vale postal (ag. central) para a Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº Comercial, Rua da Lapa, 180, grupos 1105 a 1110 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021 - Tel.: (021) 222-5771.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Data:...../...../.....

estante do terceiro mundo

O reembolso com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito

Código	Quantidade

Nome:
 Profissão: Idade:
 Endereço:
 Cidade: Estado: CEP:

• Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

☐ Não-assinante ☐ Assinante

Data .../.../....

Estante válida exclusivamente para pedidos no período de circulação deste número.

Ass. do Comprador

TABELA DE DESCONTOS

- 5% para "não-assinantes" em 2 livros.
- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 15% para "assinantes" em 3 livros ou mais.



NÓS, AS MULTINACIONAIS E OS ESTADOS UNIDOS
 de Samuel de Paula

A dinâmica e conteúdo da extorsão a que o Terceiro Mundo vem sendo submetido estão relacionados às forças internas antinacionais e às correntes dos grandes monopólios. O autor mostra em linguagem simples clara como o imperialismo faz tudo para debilitar a soberania de todos os países onde se implanta, gerando uma crescente maioria de despossuídos. Isso tem a ver com a vida de cada um de nós. 115 pág.

E-73 Cz\$ 60,00



A MÁQUINA DE NARCISO - Televisão, indivíduo e poder no Brasil
 de Muniz Sodré

A cultura industrialmente produzida e distribuída constitui, na verdade, um jogo destinado a instituir novas formas de poder. Se o lazer e a informação colocam-se a serviço da ordem social (do Estado à grande empresa), isso significa que a cultura daí oriunda pretende organizar e/ou manipular politicamente as massas. Sem a menor dúvida, como explicita este importante livro, "a cultura de massa é uma política que não ousa confessar o seu nome" 147 pág.

E-74 Cz\$ 33,00



POLUIÇÃO-ALIE-NAÇÃO-IDEOLOGIA
 de Ailton B. de Souza e R. A. Amaral Vieira

Amparados na teoria marxista da práxis humana e na concepção materialista da história e em torno do tema "poluição ambiental", os autores debruçam-se para resolver e questionar, não só alguns conteúdos ideológicos e conceitos fundamentais e m nosso acrítico ideário político-ideológico, como também as bases materiais que produziram e estão produzindo esse ideário, nossa caótica, capitalista e selvagem formação social. 130 pág.

E-75 Cz\$ 28,00



QUILOMBO - Roteiro do filme e crônica das filmagens
 de Nelson Nadotti e Carlos Diegues

Para o cinema, de que serve a noção de bastidores, cozinha, laboratório, ateliê? Essa noção instala-se na cabeça de todos nós como o espaço da segregação, o canto escuro do ator de teatro, do cozinheiro, do cientista ou do pintor. Quais seriam, no entanto, os bastidores do cinema? Este livro conta o cotidiano dessa aventura fascinante e percorre todos os fios dessa gigantesca malha que uma equipe de cinema em trabalho vai tecendo com o mundo exterior. 204 pág.

E-76 Cz\$ 44,00

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº Comercial - Rua da Lapa, 180 - s/l.108 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021
 Tels.: (021) 222-5771 ou 252-7440.

Um quadro adverso à cooperação internacional

No decorrer desta década, os problemas dos países subdesenvolvidos pioraram, ano após ano. Este é, ao mesmo tempo, o período de maior inatividade em matéria de relações internacionais e de cooperação desde a 2ª Guerra Mundial.

A prova mais recente dessa sombria constatação foi a última assembléia conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, realizada em Washington, no início de outubro passado. Essa reunião financeira anual, a mais importante do planeta, praticamente não contribuiu em nada para a resolução dos grandes temas listados em sua agenda. Não se conseguiu o acordo das maiores potências capitalistas para dar impulso ao crescimento mundial, não se encontraram fórmulas para atenuar a esmagadora dívida externa dos países do Terceiro Mundo, não se conferiu liquidez ao sistema do FMI, nem se conseguiram novos capitais para projetos de desenvolvimento no contexto do Banco Mundial. Mais de dez mil funcionários e

banqueiros se reuniram para não conseguir praticamente nada.

Esta paralisia no quadro das duas maiores instituições econômicas multilaterais faz parte de uma indiferença geral com relação à situação dos países subdesenvolvidos, que foi agravada justamente por decisões adotadas pelos países capitalistas industrializados.

Essas potências nem mesmo estão dispostas a discutir as relações econômicas com os países do Terceiro Mundo e as medidas para equilibrar as chocantes desigualdades entre as duas partes do globo. Mais especificamente, o chamado diálogo Norte-Sul é uma lembrança longínqua e não há sinal de predisposição para retomá-lo.

Após a ascensão de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos, a superpotência norte-americana pôs em xeque política e economicamente as Nações Unidas e as agências da ONU que considera em contradição com a sua estratégia. Desse

Editorial

modo, debilitou as instituições multilaterais criadas para canalizar a cooperação internacional.

Ao mesmo tempo, os países endividados foram obrigados a realizar drásticos programas de ajuste que abateram suas economias e se empobrecem para pagar a dívida que se tornou intolerável devido à recessão originada nos Estados Unidos, junto com os aumentos das taxas de juros que agigantaram o montante da dívida. Como, ao mesmo tempo, os bancos privados se negaram a conceder novos créditos, esses países se converteram em exportadores líquidos de capital, ou seja, é maior o volume dos recursos que transferem para o Norte do que o fluxo de capitais que recebem. Assim, o saldo negativo da América Latina foi de 30,10 bilhões de dólares em 1983 e de 27 bilhões de dólares em 1984.

Um dado que circulou em Washington durante a assembléia de outubro passado ilustra o contraste entre a magnitude dos problemas e a escassez dos recursos para enfrentá-los. Segundo o *Overseas Development Council*, no ano passado os bancos privados, assim como o FMI, o Banco Mundial e outras agências multilaterais receberam de seus 15 maiores credores, em 1985, pagamentos de 27,7 bilhões de dólares.

Esse montante é quase equivalente ao total

dos 29 bilhões de dólares previstos pelo Plano Baker para "resolver" os problemas do endividamento ao longo de três anos. O plano defendido pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, defendeu a concessão desses fundos, dos quais nove bilhões anuais seriam concedidos em forma de novos empréstimos pelos bancos privados.

Na realidade, só há fundos para operações de salvamento em última instância dos poucos países cuja falência pode ameaçar a estabilidade do sistema financeiro internacional e, em particular, os bancos comerciais norte-americanos. Esse foi o caso dos seis bilhões de dólares concedidos a 30 de setembro passado ao México, que se achava na iminência de parar de pagar. Nem todos os países subdesenvolvidos são afligidos pela dívida. Mas praticamente todas as nações do Terceiro Mundo padecem o drama da queda dos preços de suas exportações e da piora dos termos do intercâmbio.

Nesse sentido, este período é o mais negativo da história recente. Durante as recessões, sempre se registrou uma menor demanda de matérias-primas, cujos volumes e preços caem, para recuperar-se durante a expansão seguinte.

A fase que se seguiu à última recessão, ao contrário, marcou uma contínua diminuição da demanda, devido a processos industriais

que consomem menos matérias-primas e ao crescimento privilegiado do setor dos serviços, entre outras causas.

Portanto, a demanda de produtos básicos continuou baixa durante a expansão de 1983 e 1984 e ainda continua, sem que haja indícios de um aumento em futuro próximo. Esse dado negativo se insere no âmbito de um fenômeno desigual que afeta as economias subdesenvolvidas e beneficia as avançadas: no ano passado, os preços em dólares das manufaturas aumentaram em 1%, enquanto os preços das matérias-primas caíram em 12% e os do petróleo caíram em 4%.

Sem considerar as fórmulas de cooperação, a forma mais natural e lógica de compensar os efeitos desse intercâmbio desigual deveria consistir em não opor limitações às exportações do Terceiro Mundo. Se não se colocassem entraves nos mercados do Norte, as nações em desenvolvimento poderiam aumentar as suas exportações de matérias-primas, assim como se estimularia a produção daqueles produtos manufaturados com os quais poderiam competir no mercado internacional. Como ocorreu em outra conferência recente, os países industrializados não estão dispostos a liberalizar o comércio mundial. No decurso das negociações comerciais globais realizadas em setembro último no balneário uruguaio de Punta del Este, as

potências industrializadas se refugiaram em um protecionismo que mantém restrições para os produtos do Terceiro Mundo.

Configurou-se assim um quadro completamente adverso à cooperação internacional. A área pobre do mundo é cada vez mais pobre e a área rica cada vez mais rica, enquanto se aprofunda o abismo econômico entre o Norte e o Sul. O centro do sistema capitalista adota políticas para preservar os seus interesses e privilégios, sem se importar com os danos que causa à periferia.

Mas seria injusto culpar todas as nações avançadas por essa situação, assim como de indiferença para buscar soluções. A responsabilidade por esse retrocesso recai exclusivamente sobre o projeto levado adiante pela direita encabeçada por Ronald Reagan nos Estados Unidos e que se estendeu a outros países ocidentais. Trata-se de uma onda reacionária que se segue ao avanço das forças progressistas a nível mundial e que tem sua expressão político-militar no armamentismo e no retorno à "guerra fria".

A onda reacionária, como se vê, tem um alcance global e afeta toda a humanidade. Por isso, e apesar de sua agressividade, conduz seus promotores a um isolamento progressivo e prepara as condições para novos avanços do movimento anticolonialista.



**Governo Brizola:
água e esgotamento sanitário
para dezenas de favelas.**

AS PESSOAS HUMILDES SEMPRE TRANSFORMARAM
SEUS SOFRIMENTOS EM SAMBA.
MAS ELAS MERECEM MUITO MAIS DO QUE ISSO.
MERECEM A ALEGRIA DO CONFORTO E DA SAÚDE
QUE A SOCIEDADE FICOU DEVENDO.
A IMAGEM DA LATA D'ÁGUA NA CABEÇA AINDA EXISTE.
ESTAMOS TRABALHANDO PARA QUE ELA SEJA
COISA DO PASSADO.
PARA QUE FIQUE APENAS COMO UM SAMBA BONITO.
A SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E MEIO
AMBIENTE, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE FAVELAS DA
CEDAE-PROFACE, JÁ INSTALOU REDES DE ÁGUA EM
66 MORROS E FAVELAS E REDES DE ESGOTO
SANITÁRIO EM 23.
E ESTÁ CONCLUINDO O MESMO TRABALHO EM
DIVERSAS COMUNIDADES.
O GOVERNO LEONEL BRIZOLA ESTÁ TIRANDO UM
PROBLEMA DA CABEÇA DAS PESSOAS QUE
CARREGAM ÁGUA.
E UM PESO DA CONSCIÊNCIA DOS QUE A ISTO
ASSISTEM.



CEDAE

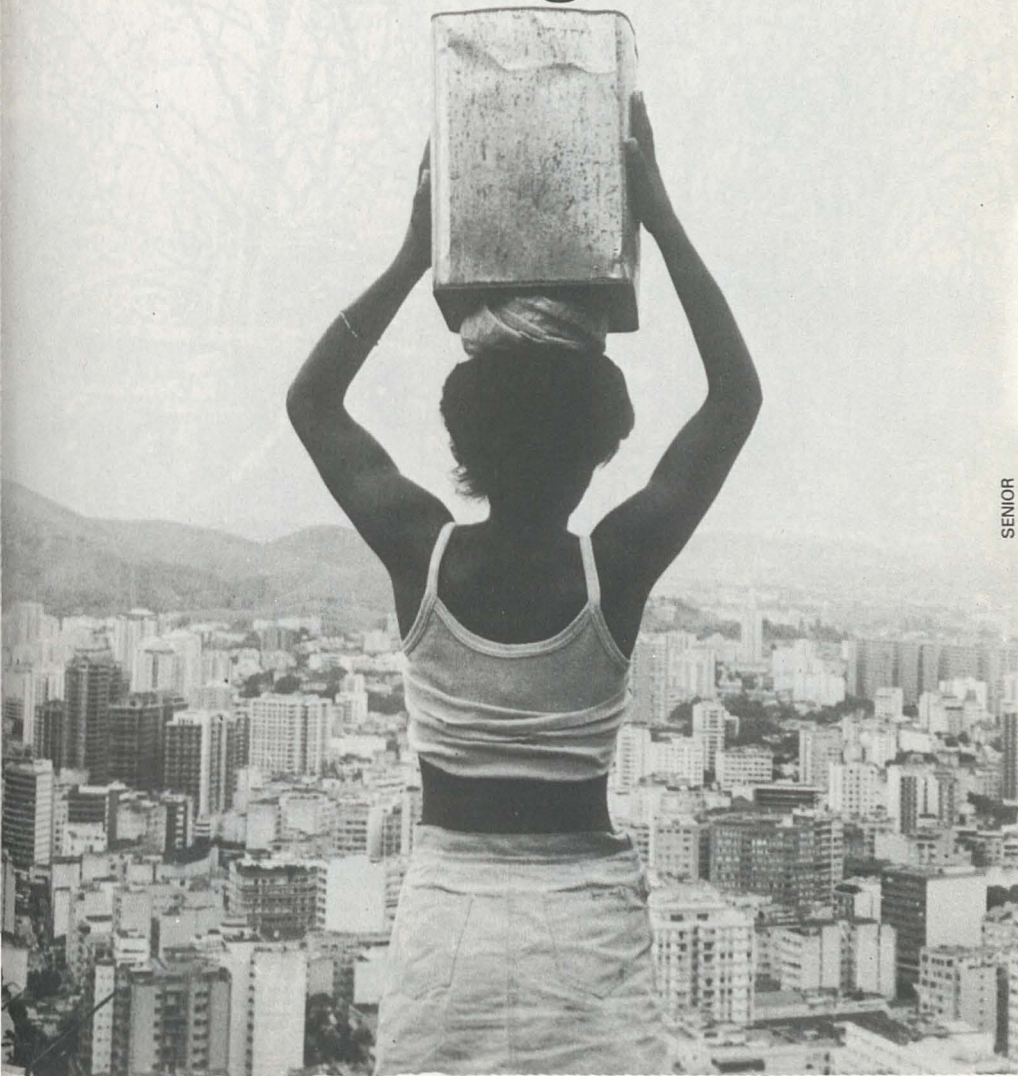
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

SOMA

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E MEIO AMBIENTE

GOVERNO LEONEL BRIZOLA

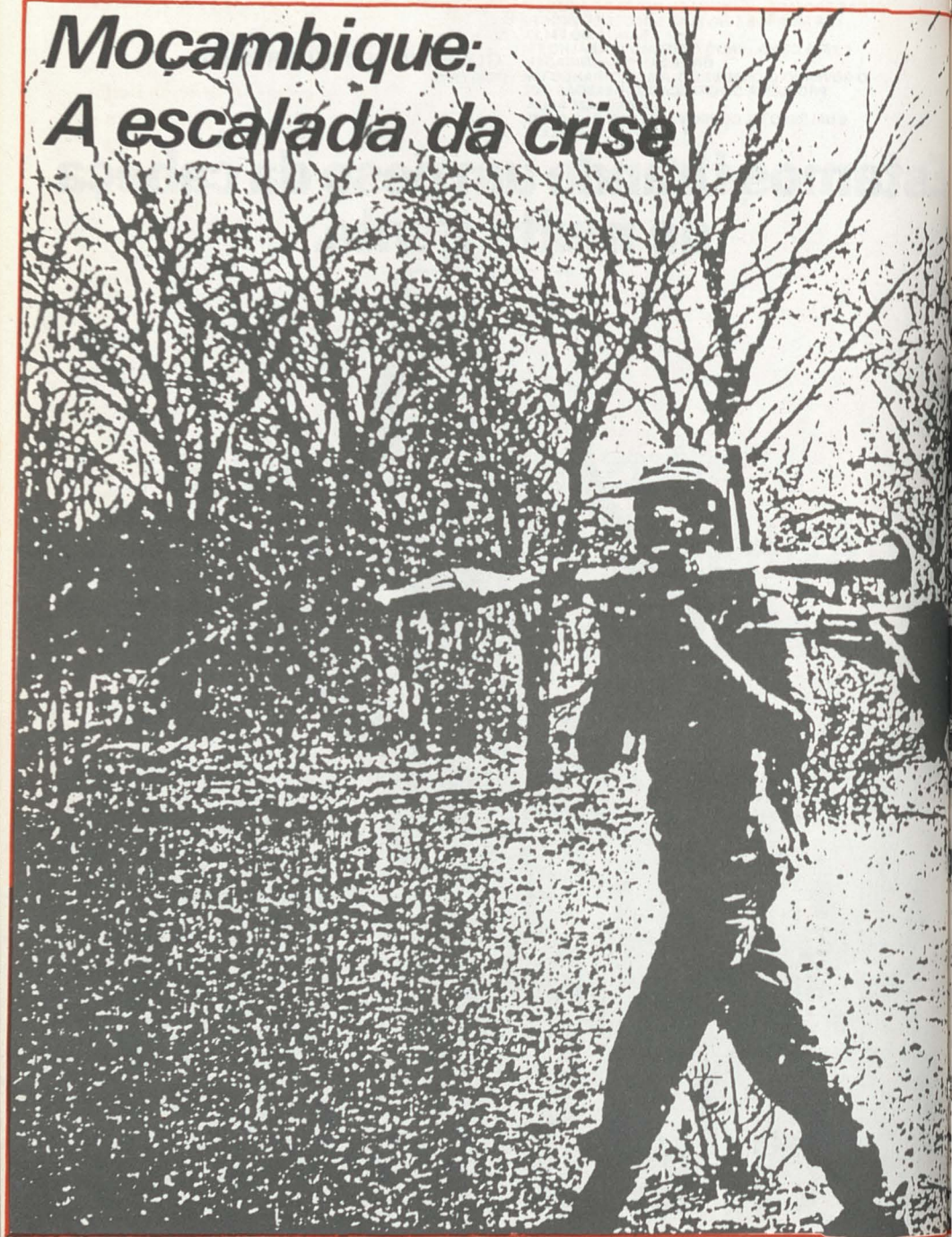
Estamos tirando um peso da cabeça de muita gente.



SENIOR

Matéria de capa

Mocambique: A escalada da crise





Mais duas frentes de guerra começaram a ganhar corpo na já tensa situação ao longo das fronteiras da África do Sul e dos seus aliados na região. Há informações de que Pretória está concentrando tropas e infiltrando terroristas na fronteira com o Zimbábue.

Ao mesmo tempo, aumentam os indícios de um choque iminente entre Moçambique e Malaui, cujo governo é considerado um aliado de Pretória.

O agravamento do clima de guerra na área antecedeu a morte do presidente Samora Machel, num controvertido acidente aéreo onde as maiores suspeitas apontam na direção do "apartheid".

Machel era o artífice de uma mobilização diplomático-militar destinada a isolar o regime racista na África Austral.

A sucessão presidencial em Moçambique não alterou esse quadro, que agora tem uma nova componente. Os militares sul-africanos já não se contentam em invadir os territórios dos países limítrofes e parecem dispostos a assassinar chefes de governo vizinhos, numa nova escalada para tentar desestabilizar a frente regional contra o "apartheid".

Moçambique



A mobilização geral

Um clima de guerra já estava no ar quando se deu a morte do presidente Samora Machel. A tragédia agravou a situação e acentuou a mobilização geral contra o "apartheid" na África Austral



Marcelino dos Santos (esq.) e o atual presidente Joaquim Chissano (dir.), à frente do cortejo fúnebre

O ambiente em Moçambique, depois da morte do presidente Samora Machel, é marcado "à flor da pele" pela convicção de que o desaparecimento do líder moçambicano faz parte de um plano mais vasto das chefias militares sul-africanas de generalização regional do processo desestabilizador, para facilitar mais tarde uma intervenção direta das forças armadas da África do Sul. Imediatamente surgiu uma interpretação em Maputo, a capital moçambicana: para o general Magnus Malan (ministro da 20 - terceiro mundo

Defesa do regime do *apartheid*) e os seus colegas da hierarquia, a morte de Samora era um teste para a coesão da direção do Partido Frelimo.

Essa coesão deu mostras de não poder ser abalada com a morte de Samora Machel. No dia 3 de novembro, o Comitê Central da Frelimo reuniu-se em sessão extraordinária e elegeu "por aclamação" Joaquim Chissano para presidente do partido, o qual tomou posse do cargo no dia 6. As "lutas pelo poder" e o eleitoralismo

previstos – ou desejados – pelos meios de comunicação social da África do Sul e de outros países, não aconteceram.

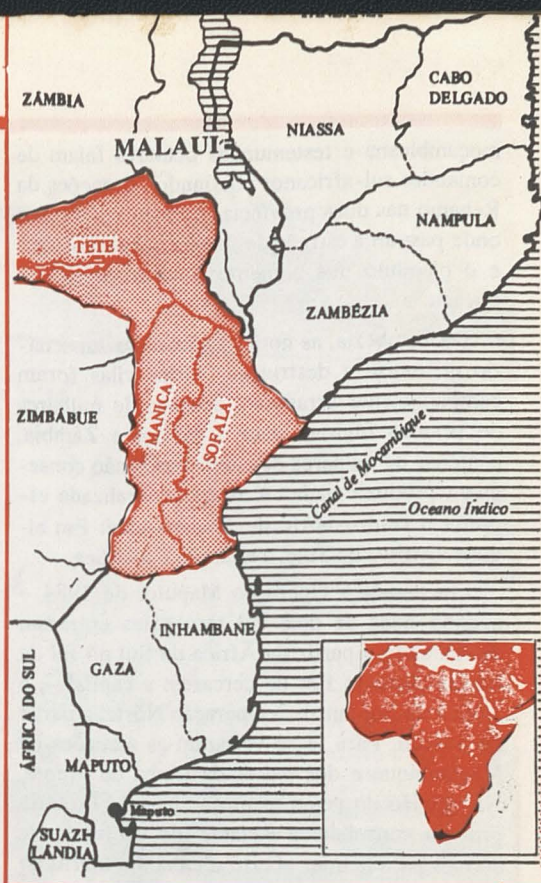
Com uma personalidade menos extrovertida que a do seu antecessor, Chissano iria reafirmar, no seu primeiro discurso como chefe de estado, os princípios e as linhas de força de Samora. “Somos um Estado soberano, africano, não-alinhado e socialista”, reafirmou Chissano, repetindo uma frase que Samora utilizara muitas vezes como síntese da política externa moçambicana. Chissano reiterou, depois, o desejo de Moçambique de manter relações com todos os Estados, especificando os da Linha de Frente, da SADCC, do campo socialista, os países nórdicos e os ocidentais em geral.

“Continuaremos fiéis aos tratados de amizade e cooperação já assinados com países socialistas”, disse o novo líder moçambicano. Quanto ao Ocidente: “Reafirmamos o nosso desejo e determinação de desenvolver a cooperação com os países e povos ocidentais cujo apoio e solidariedade têm constituído uma importante contribuição para a reconstrução nacional”.

Foi o primeiro dia de alegria popular em duas semanas. Muito ovacionado por milhares de pessoas que acorreram à Praça da Independência para as comemorações da tomada de posse, Chissano previa grandes e novos sacrifícios e sofrimentos. E com razão. Uma fonte fidedigna disse a **cadernos** que a África do Sul tem preparados cinco mil “dissidentes” zimbabueanos para infiltrar no sul do Zimbábue. Objetivo de Magnus Malan: atrair as tropas zimbabueanas atualmente em Moçambique para fora das áreas de defesa do “corredor da Beira” e do centro-norte moçambicano. Por outro lado, a Zâmbia já tornou pública a infiltração de “bandidos armados” zambianos, treinados pela África do Sul na Namíbia, em território zambiano, principalmente através de bases da Unita em Angola.

Esses dois elementos são parte de todo um quadro que mantém toda a área da África Austral – e Moçambique em particular – num estado permanente de alerta. E é este o clima que se respira em Moçambique. Um clima ao mesmo

1986 – Dezembro – nº 96



S. Freitas

Com uma superfície de 801.590km², a posição geográfica de Moçambique transforma os seus portos em via natural de escoamento da produção do Malaui, Zimbábue e da parte setentrional da África do Sul, mas o comércio tem sofrido nas duas últimas décadas as consequências da guerra. A população de Moçambique é de 13.310.000hab (1983) e está dividida em numerosas etnias, com origem no tronco banto

tempo de grande apreensão e de forte disposição para um confronto com a África do Sul.

A “Operação Norte”

Os dados não podiam ser mais claros: no fim de setembro último, ocorreu a partir do Malaui uma autêntica invasão da Zambézia e Tete por milhares de bandidos armados. Algumas fontes calculam o número entre seis e dez mil elementos da Renamo, vindos do Malaui. A segurança

terceiro mundo – 21

moçambicana e testemunhas oculares falam de comandos sul-africanos chefiando operações da Renamo nas duas províncias e na de Sofala, por onde passam a estrada de ferro Zimbábue-Beira e o oleoduto que alimenta a indústria zimbabuana.

Da Zambézia, as notícias são as de um cenário de morte e destruição: várias vilas foram completamente arrasadas, dezenas de milhares de pessoas fugiram para o Malaui e Zâmbia, centenas de milhares de camponeses não conseguem produzir nada. A fome generalizada espreita o centro-norte de Moçambique. Em alguns distritos de Tete, a situação é idêntica.

Fracassada a Operação Maputo, de 1984 – quando mais de dois mil terroristas entraram diretamente a partir da África do Sul no sul de Moçambique, a fim de cercarem a capital –, a África do Sul lançou a Operação Norte, a partir do Malaui. Para lá se voltaram as atenções de Moçambique e dos países da Linha de Frente. Na opinião do governo moçambicano, Pretória procura consolidar a Renamo no centro-norte do país para manter aberto o caminho marítimo

de abastecimento de armas e munições aos bandos armados.

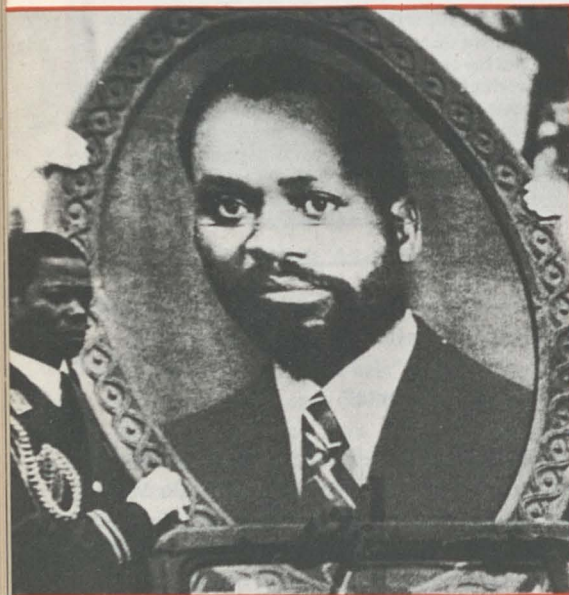
Por outro lado, opinam os moçambicanos que, fracassada a hipótese de desmoronamento da direção da Frelimo com a morte de Samora Machel, Pretória vai querer ver até que ponto as forças armadas moçambicanas poderão se adequar à atual fase da luta. Se a operação Zambézia e Tete falhar, então, pensa Moçambique, a África do Sul desencadeará uma intervenção direta a partir do Malaui – onde já se encontram contingentes sul-africanos –, assim como diretamente do território sul-africano. Essa última hipótese já começa a ser bastante sentida em Maputo. Ao longo da fronteira sul-africana com Moçambique, Pretória concentrou nas últimas três semanas de outubro passado forças especiais de intervenção rápida compostas por comandos de reconhecimento – os *reckies* –, esquadrilhas de helicópteros Puma e Alouette e esquadrilhas de caças Impala MK-II.

Ao mesmo tempo, o raciocínio de que a base do poder político dos militares sul-africanos é a desestabilização regional, completa-se com o receio de que haja mais eliminações de importantes líderes da África Austral – inclusive líderes da luta de libertação nacional da própria África do Sul –, porque esses líderes são fatores de estabilidade e, portanto, obstáculos à instabilidade generalizada que Pretória quer impor.

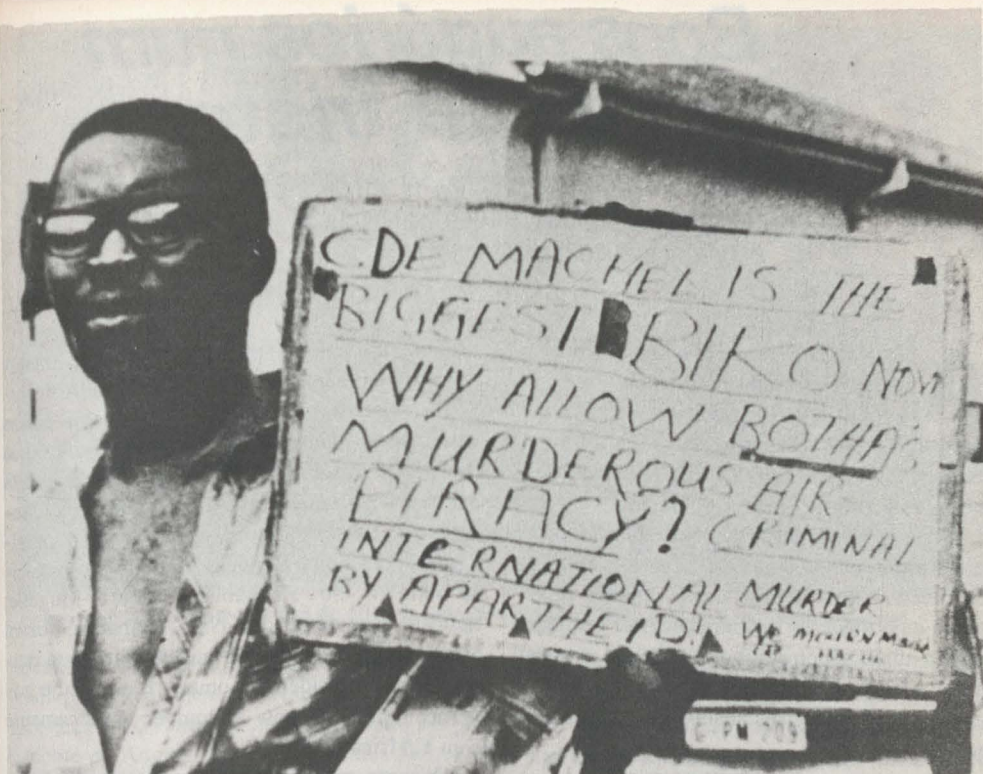
Urgência de uma posição mundial

Mas outras perguntas agitam a África Austral. Por exemplo, quais os passos que a Linha de Frente vai dar para se opor à generalização da guerra pela África do Sul?

Algumas respostas começam a se delinear. No dia seguinte ao do funeral de Samora Machel, os países da Linha de Frente reuniram-se em Maputo. Dois dias depois, noticiava-se que o vice-primeiro-ministro zimbabuano, Simon Muzenda, estava em Moscou à frente de uma delegação militar e da segurança do seu país. Dedução: o Zimbábue e outros países da região que mais cooperam com o Ocidente em termos



Manifestações de carinho pelo presidente morto



A cada dia torna-se mais urgente uma posição mundial contra o *apartheid*

Reuters

militares não estão mais dispostos a fazerem uma leitura sectária das suas necessidades em termos de defesa.

De todos os países da Linha de Frente, partiram delegações de alto nível para outros Estados. Missão única: demonstrar a urgência de uma posição mundial contra o *apartheid* e apelar para o reforço de sua capacidade defensiva.

Até o momento em que este artigo estava sendo escrito, os resultados dessas missões ainda estavam no reino da especulação mas se tinha por certa a disposição da União Soviética e da Índia em apoiarem a Linha de Frente em termos militares.

Tirada a "prova dos nove" desses dias que antecederam e sucederam à morte de Samora Machel, surgem em Maputo duas hipóteses para conter a escalada de guerra de Pretória: ou o Ocidente envia a Pretória uma mensagem muito

clara para se conter, ou a Linha de Frente, com todos os apoios que conseguir obter, terá que fazer frente à máquina de guerra sul-africana.

Samora tinha uma visão de uma África Austral em paz, com uma África do Sul governada por forças patrióticas e integrada à SADCC, uma região capaz de, em unidade, realizar todo o seu potencial de riqueza e fazer, pouco a pouco, alterar os trágicos desequilíbrios econômicos entre o Terceiro e o Primeiro mundos.

Os próximos meses terão muito a dizer sobre isso: se, no fim do *apartheid* haverá uma África do Sul intacta ou completamente destruída pela inércia arrasadora da atual política de desestabilização dos generais Malan, Van der Westhuizen, Viljoen e outros.

Carlos Cardoso

terceiro mundo - 23

Moçambique



Bons augúrios num tempo de tristeza

A morte de Samora Machel foi um duro golpe para o povo moçambicano, mas surgem sinais de esperança apesar da tragédia

A pesar da quase certeza de vários dirigentes moçambicanos de que a África do Sul estava preparando algo muito importante contra Samora Machel, a morte do presidente na noite do dia 19 de outubro passado foi uma trágica surpresa para todos os moçambicanos. Nas duas semanas anteriores ao desastre aéreo que o matou, Machel vinha desenvolvendo uma intensa movimentação diplomática cujo objetivo final era reverter o quadro político-diplomático-militar na África Austral. Tratava-se de uma ofensiva destinada a isolar e neutralizar os principais aliados do *apartheid* na região.

Toda a movimentação diplomática do falecido presidente moçambicano havia sido deflagrada a partir do apoio recebido pelos países anti-racistas da África Austral na Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, realizada em setembro em Harare. Logo depois da Conferência, Samora Machel, junto com o presidente de Zâmbia, Kenneth Kaunda e o primeiro-ministro do Zimbábue, Robert Mugabe, também presidente dos Não-Alinhados, foram até a capital do Malaui, Blantyre, para uma reunião com o presidente Komazu Banda, cujo governo nunca chegou a romper politicamente com a África do Sul.

Durante quase duas horas de uma reunião tensa e a portas fechadas, os dirigentes de Moçambique, Zâmbia e Zimbábue criticaram duramente o governo do Malaui, acusando-o de ter se transformado numa base de apoio aos grupos armados pela África do Sul e que, há dez anos, tentam desestabilizar o governo de Maputo. Machel teria inclusive desafiado o presidente Banda a ir em sua companhia até a região da fronteira entre os dois países para verificar *in loco* as bases militares montadas pela África do Sul para o grupo Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) que atua sob a orientação direta de Pretória. Banda se negou a acompanhar Machel mas, dias depois, uma delegação de alto nível do Malaui chegou a Maputo para conversações.

Machel estava decidido a neutralizar a aliança do Malaui com a África do Sul e seu passo seguinte foi participar de uma nova reunião de cúpula de países da África Austral, dessa vez na



A morte de Machel foi trágica surpresa para o povo



Graça Machel (ao centro), viúva do falecido presidente, acompanha o féretro de Samora Machel

localidade de Mbala, na Zâmbia, à qual estiveram presentes, além de Kaunda e Mugabe, o presidente do Zaire, Mobuto Sese Seko e o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos. A presença do Zaire não chegou a ser explicada oficialmente mas, ao que tudo indica, está relacionada com o trânsito de material de guerra para a Unita, grupo também armado pela África do Sul. Novamente o esforço de Machel em neutralizar aliados e simpatizantes do *apartheid* esteve em pauta nas discussões.

Toda essa movimentação provocou uma preocupação crescente na alta cúpula de Pretória que, em resposta, passou a fazer ameaças bem como deslocar tropas para a fronteira com Moçambique. A imprensa de Joanesburgo, fazendo eco a declarações de altos funcionários do regime racista, começou a ameaçar diretamente o presidente Samora Machel, que foi transformado assim no alvo principal das retaliações sul-africanas. Em termos concretos, ao mesmo tempo em que determinou a infiltração de comandos terroristas na fronteira moçambicana, situada a 80km de Maputo, o regime do *apartheid* mobilizou cerca de oito mil homens ao

longo da fronteira do Malaui com Moçambique.

Foi em meio a esse clima de mobilização bélica, que o avião de Machel caiu dentro de território sul-africano, muito perto da fronteira, quando se preparava para aterrissar em Maputo, procedente de Mbala. O desastre aconteceu às nove e meia da noite do dia 19 de outubro, mas só às seis e cinquenta da manhã do dia seguinte as autoridades sul-africanas confirmaram a Maputo a queda do aparelho Tupolev que levava o presidente moçambicano.

O luto popular

Raros governantes africanos foram alvo de tanto carinho e respeito popular como Samora Machel. Para as crianças nascidas depois da independência e que não conheceram a luta contra o colonialismo português, Machel era o homem alegre e espontâneo que cantava nos comícios e falava a linguagem do povo. Para os adolescentes, o presidente morto deixou a imagem de um líder constantemente preocupado em saber se havia escolas suficientes para todos e se não faltava comida e roupa para os estudantes. Para

terceiro mundo - 25

Mocambique

os mais velhos, a figura de Machel se confundia com a luta contra todas as formas de racismo e discriminação no país.

Por isso, logo depois do desastre aéreo, a África do Sul lançou uma campanha de desinformação destinada a criar dúvidas entre os moçambicanos. Foram divulgadas notícias de que o avião havia sido abatido pela Renamo, ao mesmo tempo que fontes governamentais de Pretória mencionavam a possibilidade de distúrbios de rua e conflitos entre facções políticas tão logo Samora Machel fosse enterrado. Algumas rádios sul-africanas chegaram a falar num massacre da população branca em Moçambique em represália à morte do presidente. Mas nada disso chegou a acontecer.

Pelo contrário, a chuva fina e fria que caiu no dia da morte sobre Maputo, após meses de uma longa estiagem, foi encarada pelo povo

como um bom presságio. Segundo a tradição africana, sempre que chove no dia da morte de uma pessoa muito importante, isso é sinal de que o morto foi bem acolhido por seus antepassados, que ele era uma pessoa muito importante e respeitada, e que o futuro do país será promissor. A tradição diz também que ao juntar-se aos seus ancestrais, o líder desaparecido não perde a influência sobre os seus liderados e servirá como penhor da paz e prosperidade.

Os bons augúrios serviram para aliviar um pouco a dor e o choque emocional que atingiu todos os moçambicanos indiscriminadamente. E, em parte, foram responsáveis pela impressionante demonstração de unidade e solidariedade que tomou conta do país mesmo antes do enterro de Samora Machel. Filas intermináveis se formaram nos arredores do edifício do Conselho Executivo da cidade de Maputo, onde o cor-

“Uphi Samora?”

☐ Vasco Langa, funcionário do protocolo do Ministério das Relações Exteriores de Moçambique, foi um dos sobreviventes do desastre aéreo de 19 de outubro passado, que vitimou o presidente Samora Machel. No seu regresso a Maputo, depois de dez dias internado num hospital sul-africano de Nelspruit, Langa contou a alguns dirigentes moçambicanos tudo o que presenciou depois da queda do avião presidencial e como foi tratado pelas autoridades do *apartheid*.

Segundo Langa, ao voltar a si, poucos minutos após a queda do aparelho – “eram 21,35h” –, viu três grupos de homens brancos e negros, cada um com cerca de nove pessoas, dirigirem-se para o local do acidente. “Um grupo veio da asa direita, onde eu estava sentado. Traziam pistolas na mão. Passaram em frente, por cima dos corpos. Falavam em *afrikaaner* e *zulu*”. O

funcionário do protocolo afirma que um dos homens repetia constantemente “*Uphi Samora? Uphi Samora?*” (onde está Samora?). Logo a seguir, apareceu um segundo grupo vindo da “cabeça do avião”, passando pelo lado “onde eu estava”. “Eles pisavam mesmo nas pessoas”, disse. Passados alguns minutos, os sobreviventes que iam voltando a si começaram a gritar por socorro.

Langa revelou que um dos grupos, equipado com lanternas, começou a recolher documentos dos destroços. “Apanharam os documentos da Ivete (a secretária de Samora) e do camarada presidente. Apanharam todos os documentos que estavam lá fora e foram-se embora”.

Sobre esse mesmo ponto, um outro sobrevivente, Almeida Bruno, declarou numa entrevista coletiva em Maputo que o número de mortos não teria sido tão grande se os sul-africanos tivessem prestado socorro imediato às vítimas, em vez de passarem horas recolhendo documentos e outros materiais, sem se importarem com os

po foi velado. Nas filas, chamou muito a atenção a presença de grande número de mulheres das comunidades paquistanesa e indiana. Foi a primeira vez, desde a independência em 1975, que elas participavam de uma cerimônia envolvendo um dirigente moçambicano. Só na visita do então presidente de Portugal Ramalho Eanes é que as duas comunidades haviam tomado parte numa solenidade oficial. Vestidas de branco, as mulheres de origem paquistanesa e indiana se somaram a todos os demais grupos sociais nas homenagens ao líder morto.

A participação das comunidades indiana e paquistanesa tem um significado político importante para Moçambique, porque elas têm uma forte influência no comércio privado do país e várias vezes foram acusadas de tráfico de divisas e contrabando. Um importante negociante paquistanês foi fuzilado, há três anos em

feridos.

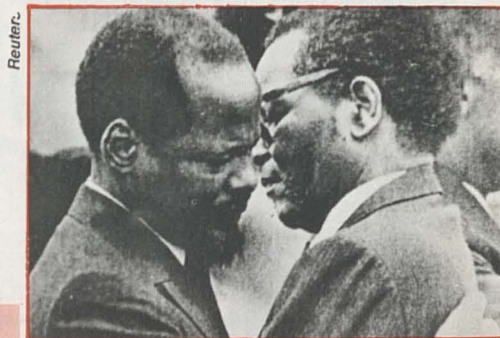
A certa altura, Vasco Langa diz ter ouvido o "barulho de helicópteros", que no entanto não chegaram ao local do desastre. Mais tarde, "vieram muitos carros" que se colocaram "em várias posições à volta do avião, com os faróis acesos, mas quando se aproximaram do local, foram apagados. Ficaram só com aquelas lanternas de foco muito grande". Eram 8 horas da manhã do dia 20, quando os primeiros sobreviventes deram entrada num hospital de Nelspruit.

Dos dias 20 a 24, Langa conta que foi submetido a vários "interrogatórios" sobre o seu relacionamento com o presidente Samora Machel e sobre o teor da última reunião do líder moçambicano com as autoridades do Zimbábue. "Disseram-me: 'Langa, é bom dizeres a verdade, porque nós já temos todos os dados sobre ti e tua profissão'. Eu lhes disse que não sabia de nada".

Vasco Langa afirma que foi então que tentaram aliciá-lo para se juntar aos ban-

praça pública, por crimes de sabotagem econômica e, depois disso, surgiram desconfianças recíprocas entre o governo e os "munhés", como são popularmente chamados os asiáticos. No enterro de Machel, as diferenças passadas foram definitivamente esquecidas.

Além dos muçulmanos e hindus, também estiveram presentes, tanto no velório como no enterro, numa demonstração de unidade, outras



Oliver Tambo (dir.) abraça o novo presidente do país, durante o funeral de Samora Machel

dos contra-revolucionários. "Eles me disseram: 'Tu sabes que a Renamo está avançando, está tomando posições importantes? Não sabes disso?' e insistiram: 'Langa, estamos vendo que estás muito ferido. Nós te garantimos que em duas semanas vamos te submeter a operações e tratamentos intensivos e que hás de ficar bom. Vamos te levar para Pretória, onde hás de estudar e queremos te juntar ao grupo que está trabalhando para libertar Moçambique'".

Os interrogatórios continuaram, incidindo sobre vários tópicos. "Eles mandaram um major da força aérea fazer-me perguntas sobre aviação. Eu lhes respondia que não entendia nada disso".

Segundo Langa, mal chegou ao hospital, e ainda sofrendo de dores agudas, foi obrigado a ouvir dos militares sul-africanos comentários do tipo: "Já sabes que o Samora morreu? Já sabes que o marxista morreu?"

Mocambique

religiões, inclusive a seita Baha'i. O arcebispo da capital moçambicana rezou uma missa fúnebre de 7**o dia assistida por membros do ministério, na qual o prelado qualificou Samora Machel como "um exemplo único, talvez em todo o mundo, de governo que englobou todas as raças, tribos e credos". No sermão, o arcebispo afirmou também que o acidente aéreo poderia ter sido causado por "um inimigo com medo, que valeu-se da morte para alcançar seus intentos".



Populares prestam a última homenagem a Machel

O enterro

Coube ao veterano dirigente da luta armada e segundo homem na hierarquia do Partido Frelimo, Marcelino dos Santos, a responsabilidade de pronunciar o discurso de despedida, no enterro de Samora Machel no dia 28 de outubro. Delegações de 70 países, 20 chefes de estado e de governo e uma multidão de quase 200 mil pessoas ouviram Marcelino dar o adeus oficial ao presidente morto, num discurso interrompido várias vezes pela emoção e pelas lágrimas. Na hora do enterro, dez e meia da manhã, Moçambique parou num minuto de silêncio.

Centenas de pessoas acompanharam o enterro agarradas ao carro preto que transportava — 28 — terceiro mundo

Marcelino dos Santos, que com os vidros abertos dava a mão a populares, confortando e sendo confortado por moçambicanos anônimos. O velho companheiro de Machel, na guerrilha e no governo, era o símbolo da dor nacional.

Dentro do Monumento aos Heróis, o corpo de Machel foi depositado ao lado da sepultura de Eduardo Mondlane, o fundador da Frelimo, morto em 1969 por um pacote-bomba enviado pelo serviço secreto da polícia fascista de Portugal. A cerimônia foi simples e restrita à família de Machel, membros da direção da Frelimo e comandantes militares moçambicanos. Logo depois, foi a vez dos chefes de estado e delegações estrangeiras depositarem coroas de flores no túmulo.

Horas depois, milhares de pessoas se dirigiram ao parque de camping localizado próximo a uma das praias mais populares de Maputo, para a tradicional cerimônia de lavar as mãos. A tradição africana prevê que após o enterro de um familiar ou pessoa muito amiga, os parentes e vizinhos se reúnam para comer, lavando antes as mãos. Milhares de mulheres vestidas de negro ofereciam toalhas brancas para que todos lavassem suas mãos.

A posse de Chissano

O ministro do Exterior, ex-primeiro-ministro e velho amigo de Machel, Joaquim Chissano, foi eleito presidente de Moçambique no dia três de novembro pelo Bureau Político do Comité Central da Frelimo. No seu discurso de posse, o novo presidente moçambicano dedicou prioridade especial à luta contra os grupos armados orientados pela África do Sul, pedindo uma intensificação dos combates e a mobilização nacional contra a Renamo. "Temos que levar todo o povo a participar desta luta, mobilizando todos os nossos recursos humanos, materiais e financeiros, para assegurarmos uma vitória que garanta a continuidade da nossa revolução e a edificação do socialismo em Moçambique", pediu Chissano.

A sucessão presidencial aconteceu em meio a



Destroços do avião presidencial, caído em território sul-africano: acidente ou sabotagem?

um clima de grande tensão com a África do Sul, pois Pretória responsabilizou o governo de Moçambique por supostos atentados cometidos na fronteira. Os sul-africanos acusaram o Congresso Nacional Africano (ANC) pelos atentados, afirmando que eles foram organizados a partir de bases situadas dentro de território moçambicano. A acusação foi energicamente desmentida pelas autoridades de Maputo, que a atribuíram ao desejo de criar um pretexto para uma nova invasão militar ou tentar provocar intimidação e divisão no novo governo.

A ascensão de Joaquim Chissano ao poder não provocou nenhuma interrupção na linha política e diplomática que vinha sendo adotada pela Frelimo na pessoa de Samora Machel. O novo presidente teve uma longa convivência com seu antecessor, participou diretamente de todas as decisões da Frelimo, em toda a história do movimento, e foi sucessivamente reeleito para os cargos mais importantes do partido. Tem cursos de treinamento militar no exterior, além de ter participado da luta de libertação contra o colonialismo português, o que lhe dá intimidade com questões militares relacionadas

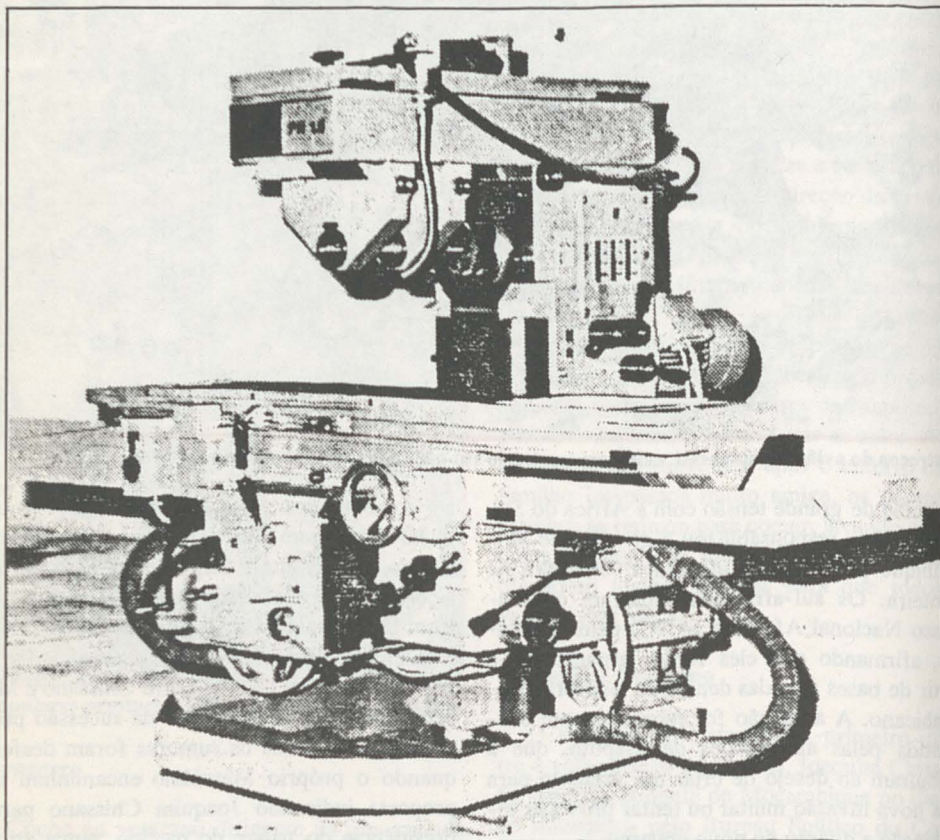
ao combate aos grupos armados da Renamo. Além disso, tem uma larga experiência diplomática, pois ocupa o cargo de ministro das Relações Exteriores desde 1975. É membro do Comitê Central da Frelimo desde 1963.

Desde a morte de Machel, especulava-se sobre uma possível disputa entre Chissano e Marcelino dos Santos em torno da sucessão presidencial. Mas todos os rumores foram desfeitos quando o próprio Marcelino encaminhou uma proposta indicando Joaquim Chissano para a presidência do país e do partido, numa atitude que contou com a aprovação unânime de todos os membros do Comitê Central. Quando o novo presidente assumiu formalmente o posto numa cerimônia pública, também chovia em Maputo, um sinal encarado pelos moçambicanos que assistiram à cerimônia como "mais um bom augúrio". E da mesma forma que Machel, que quase sempre terminava seus discursos cantando, Joaquim Chissano encerrou seu pronunciamento com um refrão popular africano que diz em língua *changana*: *hi ta famba, hi voninguela* (Iremos adiante e espalharemos a luz).

●
Etevaldo Hipólito, de Moçambique

terceiro mundo - 29

Quaisquer que sejam seus desejos em máquinas-ferramentas, PMO lhe oferece a competência de seu pessoal e a eficiência de seus produtos.
PMO: máquinas-ferramentas das mais altas condições técnicas para um trabalho perfeito.



Produz desde 1976:

- | | |
|--------------|--------------------|
| — Fresadoras | — Tornos paralelos |
| — Taladros | — Tornos polidores |
| — Afiadoras | — Pedras de afiar |

EMPRESA NACIONAL ARGELINA DE MÁQUINAS-FERRAMENTAS

Escritórios e fábrica:

B.P. 159 Oued - Hamimine - Constantine - Argélia

Tels.: 93.29.16 - 93.39.18 e 93.90.30/36

Telex: 92.877 e 92.840



“Breve estarei em Assunção”

O vice-presidente do Partido Liberal Autêntico é da opinião que a conquista da democracia ainda é possível pela via pacífica e que as eleições presidenciais previstas para 1988 serão realizadas

Desterrado desde 1982, quando o ditador Alfredo Stroessner não “engoliu” a edição do seu livro “O general comerciante”, Domingo Laino tentou, por cinco vezes, regressar ao Paraguai, no que sempre foi impedido. Já refeito das agressões recebidas, juntamente com aqueles que o acompanharam na sua última tentativa – a 24 de junho último – de regresso à pátria (o ex-embaixador norte-americano Robert White e o seu assis-

tente argentino Alfredo Forti; os deputados uruguaios Roberto Asiaín e López Balestra; Melinda Roe-rik, do Centro de Estudos Internacionais de Washington; e o almirante norte-americano John Lee, membro do Conselho do Centro de Estudos Políticos de Washington), o vice-presidente do Partido Liberal Radical Autêntico respondeu a algumas perguntas colocadas por cadernos do terceiro mundo.

Há alguma diferença entre essa sua última tentativa e as anteriores?

– As primeiras três tentativas foram feitas sozinho, sem qualquer comitiva ou amigo nacional ou estrangeiro que me acompanhasse. Não tiveram grande repercussão. A quarta já foi feita com a mediação da igreja católica, quando do Ano Internacional da Família. O governo havia dito que eu poderia regressar com a minha esposa e meus quatro filhos por via terrestre, mas quando



Prensa Latina

A hora é de mudança e o Paraguai não poderá ficar fechado aos novos tempos de liberdade



Domingo Laino, um regresso que é esperado a qualquer momento

nos apresentamos, minha entrada foi recusada. O porta-voz do governo faltou à sua palavra, apesar da mediação do arcebispo. Finalmente desloquei-me a Washington onde recebi a colaboração do senador Edward Kennedy, que enviou uma carta a Stroessner pedindo-lhe que me deixasse entrar, além de cerca de meia centena de representantes dos partidos políticos que também se dirigiram a Stroessner. Dessa vez a repercussão foi bastante maior devido às personalidades que me acompanharam e à cobertura da viagem feita por três canais da televisão norte-americana.

Apesar da maior repercussão e do interesse despertado nos Estados Unidos não con-
32 - terceiro mundo

seguir entrar...

— Mas já não é a mesma coisa. Antes Stroessner acusava-me de incendiário subversivo. Hoje, homens como o ministro do Interior Augusto Montanaro, o fiscal-geral do Estado Clotildo Giménez Benítez e outros, já não me qualificam assim, afirmam que o meu caso está em estudo e dão a entender que eventualmente poderei regressar ao país. Isso se deve às pressões a que estão sujeitos, sobretudo por parte dos países europeus do Mercado Comum, dos Estados Unidos (desde a agressão física ao embaixador White) e do governo uruguaio.

Rafes da transição

Como vê a situação da di-

Reuters

tadura mais longa da história americana?

— Estamos em vias de uma transição para a democracia, baseada em condições objetivas internas e no plano internacional. A democratização da Argentina, Uruguai, Brasil e Bolívia; os recentes acontecimentos nas Filipinas e no Haiti, todos esses fatos funcionam como uma pressão para que Stroessner se sinta cada vez mais isolado na comunidade internacional. E mesmo dentro do Paraguai também existem novidades políticas e sócio-econômicas, como, por exemplo, o que aconteceu com os camponeses da zona do Alto Paraná, no estado de Caaguazú, que faz fronteira com o Brasil.

Que acontecimentos foram esses?

— Organizações camponesas e camponeses organizados ocuparam terras incultas. Fizeram as suas casas e começaram a lavrar, até que a repressão chegou de forma selvagem e assassinou os irmãos Martínez, filiados ao Partido Liberal. A 40km de Juan O'Leary, em Caaguazú, cerca de vinte camponeses foram enforcados nas árvores pela polícia, fatos que são do conhecimento público (chegaram até a ser publicados nos jornais controlados pelo sistema) e que foram condenados pelo bispo católico de Chaco, Melanio Medina. É patente também a grave situação sócio-econômica, que pode ser verificada no fluxo contínuo de paraguaios que saem do país, apesar da crise nos outros

cadernos do

terceiro mundo

Ainda é
tempo de
presentear os
amigos.
"Cadernos" é uma
boa opção.

**Seus amigos merecem
começar o ano com
uma visão correta do mundo.
Dê a eles uma assinatura de
"cadernos".**

Promoção
de
Ano Novo
com vários
brindes.



Nº DE ASSINATURAS	VALOR EM CZ\$	BRINDES
5	750,00	1 Guia do Terceiro Mundo
4	600,00	1 Assinatura de "Cadernos"
3	450,00	1 Disco de "Radamés Gnattali"
2	300,00	2 Livros de nossa escolha
1	150,00	1 Livro de nossa escolha

Cupons no Verso

CUPONS DA PROMOÇÃO

Preencha os cupons desta página. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. central) no valor correspondente aos pedidos e envie em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer somente um pedido individual utilize apenas um cupom, mas não deixe de preencher também o cupom do brinde.

CUPOM DO BRINDE REMETENTE

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cz\$ em () cheque(s) nominal(is) ou () vale postal-ag. central em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Aguardo, portanto, o brinde a que tenho direito.

Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel:

() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos"
 () Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel:
 Estou remetendo, junto com este cupom, () cheque nominal ou () vale postal-ag. central no valor de Cz\$ 150,00 (já com desconto).

() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos"
 () Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel:
 Estou remetendo, junto com este cupom, () cheque nominal ou () vale postal-ag. central no valor de Cz\$ 150,00 (já com desconto).

() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos"
 () Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel:
 Estou remetendo, junto com este cupom, () cheque nominal ou () vale postal-ag. central no valor de Cz\$ 150,00 (já com desconto).

() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos"
 () Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel:
 Estou remetendo, junto com este cupom, () cheque nominal ou () vale postal-ag. central no valor de Cz\$ 150,00 (já com desconto).

() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos"
 () Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel:
 Estou remetendo, junto com este cupom, () cheque nominal ou () vale postal-ag. central no valor de Cz\$ 150,00 (já com desconto).

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº Comercial - Rua da Lapa, 180 - sala 1108 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021 - Tels.: (021) 222-5771 ou 252-7440.

países vizinhos para onde se dirigem, porque no Paraguai ela é muito mais aguda.

O sistema também foi abalado pelo desmantelamento de muitos negócios ilícitos. A polícia argentina tem investigado a entrada irregular de mais de 500 automóveis Mercedes Benz trazidos do Paraguai, por onde também passam os canais do narcotráfico. Na ilha argentina de Cerrito foram apreendidos 287kg de maconha. Há paraguaios implicados, juntamente com o secretário particular do governador Florencio Tenev, que está intimamente ligado ao governo Stroessner.

Do ponto de vista econômico também existem sintomas de debilidade. De janeiro a julho de 1986 as exportações caíram 46% em relação ao mesmo período de 1985, e o montante de dólares que vão entrar este ano não serão suficientes para cobrir os serviços da dívida externa paraguaia, que é de 1,8 bilhão de dólares a pública, ou de três bilhões se se juntar a privada. Dividida por três milhões de habitantes, dá cerca de mil dólares per cápita. O valor das exportações anuais, que era de 300 milhões de dólares, caiu para 220 milhões, devido à seca e às inundações. A superfície das culturas de soja e algodão — produtos que representam mais de 60% das exportações do país — diminuiu. Acrescente-se a tudo isso a deterioração dos preços de produtos agrícolas no mercado mundial, que afeta todo o Terceiro Mundo.

Por outro lado, são visíveis as consequências do término

das grandes obras da barragem de Itaipu, que deram origem a receitas muito grandes, como a entrada de 18 bilhões de dólares só numa década. Como a construção da hidrelétrica de Yaciretá continua muito lenta em relação ao cronograma previsto, os trabalhadores de Itaipu ficarão desempregados. Existe um estoque de capital em depósito, máquinas valiosas que se deterioram e que portanto não servem para novas

importante para a transição da ditadura para a democracia pluralista foi ter-se conseguido um maior empenho da igreja católica paraguaia, que tem feito apelos ao diálogo nacional. A fé religiosa está presente em 90% da população.

Por que é que a igreja mudou o seu comportamento?

— Ela sempre teve diferentes correntes. A linha, digamos assim, agrária, que sempre cri-



A ditadura é responsável pelas condições de miséria do povo

obras. Tudo isso afeta a estrutura do poder, enfraquecendo-o. As exportações ilícitas são volumosas, equivalentes às legais, e são constituídas principalmente de madeira e grãos que saem pelo Brasil sem pagar impostos.

Dialogar com todos os setores

E quanto à situação política?

— As condições objetivas alteraram-se e o movimento democrático avançou. Muito

importante para a transição da ditadura para a democracia pluralista foi ter-se conseguido um maior empenho da igreja católica paraguaia, que tem feito apelos ao diálogo nacional. A fé religiosa está presente em 90% da população.

ticou o regime, representada pelos bispos Ramón Bogarin, da província de Misiones, e Melanio Medina, passou a orientar a igreja. Por outro lado, dentro do Partido Colorado começam a aparecer contradições, pratica-se pela primeira vez uma certa democracia, com duas chapas em algumas seções.

Você considera possível uma aliança com alguns desses setores colorados?

— Os que criticam o sistema vigente e apregoam princípios

terceiro mundo — 33

de democracia pluralista estão para nós numa posição aceitável. Isso diminui a esfera de influência do sistema, enfraquecendo-o bastante. Temos que dialogar com todos os setores, inclusive com a ditadura, como defende a igreja, para chegarmos a uma transição pacífica, sem desordem, para sairmos desta situação de uma forma não-violenta, sem mortes nem derramamento de sangue.

Existe no Paraguai esse verdadeiro rastro de sangue e morte como acontece no Chile?

— São fenômenos diferentes. A ditadura paraguaia é mais antiga. Teve início com Moringo em 1944, e aí levamos quase meio século de autocracia. O Paraguai teve a sua experiência armada, uma revolução em 1947 que custou muitas vidas, onde todos os partidos foram derrotados por Moringo e pelo Partido Colorado. Em 1959-60 tivemos também as nossas guerrilhas liberais, nos bosques de Caaguazú, vencidas pelo sistema de Stroessner. Segundo a polícia paraguaia, houve projetos de atentados e uma experiência armada que nós não acompanhamos. O Chile é muito diferente. Todos conhecem as circunstâncias da derrubada e assassinato de Allende e a ação de Pinochet. Ações tremendamente violentas geram diferentes tipos de reação. No Chile existem um Partido Comunista e uma esquerda organizada e forte, o que não acontece no Paraguai. Às vezes, os mais impacientes re-

clamam um outro tipo de política — a armada — para o nosso país. A nossa resposta é que muitas vezes podem ocorrer ações espetaculares sem no entanto darem qualquer fruto real para o advento de uma democracia pluralista, como a que esperamos alcançar depois de tanta paciência. Esta crise econômica nos faz sofrer mas ao mesmo tempo permite que vejamos o sistema ditatorial não apenas opressivo no plano político mas também nos planos econômico e social.

As forças políticas e sociais

Qual é o panorama geral das forças políticas?

— Existem dois partidos fortes, o Partido Liberal Radical Autêntico e o Colorado, dois partidos tradicionais que no próximo ano completam cem anos de existência. Os dois reúnem de 70 a 90% do eleitorado. O restante fica dividido entre o Partido Revolucionário Febrerista, filiado à Internacional Socialista, o Partido Democrata-Cristão e o pequeno Partido Comunista, que foi muito castigado pelo sistema. O seu secretário-geral, Juan José Soler, é um dos desaparecidos, presumivelmente morto em alguma dependência da polícia. Esses três partidos poderiam ter entre 10 e 30% do eleitorado. O Colorado e o Liberal têm sofrido com os ataques do sistema; Stroessner dividiu o seu próprio partido e o liberalismo. Essa última corrente está dividida em três grupos: o Liberal, o Liberal Radical, que tem re-

presentação eleitoral, e o Liberal Radical Autêntico, que apesar de não estar registrado na Junta Eleitoral é o principal partido da oposição. O Colorado está dividido entre os militares, o stroessnerismo sem Stroessner, e os que criticam o stroessnerismo, os chamados "tradicionalistas". A partir da abertura democrática da Argentina, do Uruguai e do Brasil o governo viu-se forçado a ter uma posição mais tolerante com a oposição, permitindo manifestações públicas dos partidos. Com um ano de vida, o Movimento Intersindical de Trabalhadores foi protagonista de fatos importantes, como o desfile de cinco mil pessoas no 1º de Maio deste ano. Também os médicos dos hospitais se manifestaram reivindicando melhores salários. As associações em geral, os camponeses sem terra e os estudantes militam de forma cada vez mais ativa contra o ditador.

Essas forças sociais estão reunidas num centro unificador?

— Não estão, mas há um esforço para se conseguir isso. O Acordo Nacional, que reúne "febreristas", democratas cristãos, liberais radicais autênticos e um setor colorado foi um projeto importante mas não conseguiu abranger as forças sociais, culturais e universitárias para ampliar o espectro desse acordo que continua a ser essencialmente político. O apelo da igreja ao diálogo poderá contribuir para que se tenha um espectro mais amplo.



Stroessner: o mandato do ditador termina em 1988

As relações com a igreja

Como os liberais se dão com a igreja?

— Historicamente, houve uma tensão com a igreja católica à luz dos princípios universais que deram origem ao liberalismo: o laicismo e a sobreposição da razão sobre a fé como forma de se chegar à verdade. Nos últimos tempos existe uma maior atenção do liberalismo em relação à problemática paraguaia dentro de um contexto terceiro-mundista. Estamos lutando não só contra graves violações dos direitos humanos, que constituem um problema político, como ainda contra a opressão econômica que muitas vezes tem as suas origens para além das fronteiras do país. Certos princípios liberais clássicos, como a especialização para o comércio internacional e o anticonservadorismo econômico em benefício da mão invisível do mercado não se ajustam aos interesses de países como o Paraguai, beneficiando apenas os países que controlam a economia.

1986 — Dezembro — nº 96

Mas como são concretamente as relações com a igreja?

— Muito boas, sobretudo com os setores que se ocuparam da organização camponesa, incluindo os camponeses liberais. Quando monsenhor Melanio Medina vem a Buenos Aires, conversamos sobre o Paraguai e a problemática latino-americana. Estamos de acordo com o arcebispo Ismael Rolón no seu empenho pelo diálogo nacional. Não existem pontos de conflito.

Que influência pode ter a posição norte-americana no Paraguai?

— Muito grande e não apenas no Paraguai. É o centro do poder cuja importância é inegável. O embaixador Clyde Taylor e outros emissários expõem teoricamente a sua preocupação com a violência e os direitos humanos e sobre a necessidade de que o Paraguai transite para uma abertura maior no campo político. Nos Estados Unidos, a política é mais complexa do que nos nossos países periféricos. Existem diversos grupos de

pressão, o Pentágono, a CIA, o Congresso, o Departamento de Estado, a opinião pública. Para se averiguar sobre a profundidade da mudança da antiga posição para esta nova no que se refere ao nosso país haveria que verificar e estudar cada um desses fatores de poder, cuja complexidade os coloca fora do nosso alcance.

Quando você voltará a Assunção?

— Muito em breve. Existem condições objetivas internas e externas.

Haverá eleições presidenciais a curto prazo?

— Em 1988 acaba o mandato de Stroessner.

Você será candidato?

— Nunca pensei nisso. A longa ditadura requer uma transição. Portanto, se o meu partido assim o decidir, e em eleições livres, poderia sê-lo. Deverei estar no lugar onde possa prestar mais benefícios à causa do povo pelas suas reivindicações políticas, econômicas e sociais.

•
Horacio Verbitsky

terceiro mundo — 35

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA PESADA

Empresa Nacional do Sal - ENASEL

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PRODUTO:

Substâncias	Salgema %	Sal salino %
NaCl	99,85	99,19
MgCl ²	—	0,349
MgSO ⁴	0,010	—
CaCl ²	—	0,039
CaSO ⁴	0,044	0,375
Mg	—	0,089
Ca	—	0,124
SO ⁴	—	0,265
Insolúveis	0,087	0,033

SETORES USUÁRIOS

1 Uso industrial

Indústria alimentícia
Indústria plástica
Indústria de peles
Indústria petroquímica
Indústria têxtil
Indústria de perfuração e sondagem
Demais atividades industriais

2 Uso doméstico

Quantidades disponíveis para exportação
em 1987

18 mil toneladas de sal industrial

EMBALAGEM:

- Sal industrial
- Sacos de polipropileno trançado de 25 kg
- Sacos de polietileno de 50 kg

PORTO DE EMBARQUE:

Arzew

ENCARREGADOS DA EXPORTAÇÃO:

- FELOUKI Mokhtar
- ZETILI Abdeslam
- FARAH Mohamed-Larbi

B. P. 13 B COUDIAT CONSTANTINE - ARGÉLIA

Telex: 92778 Telefone: 68.5693

Haiti

Com a palavra, o povo

Apesar da frustração do processo eleitoral, sem credibilidade, as organizações populares irrompem no dia-a-dia do país e dinamizam o debate político

O Haiti está vivendo num clima de liberdade sem precedentes em sua história. O momento é dos mais estimulantes em razão da riqueza de expressão, reivindicações e busca da democracia por parte das classes populares.

A paz e o espaço de liberdades conquistados são impressionantes e se fazem notar principalmente na província e no campo, onde o poder duvalierista foi substituído por autoridades designadas pelo povo para os cargos da guarda rural,

prefeituras e comitês locais, que continuam em funcionamento em muitos pontos. Ao mesmo tempo e em todo o país continuam aparecendo associações civis e grupos políticos diversos. Toda essa mobilização levanta uma única bandeira: a democracia.

Pela primeira vez a imprensa, a televisão e todos os meios de comunicação assumem uma função crítica. Ocorrem debates que chegam a ponto de questionar o poder constituído, que tenta limitar essa liberdade, a qual continua notória, embora não tanto quanto nas semanas imediatamente posteriores à queda do ditador. Os partidos políticos

Reuters



No Haiti pós-Duvalier, as classes populares buscam agora uma verdadeira democracia



Reuters

Aumentam os protestos contra as subcondições de vida

estão funcionando, ainda inseguros em seus passos mas com voz forte em suas críticas e exigências. Antes de tudo, o povo adquiriu consciência de sua própria força.

O modelo que os militares pretendiam impor ao assumir o poder era o do "duvalierismo sem Duvalier". Seus planos foram frustrados pela mobilização popular, que chegou a um nível impensável nos dias seguintes à fuga do ditador. Os 300 mil assassinos a soldo, que em todo o país eram chamados de *tonton-macoutes*, foram es-corraçados. Mais de mil – os mais sanguinários – foram degolados, sobretudo no interior do país, ou então se viram obrigados a fugir para Miami ou Santo Domingo. Na verda-

de, enquanto o povo castigava sem piedade os *tonton-macoutes* provenientes das camadas populares, a burguesia e o exército protegiam os seus, os mais poderosos. O movimento popular, porém, por não dispor de suficiente organização e lideranças, não pode completar totalmente a empreitada da democratização.

A ascensão popular

O povo está com a palavra. Nas esquinas, nas fábricas, no campo e no transporte coletivo as pessoas vão manifestando o seu descontentamento, criticando a impotência do governo provisório em relação aos problemas do país, que não param de crescer. É surpreendente o

nível de consciência das pessoas simples. Por meio do que elas dizem, se percebe a profundidade dos movimentos sociais que estão comovendo o país, brotando das entranhas de um sistema sócio-econômico em crise. Foram esses movimentos, e não as organizações políticas, os motores do questionamento da ditadura.

Nos bairros populosos da capital, Porto Príncipe, nos quais mais de meio milhão de pessoas vive sem água, sem trabalho e sem uma ração diária de comida, as barricadas levantadas em junho manifestavam repúdio ao ministro do Interior, ao coronel Williams Regala e ao ministro das Finanças, Lesly Delalour, considerados pelo povo como marionetes dos Estados Unidos.

De um modo geral, nesses bairros cresce o descontentamento, a agitação social e as queixas sobre as condições sub-humanas de vida de seus habitantes. Estes nada têm a perder. Sua atitude psicológica em relação ao poder e aos ricos é de insubordinação. Na cidade de Les Cayes, castigada por inundações, os habitantes se recusaram a receber a ajuda em alimentos enviada pelo governo. Os helicópteros tiveram que voltar de barriga cheia, enquanto o povo, de barriga vazia, reivindicava mais: trabalho e mudança de sistema.

As viagens do Conselho Nacional de Governo (CNG) pelo interior foram recebidas com diversas formas de protesto nas cidades de Jeremie, Jacmel e Petit Gonaives. Nessa última, situada no sul do país,

as pessoas se vestiram de preto em repúdio à presença do coronel Regala, o segundo homem da Junta. Ele é tido pelo povo de Petit Gonaives como um dos responsáveis pela matança ocorrida em 1964 nessa cidade, ocasião em que foram assassinados 60 parentes de guerrilheiros que haviam chegado fazia pouco tempo do exterior para internar-se nas montanhas.

No campo, continuam as invasões de terra por parte dos camponeses. Eles querem recuperar as suas propriedades, usurpadas pelos duvalieristas, ou receber um pedaço de terra. A rádio "Soleil", emissora católica, se faz porta-voz das reivindicações camponesas dos pontos mais distantes do país, exigindo os seus direitos e opinando sobre questões vitais da cidadania.

O país está vivendo num estado de insubordinação social generalizada. A exigência de democracia faz parte dessa insubordinação, que questiona, além do CNG, um sistema que é por si mesmo antidemocrático. A mobilização popular tem condições de introduzir no Haiti uma dinâmica revolucionária, embora a vanguarda desse movimento espontâneo ainda esteja por se organizar.

O panorama político-partidário

A estruturação da sociedade política está enfrentando os limites impostos pela ditadura duvalierista. A despolitização da população, imposta pelo terror, e a desconfiança siste-

maticamente semeada não desaparecem de um dia para o outro, bem como os efeitos do aniquilamento das lideranças e dos quadros políticos, principalmente os oriundos do povo ou voltados para ele, e em me-



Aumentam as manifestações de regozijo pela queda do ditador Duvalier (na foto ao lado)



nor medida os de classe média.

Toda essa situação criou, ao longo de 30 anos, um vazio que não pode ser preenchido em apenas alguns meses. Por esse motivo, ainda não surgiu uma força política organizada, depois do impulso do movi-

lítica real.

Os partidos eleitoreiros aparecem como capim. Os que já tinham uma existência formal anterior, em oposição à ditadura, como o Democrata Cristão, de Sylvio Claude, e o Social Cristão, de Grégoire

Eugène, estão tentando se estruturar em âmbito nacional.

Os líderes vindos do estrangeiro como candidatos à presidência, no estilo tradicional, estão se esforçando para montar uma "organização".

Uma lei recente sobre os partidos políticos reconhece o direito ao funcionamento de todos os partidos, sempre que se subordinem a uma série de disposições que delimitam o projeto de "democracia restrita", sugerido aos militares por seus assessores norte-americanos. Essa lei obriga os partidos políticos a entregarem ao Ministério do Interior uma lista com o endereço de cinco mil membros e o nome de 20 líderes. Com isso, o PUCH, por exemplo, fica de fora do "jogo democrático", pois continua



O ex-presidente da Venezuela, Rafael Caldera

vigente uma lei promulgada por François Duvalier em 28 de abril de 1969 pela qual os comunistas e seus "cúmplices" estão sujeitos à pena de morte.

Quem são os democratas moderados?

A legalidade foi concebida para beneficiar os partidos de direita e de centro e alguns líderes que vieram do exterior com cartas de recomendação.

Marc Bazin, funcionário durante anos do Banco Mundial na África, apresentou-se como "contato" das altas finanças norte-americanas, o que pode abrir a porta da ajuda externa.

Leslie Manigat, ex-professor universitário exilado na Venezuela, chegou com o apoio da Democracia Cristã internacional. Três delegações democratas-cristãs visitaram o Haiti nos últimos meses, sendo que da última delas faziam parte, entre outras personalidades, o ex-presidente venezuelano

A abstenção eleitoral

☐ Ocorreu uma abstenção generalizada nas eleições realizadas a 20 de outubro passado no Haiti, que deviam escolher 41 dos 61 membros de uma Assembléia Constituinte.

Dos 5,3 milhões de habitantes do país, cerca de três milhões são considerados habilitados para votar. Segundo cálculos oficiais, em cidades de mais de 90 mil habitantes, só votaram cerca de duas dúzias de pessoas e, na capital, Porto Príncipe, só compareceram três mil eleitores.

Nas primeiras eleições depois da queda do ditador Jean Claude Duvalier, os partidos políticos recém-organizados não apresentaram candidatos e pediram à popula-

ção que se abstivesse de votar, numa atitude de protesto contra o governo do CNG.

A data limite para a apresentação dos candidatos foi prorrogada por 24 horas, para que houvesse pelo menos um candidato por circunscrição eleitoral. Finalmente, apresentaram-se uns cem candidatos sem filiação partidária ou então vinculados ao antigo regime.

O CNG designou uma comissão de nove personalidades para elaborar um projeto de Constituição, a ser submetido à Assembléia Constituinte, formada pelos 41 membros eleitos mais 20 indicados pelo governo, que deverão terminar o seu trabalho em janeiro de 1987.

Em fevereiro do próximo ano, o projeto de Constituição deverá ser submetido a referendo popular, de acordo com o cronograma estabelecido pelo CNG.

Rafael Caldera e o dirigente máximo da Democracia Cristã internacional, Flaminio Piccoli.

Outras figuras conhecidas que estão organizando suas forças são o ex-ministro duvalierista e sociólogo Hubert de Ronceray e um terrível astuto político duvalierista, Clovis Desinor, que controla muitos centros de poder do antigo regime e da burguesia. Também apareceram em cena dezenas de personagens folclóricos, alguns dos quais se acreditam "representantes de Deus para a salvação do Haiti". Esses "aiatolás em potencial" tiram proveito do alto nível de religiosidade da população e da força da igreja, que durante três décadas se aproveitou do desamparo das massas para seu trabalho de proselitismo.

Apesar da proliferação de candidatos, do surgimento dos partidos e dos esforços de construção democrática por parte dos setores mais avançados, o processo eleitoral é extremamente lento, por diversos motivos. O povo não se sente representado por nenhum dos candidatos nem aceita as práticas do passado, como a distribuição de dinheiro e aguar-dente.

O processo eleitoral

Em junho último, para sair de uma grave crise na qual o povo exigia a demissão do coronel Regala, que tinha sido denunciado como sendo o homem dos norte-americanos, o Conselho Nacional de Governo divulgou um calendário eleitoral. O processo institu-

1986 - Dezembro - nº 96



O país ainda não dispõe de um registro eleitoral

cional determinou eleições presidenciais para dezembro de 1987, com a criação prévia de Conselhos de Administração, nas seções rurais, e de Conselhos Comuns Provisórios, cujos membros seriam eleitos em parte pelo povo e em parte designados pelas autoridades.

Esse calendário ainda não pôde ser aplicado. O povo, inclusive nas zonas rurais, questiona o processo e denuncia as fraudes e manobras do ministro do Interior. Tais práticas, conjugadas à lei de partidos políticos e à lei de imprensa — extremamente limitadora da liberdade de expressão —, criaram um clima de desconfiança em relação ao processo eleitoral. As pessoas não acreditam

nas eleições. Isso ocorre principalmente porque o período anterior à ditadura dos Duvalier foi marcado pela fraude sistemática e pela imposição de candidaturas pelo exército e pela embaixada norte-americana. Por outro lado, como não existe no país registro eleitoral, as eleições são por si mesmas fraudulentas. Tudo indica que existe um acordo tácito entre os líderes da classe política e a oligarquia no sentido de legitimar essas duvidosas regras de jogo.

●
Gérard Pierre Charles*

* Sociólogo e líder político da esquerda haitiana, que viveu exilado no México por mais de 20 anos. O artigo foi escrito depois de sua volta ao Haiti, onde reside atualmente.

A cultura: um patrimônio nacional

O processo que desembocou na queda do regime duvalierista e que continua sacudindo o Haiti, colocou em foco a importância do fenômeno cultural.

O papel que a igreja católica desempenhou na mobilização do povo contra a ditadura liga-se muito à influência exercida pela Teologia da Li-

bertação no comportamento de muitos sacerdotes. Mas, para que essa corrente da igreja adquirisse influência a nível popular, foi necessário que os sacerdotes comessem a se desembaraçar das roupas eclesásticas européias e adotassem símbolos e instrumentos místicos do "vudu". No dia em que o tambor come-

çou a acompanhar a missa, no lugar do órgão, o povo compreendeu que havia conseguido, finalmente, "vuduizar" o catolicismo, que então ganhou credibilidade.

A igreja começou a ganhar um espaço que nunca tinha alcançado e conseguiu captar e canalizar o descontentamento popular.

Tão forte foi a presença da igreja no processo antiduvalierista, que alguns padres e inclusive algumas seitas norte-americanas tentaram utilizar o fato de que numerosos *houngans* (sacerdotes vudus) haviam estado implicados no crime e nos abusos da ditadura para desencadear uma espécie de inquisição antivudu. Essa campanha incluiu a perseguição e o assassinato de numerosos sacerdotes.

Era um atentado à cultura nacional, contra o qual inúmeros intelectuais e setores políticos se levantaram. Na realidade, as instituições religiosas, desde os fundamentalistas até as seitas financiadas pela CIA, sentem que o vudu — essa poderosa raiz da cultura haitiana — constitui um obstáculo à sua campanha de des-culturação e despersonalização.

O "créole" se impõe

O movimento popular, ao irromper no cenário político, também trouxe o *créole* (língua falada nacionalmente, mistura do francês com dialetos regio-



Cerimônia vudu, um fenômeno cultural profundamente enraizado



NOVIB

nais e africanos) ao primeiro plano da comunicação social. Desde 7 de fevereiro, quando se rompeu a mordaga imposta ao povo e se libertou a palavra, a explosão popular ressoou na língua dos haitianos. O *créole* invadiu a televisão, a rádio e todos os níveis de comunicação, nas informações e discursos oficiais, no ensino escolar, na universidade e nos tribunais.

Hoje em dia, o francês, tradicional idioma da elite e da discriminação, passou para o segundo plano. O *créole*, de idioma oprimido e inferiorizado, adquire a categoria de principal veículo de reivindicação e de comunicação das maiorias. O *establishment* e o poder estabelecido não podem deixar de ouvir o idioma da identidade popular e nacional.

1986 - Dezembro - nº 96

Assim, um processo de revolução cultural acompanha o processo de mudança social.

Há um século, José Martí, ao visitar esse país, deu a seguinte opinião: "No Haiti, a civilização entrará pelo *créole* ou não entrará". De fato, no Haiti, dada a força da cultura nacional, o progresso e sobretudo as idéias mais avançadas de mudança social para se estabelecerem terão de se adaptar à cultura popular.

O país participa, através do *créole*, do debate sobre a democracia e a soberania. Toda a sabedoria do povo, toda a sua capacidade de resistência se liberam.

Voltando ao Haiti depois de haver percorrido o mundo, podemos nos dar conta da riqueza da cultura haitiana encontrada na sua autovalorização,

na sua mística religiosa, no seu idioma próprio, sua música, sua gastronomia, características da visão do mundo e das relações humanas dos haitianos.

É verdade que o país é extremamente subdesenvolvido nos campos econômico, social e político; que tem um atraso tremendo com relação aos níveis de vida próprios da civilização ocidental, mas quanto ao seu patrimônio e à sua criatividade cultural, o Haiti mostra uma força *sui generis*.

Essa força garantiu ao país sua sobrevivência diante de seus saqueadores internos e externos e pode converter-se em uma fonte de energia extraordinária em um processo de libertação nacional e social.

G.P.C.

terceiro mundo - 43



EMPRESA NACIONAL DE PRODUÇÃO DE ARRUELAS, CUTELARIA E HIDRÁULICA

Somos o seu sócio industrial e comercial no que se refere a

- **Porcas e parafusos**
- **Hidráulica: sanitária**
construção
- **Condutores: calefação**
gás
- **Cutelaria**
- **Gesso**
- **Cerâmica**
- **Esmaltados**

Em três qualidades:

- **Econômica**
- **Ourivesaria**
- **Prata**

Troféus ganhos:

- **Medalha de ouro na exposição específica de Moscou, 1986**
- **Prêmio na 3ª feira da produção nacional de Argel, 1986**

Entre os clientes da B.C.R. estão a República
Federal Alemã, Japão, a República Democrática
da Alemanha e Líbia
B.C.R. é garantia de qualidade

CONSULTE-NOS.
ENCONTRAREMOS A SOLUÇÃO

B.C.R. - B.P. Setif (Argélia)

Tels.: 85.63.78 e 85.32.27 Telex: MK 86.966

Os bantustões urbanos, a nova tática do apartheid

Depois do fracasso da política dos bantustões negros e do recuo forçado na "lei do passe", o governo racista lança agora a proposta das cidades-estado, uma nova versão da segregação racial

Quando em meados de agosto, a Assembléia Legislativa do bantustão KwaNdabele rejeitou os planos do governo de Pretória para dar a "independência" formal ao território em dezembro corrente, ficou claro que o velho projeto de criar pseudo-países negros dentro da África do Sul havia chegado à sua agonia final. Até agora, apenas quatro bantustões (Transkei, Ciskei, Venda e Bophuthatswana) foram "declarados independentes" por Pretória, mas não foram reconhecidos por nenhum país. KwaNdabele seria o próximo de uma lista de cinco outros.

A rejeição da farsa da independência de KwaNdabele, situado numa região de agricultura pobre ao norte de Pretória, resultou de uma inédita aliança de vários grupos negros e até fazendeiros brancos, que não concordaram com a transferência de suas terras para uma administração negra,

mesmo que ela não passasse de um mero instrumento do regime sul-africano. Após a "independência", o bantustão continuaria dependente em matéria de defesa, relações externas e finanças. Até a família real de KwaNdabele, que sempre funcionou como aliada do governo de Pretória, acabou se dividindo e se omitindo na votação da Assembléia Le-

gislativa.

A derrota imposta ao projeto do presidente P.W. Botha se tornou ainda mais importante depois que o governo sul-africano foi forçado a abolir a lei do passe que proibia o deslocamento de negros para fora de áreas determinadas pelos brancos. A lei, na prática, impedia que trabalhadores negros viessem do campo para a cidade em busca de emprego.

A abolição do passe, um dos mais odiados instrumentos de segregação racial no país, foi apresentada por P.W. Botha como uma concessão mas, na verdade, ela não passou de um reconhecimento tácito de que o governo não podia mais conter o fluxo constante de africanos empobrecidos dos bantustões para as cidades. Nenhum dos quatro bantustões independentes conseguiu nos últimos dez anos oferecer mínimas condições de sustento de



A política de bantustões chegou irremediavelmente ao fim

suas respectivas populações, como pretendiam originalmente os defensores do *apartheid*.

O surgimento das "townships"

Nascida na década de 60, a teoria dos bantustões foi concebida como um recurso para forçar os negros a viverem em territórios limitados, em geral com terras pobres e incapazes de sustentar a população local, o que daria uma permanente oferta de mão-de-obra barata para as cidades. Os negros com empregos urbanos seriam considerados estrangeiros nos seus locais de trabalho e portanto proibidos de fixar residência e trazer a família. Só que o sistema não funcionou.

A superpopulação dos bantustões tornou a migração para as cidades um ato de sobrevivência. O governo também não conseguiu impedir o surgimento de gigantescas favelas negras (townships) na periferia das grandes cidades, onde se aglomeraram os milhares de trabalhadores e imigrantes clandestinos. Os casos mais claros são as favelas de Soweto, perto de Joanesburgo, e Crossroads, na Cidade do Cabo. A repressão ao fluxo de trabalhadores foi importante para conter o cerco negro das cidades brancas, e funcionou como um elemento chave no surgimento de um verdadeiro estado de guerra interno, a partir de agosto de 1984.

Em 1980, segundo cálculos do Conselho Presidencial (um órgão subordinado a P.W.

Botha), cerca de um terço dos 24 milhões de negros já viviam na periferia das grandes cidades. Projeções atualizadas no mesmo Conselho afirmam que, atualmente, essa porcentagem já chega perto dos 40% e que até o ano 2000 metade da população de origem africana estará vivendo nos grandes conglomerados urbanos do país. Instituições acadêmicas fazem no entanto previsões ainda mais avançadas. Para elas, entre 60 a 75% dos negros africanos se concentrarão em cidades nos próximos 14 anos.

Foi a partir dessa perspectiva que o governo Botha começou a estudar a adaptação da teoria dos bantustões rurais para as cidades, surgindo a proposta das chamadas "cidades-estado". Essa idéia, mencionada pela primeira vez em caráter oficial durante um congresso do Partido Nacional (no poder desde 1948) em Durban, prevê a concessão de autonomia parcial a favelas como Soweto e Crossroads, bem como de outras que vierem a surgir em consequência do aumento da migração negra dos campos para as cidades.

O jornal *Weekly Mail* afirma que o governo pretende institucionalizar mais três favelas gigantes do tipo Soweto, nas proximidades de Joanesburgo, reunindo uma população que pode chegar facilmente aos cinco milhões de pessoas. O mesmo jornal diz que até o ano 2000 deverão surgir outras três favelas, formando um total de oito ou dez, e que segundo os planos do *apartheid*,

seriam transformadas em cidades-estado. Cada uma dessas cidades teria a sua própria administração, e indicaria representantes num Conselho de Estado, no qual os delegados negros se sentariam ao lado dos delegados brancos, das regiões urbanas já habitadas por descendentes de europeus, para tomar "decisões de interesse comum na base do consenso", conforme declarou Botha no congresso de Durban.

O "apartheid" maquiado

Embora a nova versão da teoria dos bantustões ainda esteja em discussão na cúpula do Partido Nacional, o governo anunciou planos para criar uma nova favela gigante ao norte de Joanesburgo, reunindo cerca de 250 mil pessoas. A nova cidade já foi batizada de Norweto (North-West Township) cuja população deve saltar rapidamente para um milhão e meio de habitantes, devido à enorme pressão demográfica dos negros na área. Especialistas do governo acreditam que Norweto não será suficiente e já levantam a tese de que uma terceira favela gigante deve ser erguida nas proximidades.

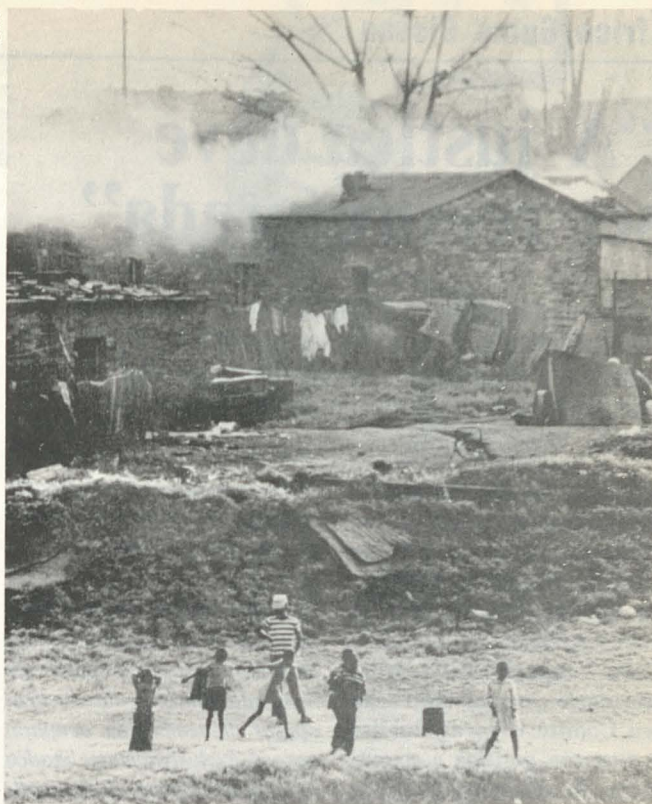
A idéia das "cidades-estado" na verdade tenta "maquiar" a fracassada teoria dos bantustões, pois não altera o princípio de tutela dos brancos sobre os negros, que está na base do *apartheid*. Embora pouco se saiba das futuras administrações "independentes" nas favelas, o presidente Botha

já deixou claro que elas não serão hegemônicas no Conselho de Estado e nem terão o poder de veto sobre decisões governamentais. O jornal *Weekly Mail* qualifica a nova tática do *apartheid* como "uma acomodação a exigências demográficas irreversíveis". Outros dirigentes anti-racistas preferem considerar as "cidades-estado" como uma nova versão do "desenvolvimento em separado", antes aplicado nos bantustões rurais. As comunidades urbanas negras teriam uma autonomia local, mas seriam dependentes a nível nacional da tutela branca.

Da mesma forma que nos bantustões a autonomia foi impossível porque eles nunca conseguiram gerar uma arrecadação de impostos suficiente para se auto-sustentarem, também as "cidades-estado" teriam como principal nó-górdio a baixa renda de sua população. Na prática, o que deve acontecer é apenas um encurtamento das distâncias entre os núcleos habitacionais brancos, prósperos e industrializados, das reservas negras.

Do ponto de vista político, se os bantustões chegaram na década de 60 a despertar algumas expectativas, a nova teoria das cidades-estado surge dentro de um pessimismo generalizado quanto ao seu desenvolvimento. O boicote dos moradores das favelas aos conselhos administrativos designados pelo governo é generalizado.

Soweto é praticamente ingovernável, o mesmo acontecendo com dezenas de outras



"Cidades-Estado": uma idéia que já nasceu morta

townships negras da África do Sul. Os conselheiros negros estão renunciando em massa devido à oposição unânime da população. A polícia branca já não consegue penetrar nas favelas. Os 300 mil moradores de aproximadamente 50 bairros negros espalhados pelo país deixaram de pagar aluguéis e o governo não consegue expulsá-los.

Por outro lado, os brancos têm revelado uma oposição radical ao surgimento de novas favelas legais, como é o caso de Norweto. Na região, líderes racistas dizem que a proximidade ao aeroporto de Joanesburgo permitirá com que franco atiradores possam derrubar facilmente jatos comerciais na

decolagem ou aterrissagem, disparando foguetes de dentro da favela.

Apesar da resistência dos próprios líderes racistas, Botha está disposto a levar seu plano adiante, tentando vendê-lo à opinião pública estrangeira como uma concessão importante aos negros. Mas o jornal *Sowetan* afirma que a idéia das "cidades-estado" já nasceu morta: "Se, o governo branco não consegue sequer fazer com que seus administradores atuais nas favelas permaneçam em seus postos, não terá a menor chance de sucesso com mudanças cosméticas no futuro", afirma.

Carlos Castilho

terceiro mundo - 47

“A justiça deve ser reestruturada”

Depois da tentativa de golpe de Paulo Correia e de sua condenação à pena de morte, a aplicação da Justiça e a situação dos direitos humanos são discutidos pelo secretário do Comitê Central do PAIGC, Vasco Cabral

Numa longa entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo, o dr. Vasco Cabral, dirigente histórico do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), atual secretário permanente do seu Comitê Central, analisa a situação política e econômica do seu país. Trata-se da primeira entrevista de fundo de um dirigente guineense depois dos acontecimentos que levaram ao fuzilamento do coronel Paulo

Correia e de outros cinco dirigentes do partido, acusados de conspiração.

Como consequência da reformulação do governo em 12 de julho passado, o senhor foi nomeado ministro da Justiça, apesar de sempre ter ocupado cargos exclusivamente ligados à área econômica ou do partido. A que se deve essa nomeação?

— Em julho último, procedeu-se a uma remodelação governamental que correspon-

deu, por um lado, à necessidade de tornar mais funcional o aparelho do Estado e que foi, por outro lado, a consequência da situação política que tivemos de enfrentar no interior do partido. Como se sabe, fomos forçados a tomar certas decisões contra alguns dos membros do partido que se envolveram em ações oportunistas, de caráter tribalista e que foram consideradas de alta traição. Dessas ações, participaram indivíduos que desempenhavam funções importantes no quadro do Estado, como acontecia com o ex-primeiro vice-ministro e ex-ministro de Estado de Justiça e do Poder Local, Paulo Correia. Foi ele, aliás, o chefe da conspiração contra a segurança do Estado e contra o partido, juntamente com vários outros.

O setor judiciário se encontra desarticulado e enfraquecido; ele é um dos setores mais importantes da vida da



“A reformulação governamental deveu-se à necessidade de tornar mais funcional o aparelho do Estado”

nação e necessita de ser posto em funcionamento como deve ser. Daí a minha nomeação. Isso exigirá de mim a organização desse setor vital.

Baptista da Silva

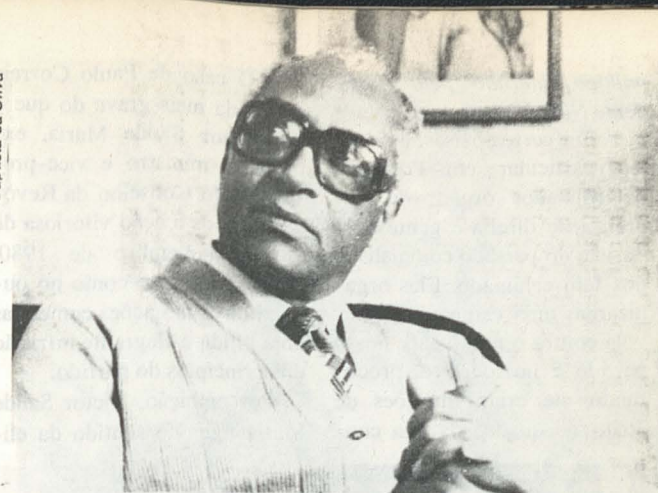
Justiça e condições carcerárias

A sua nomeação coincide com um período em que órgãos internacionais tecem duras críticas à aplicação da Justiça no seu país, depois da morte na prisão de alguns implicados na tentativa de golpe de estado de outubro de 1985 e do posterior fuzilamento de seis deles...

— Foi com a intenção de imprimir à nossa Justiça um caráter mais operativo e também para se acabar com algumas anomalias que se verificaram na administração da Justiça, durante a permanência no cargo de Paulo Correia, que o presidente João Bernardo Vieira decidiu a nomeação de um novo titular para a pasta.

Temporariamente, por cerca de um ano, a Justiça esteve sem titular, sendo dirigida interinamente e *ad-hoc* pelo 2º vice-presidente do Conselho de Estado e ministro de Estado das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (Farp), camarada Iafai Camará. Isso repercutiu no âmbito da administração da Justiça porque tinha-se criado a idéia de um barco à deriva e havia que garantir por todos os meios a segurança do Estado e manter uma vigilância constante. Isso implicou um grande esforço e muito trabalho para as Farp e para a Segurança Nacional.

Há muito tempo que o



O ministro Vasco Cabral

nosso ministério — inclusive desde as vigências anteriores a Paulo Correia — luta com dificuldades no plano da organização carcerária e, sobretudo, no que se refere às condições de vida dos presos, à sua alimentação e cuidados de saúde. Apesar das várias medidas que se tomaram para a melhoria das condições de vida nas prisões, estas ainda não conseguiram alcançar um nível satisfatório.

O país vive as enormes dificuldades resultantes de uma situação econômica e financeira deficitária e de crise. Não há, pois, possibilidade de estabelecermos para os presos as condições que desejamos vir a ter e para as quais trabalhamos.

Ora, essas condições não existem nem mesmo nos hospitais. E o mesmo podemos dizer quanto à alimentação. As carências alimentares da população em geral existem e nunca escondemos essa realidade. Naturalmente, isso se reflete nas condições dos detidos.

À luz dessa realidade, o que podemos dizer é que essas condições explicam a existência de casos de presos que, já de fraca complexão, tendo sido vítimas de doenças durante a sua detenção, não puderam resistir ou não puderam ser assistidos como a gravidade do seu caso exigia.

Pensamos, no entanto, vir a tomar no futuro certas medidas concretas para, com base na experiência, evitarmos a repetição desses casos. Achamos que seremos capazes de mobilizar a boa vontade de algumas organizações não-governamentais e, em particular a Cruz Vermelha Internacional, para nos ajudar na criação de condições que nos permitam melhorar vários aspectos e setores da nossa organização judiciária, carcerária e de assistência aos presos.

Uma campanha malévola

Não acha que a gravidade dessas ocorrências serviram de argumento para aqueles que no exterior atacam o regime

terceiro mundo — 49

político liderado pelo presidente Nino Vieira?

— Em certos países, e muito em particular em Portugal, determinados órgãos de imprensa de direita e gente saudosista do passado colonialista, nos tem caluniado. Eles organizaram uma campanha malévola contra o nosso país, nosso partido e nosso povo, procurando até criar situações de atrito no quadro da boa coo-

— O caso de Paulo Correia foi ainda mais grave do que o de Vítor Saúde Maria, ex-primeiro-ministro e vice-presidente do Conselho da Revolução, após a ação vitoriosa de 14 de novembro de 1980. Tanto num caso como no outro, houve nas ações cometidas uma nítida e flagrante infração dos princípios do partido.

Por ambição, Vítor Saúde Maria agiu no sentido da eli-

O caso Paulo Correia

Em quê foi diferente a ação de Paulo Correia?

— O caso de Paulo Correia foi muito mais grave, por várias razões. Em primeiro lugar, porque pretendia a conquista do poder por meios violentos, apesar do papel de grande destaque de que já desfrutava tanto nas estruturas do partido como na do Estado, onde desempenhava as funções máximas de membro do Bureau Político, de 1º vice-presidente do Conselho de Estado e de ministro.

Em segundo lugar, porque utilizou o tribalismo e pretendeu aliciar elementos das Farp, da Segurança e da guarda presidencial.

Em terceiro lugar, porque mobilizou para a sua ação criminosa vários elementos partidários já condenados coletivamente por má conduta moral, cívica e política tanto a nível do partido como do Estado.

Em quarto lugar, porque se aliou conscientemente a inimigos confessos do nosso partido, vinculados ao colonialismo português e outras forças reacionárias.

Em quinto lugar, porque, como ficou cabalmente provado, decidira liquidar fisicamente, se o seu golpe tivesse tido êxito, os principais dirigentes do partido e do Estado.

Sua ação iria mergulhar o país num banho de sangue, criar desequilíbrios sociais e destruir a unidade nacional que já conseguimos. Iria entravar o processo de consolidação da nação guineense e de uma



Baptista da Silva

“Sempre nos caracterizamos pelo humanismo”

peração que existe entre a República da Guiné-Bissau e Portugal. Pintam-nos com as cores que querem ou que gostariam que tivéssemos para melhor e mais facilmente nos ataquem. Mas se esquecem de que sempre definimos claramente não só as nossas opções mas também a nossa política de não-alinhamento ativo.

Paulo Correia e os outros acusados de conspiração em outubro de 1985 foram tratados com muito maior rigor e severidade do que o ex-primeiro-ministro Vítor Saúde Maria, por exemplo, também acusado de golpismo. Por que?

minação política de camaradas que se opunham aos seus desejos e à política que preconizava para o país, de acordo com os seus interesses pessoais e com os ligados a certos círculos do poder em países estrangeiros.

Sua tentativa falhou. A imensa maioria de militantes e dirigentes do partido se recusou a fazer o seu jogo. E ele sofreu, logicamente, as consequências dos seus atos, apesar da ajuda que lhe quisemos prestar, tentando mostrar-lhe o insucesso a que chegaria, o que realmente veio a acontecer.

consciência nacional, elementos fundamentais — e direi mesmo, indispensáveis — à promoção do nosso desenvolvimento, à paz e à segurança do nosso povo. E, na defesa dos supremos interesses populares, aplicamos a lei que, além do mais, considera o tribalismo, o racismo e o regionalismo como crimes graves.

Depois das devidas investigações, o processo de Paulo Correia e dos seus seguidores foi entregue ao foro judicial que, para os fatos dessa natureza, é do âmbito do Supremo Tribunal Militar. Aos réus foi dada toda a possibilidade de defesa. A instrução do processo, apesar da sua complexidade, não se arrastou por longo tempo. O julgamento, apesar do direito que temos de poder fazê-lo a portas fechadas, foi público.

“A lógica dos fatos...”

No entanto, a Segurança do Estado e as autoridades policiais foram acusadas de terem se transformado em estruturas ‘todo-poderosas’, tendo chamado a si a instrução do processo, marginalizando o aparelho judiciário...

— Isso não é verdade. Evidentemente que, tratando-se no caso de Paulo Correia de ações de natureza política, ele tinha que ser sempre objeto de análise e discussão ao nível das instâncias do partido e do Estado, ligadas com as próprias funções que ele desempenhava. Assim foi feito e com ele se realizaram inúmeras reuniões no quadro do Bureau Político e

Carlos Pinto Santos



Presidente Nino Vieira

do Conselho de Estado, desde o momento em que começou a ser objeto de algumas acusações por parte de camaradas que, entretanto, haviam sido apanhados agindo contra os interesses do partido e do Estado. Mas nenhum de nós na direção do partido podia aceitar como provável ou viável a traição de Paulo Correia. Nós o ouvimos, então, com toda a atenção e até o limite máximo possível, até que a lógica dos fatos nos veio pôr diante do fato consumado. E ele foi preso também...

É evidente que as Farp e a Segurança do Estado tinham que se envolver nas investigações para apurar a verdade e avaliar o grau de gravidade do que estava sendo tramado. Isso, porque a maior parte dos envolvidos fazia parte do exército e tinha cargos de responsabilidade nas esferas do partido e do Estado.

De qualquer forma, ninguém estava mais interessado do que nós em apurar a verdade

de e na salvaguarda da imagem política de cada responsável ou dirigente presumivelmente envolvido.

No entanto, Paulo Correia agiu e continuou agindo sempre com um cinismo abominável, tentando mesmo a certa altura embaralhar as cartas de modo a arrastar consigo no turbilhão da traição gente séria e inocente, com o intuito de decepar o partido e criar no nosso interior a desconfiança e a insegurança. Ele e os seus seguidores não foram condenados pelas suas idéias políticas, que se tornaram contrárias às nossas, mas sim pela sua ação provadamente criminosa e cujas consequências, se por uma razão qualquer, o seu plano tivesse dado certo, seriam difíceis de prever.

A pena de morte e a ajuda internacional

Será possível a abolição da pena de morte na Guiné-Bissau?

— Sempre nos caracteriza-
terceiro mundo — 51



"A prioridade é conferida à produção alimentar"

mos pelo humanismo, que vem, aliás, desde os tempos da luta de libertação nacional. O sistema que atualmente vigora foi fruto de uma profunda discussão, larga, franca e aberta. Mas se o nosso povo julgar necessário alterá-lo, isso não oferece qualquer dificuldade.

A pena de morte existe ainda em numerosos países, muitos deles desenvolvidos. A sua manutenção ou abolição está relacionada com a realidade política, econômica, social e cultural que neles prevalece. A Guiné-Bissau não constitui a esse respeito um caso particular.

Alguns observadores previam que o fuzilamento dos promotores da tentativa de golpe de estado em outubro de 85, bem como a morte de alguns detidos por falta de assistência médica provocariam a quebra da ajuda internacional ao desenvolvimento da Guiné-

Bissau. Que dados o senhor tem a esse respeito?

— Tanto quanto podemos observar até agora, não houve qualquer diminuição na ajuda internacional em relação ao nosso país. Mas ainda é demasiado cedo para tirarmos conclusões definitivas.

Uma das vertentes fundamentais do programa econômico de reestruturação e austeridade implantado a partir de 84/85 consistia na crescente liberalização da economia, com a transferência dos principais circuitos comerciais para a esfera da iniciativa privada. Como está decorrendo essa transferência e que resultados já proporcionou?

— Estamos cumprindo as medidas que preconizamos e elas seguem seu curso normal. Essas medidas se enquadram não só no âmbito do Programa de Estabilização Econômica e Financeira que adotamos mas

Carlos Pinto Santos

também na esfera de realizações dos nossos planos quadriennais de desenvolvimento econômico e social. O primeiro deles termina no fim deste ano e já está em preparação o Plano Quadrienal 1987-1990.

Nesses instrumentos de política econômica previmos medidas — e um certo número delas já se concretizou e outras estão em vias de sê-lo — que se relacionam com a necessidade de redução do déficit orçamental e com a balança de pagamentos. Um dos aspectos fundamentais refere-se à reestruturação do setor comercial a fim de conseguirmos reconstituir os circuitos econômicos, dinamizar a produção agrícola e aumentar as exportações.

As medidas em relação ao comércio e à privatização do comércio interno a retalho não são isoladas. Inserem-se no conjunto das medidas que preconizamos para o saneamento econômico e financeiro do país.

Prioridade à produção alimentar

O PAIGC sempre definiu o setor agrícola como o setor estratégico do desenvolvimento. Isso mesmo foi reafirmado após o 14 de novembro de 1980, com a queda do ex-presidente Luis Cabral. Hoje, de fato, o setor rural está invariavelmente presente no discurso político, mas em termos concretos o que tem sido feito e o que se pensa fazer a curto-médio prazo?

— Existe um projeto já elaborado, detalhado e setorizado.

Ele está integrado ao 1º Plano Quadrienal de Desenvolvimento (1983-1986) que ainda estamos aplicando e, com base na experiência vivida e nas correções a que a mesma conduziu, constará do 2º plano, já em preparação, que abrange os anos de 1987 a 1990.

No âmbito do Plano, estabeleceu-se aquilo a que chamamos um Bloco Prioritário de atividade e que comporta os seguintes setores: agricultura, produtos florestais (em especial, a madeira), a pesca e as minas. Definimos objetivos precisos para os quais estamos trabalhando e que levam a criar condições para um aumento contínuo da produção e das colheitas agrícolas; a atrair essa produção aos circuitos oficiais de comercialização, tanto os que estão ligados ao abastecimento e consumo interno quanto os que se prendem com a exportação; a impulsionar e dinamizar outras atividades locais como a piscatória, a produção popular e artesanal; a garantir um abastecimento normal e regular do setor produtivo moderno em matérias-primas, energia, peças sobressalentes e certos tipos de equipamento.

As medidas que estamos aplicando nesse quadro visam sobretudo a favorecer as populações rurais.

Por outro lado, o país foi dividido em zonas de desenvolvimento agrícola e estabelecidas prioridades para cada uma delas. De acordo com a estratégia de desenvolvimento que adotamos, a prioridade das prioridades é conferida ao se-

tor rural e, neste, à produção alimentar. Também estabelecemos um sistema de segurança alimentar que já está em curso.

No pacote de medidas que tomamos, aumentamos os preços ao produtor e procedemos à revisão dos preços dos produtos agrícolas de primeira necessidade.

A recente reformulação governamental trouxe como inovação a criação do cargo de três ministros residentes no norte, leste e sul do país. Quais as funções e que poderes terão

Carlos Pinto Santos



“A prioridade das prioridades é conferida ao setor rural”

para intervir? De que meios serão dotados? A sua ação não se chocará com a intervenção de outros ministérios centrais de Bissau?

— Essa inovação correspondeu a uma necessidade vital. Ela tem por objetivo a descentralização administrativa e permitir o desenvolvimento mais rápido das zonas rurais.

Os ministros residentes nas províncias têm assento no Conselho de Ministros e levam até este diretamente os problemas que dizem respeito a essas regiões. Eles deixaram de ser tratados por intermediários. Acabou a estrutura do Poder Local que funcionava vinculado ao Ministério da Justiça e do Poder Local.

Esses ministros, na nossa estrutura, são como os outros, só se diferenciando, como acontece com os seus colegas, dos ministros de Estado, que lhes são hierarquicamente superiores.

Nas províncias, os ministros são assistidos por governadores das regiões que as integram, pelas estruturas do partido e por um *staff* de pessoal técnico de diversas especialidades, a fim de garantir a promoção do desenvolvimento econômico e social principalmente das zonas rurais. ●

Baptista da Silva

terceiro mundo - 53

A volta de Macau

Depois de mais de 400 anos de dominação portuguesa, a descolonização do território de Macau e sua reincorporação à atual República Popular da China envolvem grandes desafios

A ocupação portuguesa de Macau começou, formalmente, em 1557, quando o célebre pirata Chan Tsi-Lao foi derrotado com a ajuda decisiva das armas portuguesas e o imperador da China, como mostra do seu reconhecimento, confirmou a autorização dada aos portugueses para que se instalassem no local, como donos e senhores da terra.

Macau determinou o começo das atividades portuguesas no Extremo Oriente e se cons-

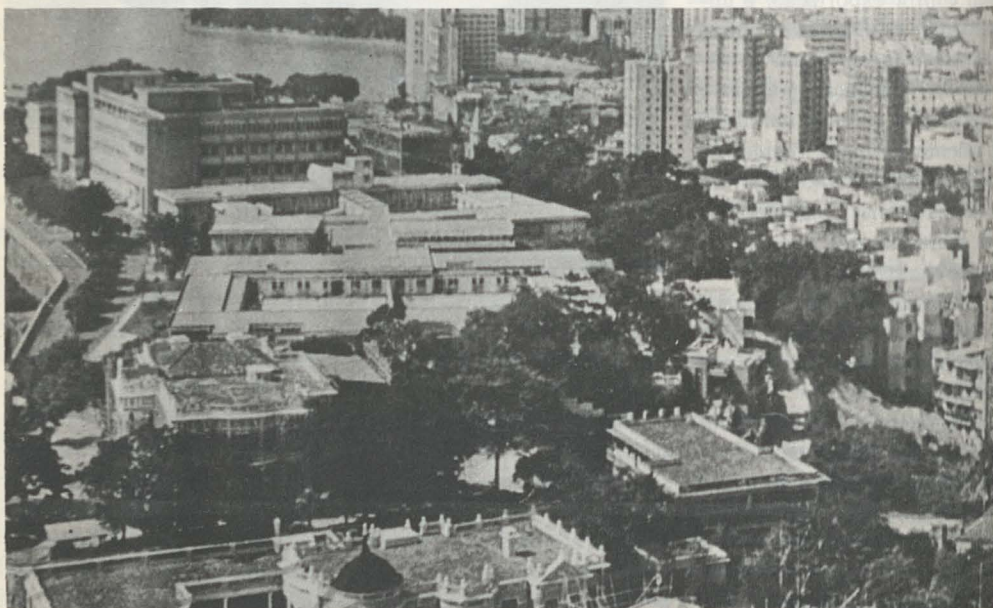
tituiu no primeiro grande posto europeu na região, tendo a princípio uma importância puramente comercial que, com o correr dos anos, tornou-se também religiosa e cultural.

Entre 1675 e 1689, Macau viveu um período de auge, graças ao êxito da embaixada de Manuel Saldanha em Pequim. Apesar das tentativas inglesas no sentido de se instalar em Cantão, a China reafirmou que o monopólio do comércio continuaria em mãos

portuguesas.

Um decreto imperial chinês determinou, em 1717, que os navios britânicos e franceses que comerciavam com Cantão deveriam efetuar operações no porto de Macau, o que dava à colônia o monopólio total do comércio ocidental com a China.

Em 1841, os ingleses se estabeleceram em Hong-Kong, fato que contribuiu significativamente para o declínio da prosperidade de Macau, crian-



Com a ocupação portuguesa, em 1557, Macau passou a ser o primeiro posto europeu no Extremo Oriente

do uma dependência econômica que somente nos últimos anos deixou de ser sufocante, embora Macau continuasse vivendo com relativa folga graças aos recursos provenientes da sua indústria e do seu comércio.

Portugal declarou a independência de Macau em relação à China em 1843, medida que foi reconhecida por esse último país em 1887, constituindo-se o fato no antecedente mais antigo da posterior decisão portuguesa, tomada pela ditadura de Antônio de Oliveira Salazar, de decretar Macau uma "província portuguesa de ultramar".

Com a Revolução dos Cravos, iniciada em 25 de abril de 1975, Portugal devolveu a soberania chinesa sobre Macau. O ex-mandatário português Antônio Ramalho Eanes anunciou, em maio de 1985, o início das negociações para a transferência da soberania de Macau para a República Popular da China.

Enquanto isso, Macau é considerado "território especial", com soberania interna e considerável autonomia administrativa, econômica e financeira, embora seu governador continue sendo designado pelo presidente de Portugal.

O vespertino lisboeta "Diário Popular", citando fontes diplomáticas informadas sobre o processo de conversações luso-chinesas, anunciou em outubro passado que o acordo de transferência de Macau para a China e da cidadania dos habitantes da ex-colônia portuguesa será assi-

nado em fevereiro de 1987.

Enquanto um grupo misto de trabalho continua discutindo os acordos para o futuro de Macau, fontes da delegação portuguesa anunciaram que a integração de Macau à China se concretizaria depois de 1997, data para a qual está prevista também uma medida semelhante para Hong-Kong, que está até agora sob administração britânica.



Deng Xiao-ping: pragmatismo na administração chinesa

"Um país, dois sistemas"

A política de "um país, dois sistemas", constantemente proclamada pela China sobre o futuro estatuto de Hong-Kong e Macau, está sendo posta à prova a partir de agora, com o impacto das reformas introduzidas nos últimos anos na Chi-

na Popular.

Oito anos depois do lançamento das "quatro modernizações", que substituíram o isolacionismo maoísta e as comoções da Revolução Cultural, a China está fazendo uma avaliação das consequências da abertura para o exterior e da aplicação das reformas econômicas e sociais aprovadas pelo histórico congresso do PC chinês, em 1978.

A "pedra de toque" da política reformista e pragmática defendida pelo dirigente Deng Xiao-ping se baseia, fundamentalmente, no rejuvenescimento parcial dos quadros do partido e da estrutura administrativa do Estado.

A abertura para o exterior se propunha a atrair capitais

terceiro mundo - 55

e tecnologia sofisticada para a modernização do país e elevação do nível de vida dos habitantes. A imprensa chinesa, no entanto, atribui habitualmente à abertura os casos de abuso de poder e influências, os escândalos de corrupção e contrabando entre altos funcionários do Estado, bem como o au-

mento da delinquência e da criminalidade.

Os princípios fundamentais da política reformista se baseavam na volta aos incentivos materiais, para aumentar a produtividade

dos trabalhadores; na autorização da iniciativa privada nas zonas rurais e na liberação parcial dos preços anterior-

Um paraíso capitalista

□ No total, são apenas 16,4km² de território, dos quais a península de Macau ocupa, com seus 5,7km², a parte mais importante da economia da ex-colônia portuguesa, enquanto que as ilhas de Taipa e Coloane sempre estiveram relegadas a segundo plano.

Com a maior densidade demográfica do mundo, Macau tem cerca de 400 mil habitantes, sem contar com a incontrolável população flutuante, que proporciona mão-de-obra barata, sem contrato de trabalho nem legislação eficiente. Somadas às facilidades de crédito bancário e às isenções tributárias, essas condições fazem de Macau um paraíso capitalista, que também é chamado de "negócio da China".

Embora tenha importado matérias-primas e praticamente todos os bens de consumo essenciais, Macau registrou um saldo positivo em sua balança comercial, em 1985, de 125 milhões de dólares. Os Estados Unidos ficaram em primeiro lugar entre os países importadores de seus produtos, seguidos pela República Popular da China e pela Comunidade Econômica Européia na compra de tecidos e vestimentas, brinquedos, cerâmica e artigos de couro.

Desde que adquiriu autonomia administrativa, o orçamento de Macau apresentou saldos positivos em duas oportunidades: em 1980 e 1985. Nesse último, o re-



Eduardo Tomé

Os casinos funcionam 24 horas por dia

colhimento de impostos foi de 265 milhões de dólares, enquanto que os gastos chegavam a 300 milhões, configurando-se um déficit de 35 milhões de dólares.

Dos 4,3 milhões de visitantes que entram em Macau em 1985, somente meio milhão tinha ido por interesses meramente turísticos. Os outros quase quatro milhões, em sua maior parte residentes em Hong-Kong, foram diretamente para as mesas de *black-jack* ou para as roletas dos cassinos.

De acordo com os dados oficiais, os cinco cassinos legais de Macau derramaram nos cofres públicos, durante 1985, cerca de 5,5 milhões de dólares, o que equivale a aproximadamente 40% do total da receita de Macau. Os cassinos, que funcionam durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, continuam sendo a principal atração de Macau, já que os ingleses não permitiram a sua instalação em Hong-Kong.

mente controlados.

De acordo com as críticas da comissão do Partido Comunista, constituída para avaliar as reformas, a nova política agrária provocou o abandono da lavoura pelos camponeses mal-sucedidos, sob o pretexto de que as boas remunerações só são encontradas na indústria e no comércio, e a liberação dos preços causou aumentos ilegais e práticas especulativas.

O maior impacto das reformas ocorreu nas zonas de desenvolvimento econômico especial, particularmente em Shenzhen e Zhuhai, localizadas em territórios vizinhos a Hong-Kong e Macau e criadas para se transformarem em verdadeiros "cinturões de riqueza" que possibilitem uma assimilação gradativa, nos dois sentidos, de sistemas econômicos opostos.

Até que ponto e por quanto tempo a experiência de "um país, dois sistemas" poderá ser conservada, só se saberá depois de 1997.

Relações privilegiadas

No espírito das pessoas que vivem em Macau não pairam dúvidas quanto a um ponto fundamental: o importante é conservar a estabilidade do território, condição que sempre foi considerada como essencial para garantir o desenvolvimento e a prosperidade. A preocupação com a estabilidade pode influenciar a favor da permanência portuguesa no lugar.

Pequeno país reduzido a seus limites europeus, Portugal

1986 - Dezembro - nº 96

Eduardo Tomé



Para quem vive em Macau, o importante é a estabilidade do território

tem em Macau "um poderoso instrumento que, se for bem utilizado, permitirá manter no presente e no futuro relações privilegiadas com uma das maiores potências em termos econômicos, políticos e militares: a China", segundo declarou um economista especializado em Macau.

Por outro lado, o governador de Macau, Garcia Leandro, que inaugurou a nova administração depois de 25 de abril de 1975, afirma que não se deve forçar a saída dos portugueses só porque o território passará à soberania chinesa. "Todas as soluções são

possíveis e acho que o território pode ser administrado como *joint-venture* entre Portugal e a China", declarou Leandro.

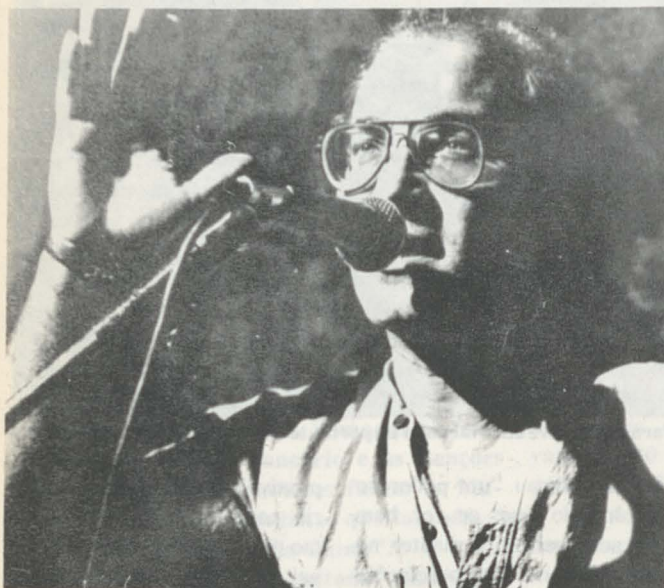
A opinião predominante nos círculos portugueses é a de que a transição se fará da forma mais lenta possível, alegando-se para isso razões de estabilidade e futuros interesses de Portugal na região. Naturalmente, a última palavra será da República Popular da China e seus observadores garantem que Pequim não tem dúvida alguma sobre o futuro de Macau.

● Cecília Jorge/R. B. Coelho

terceiro mundo - 57

O desbloqueio de Cuba

Viajando pela América Latina, um dos membros da Nova Trova Cubana participa do crescente intercâmbio entre o processo cultural de seu país e os das outras nações do subcontinente americano



F. Restivo

Vicente Feliú durante sua apresentação em "La Bodeguita" (Rio)

Compositor, intérprete e líder do movimento da Nova Trova Cubana, Vicente Feliú é uma espécie de embaixador itinerante de Cuba, levando pelo mundo a música de uma geração de jovens revolucionários, como Silvio Rodríguez, Pablo Milanés, Sara González e Noel Nicola, entre outros.

De passagem pelo Rio de Janeiro, apresentou-se em 58 - terceiro mundo

"La Bodeguita", uma réplica carioca do restaurante "La Bodeguita del Medio", de Havana. Vicente Feliú falou a cadernos do terceiro mundo sobre a política cultural de Cuba e a respeito das atividades da Nova Trova, especialmente do seu interesse no intercâmbio musical com a América Latina.

Quais são as novidades da

atividade cultural em Cuba?

- No momento atual, exatamente, estamos vivendo grandes mudanças, repensando a nossa cultura, que tem muitas coisas boas e também muitas deficiências. Queremos melhorar a qualidade da nossa produção cultural e essa é uma das razões da minha presença no Brasil. Este país tem uma grande riqueza cultural e nós temos muito a aprender, especialmente agora, que estamos em uma nova etapa de nossa televisão.

Qual tem sido a importância dos meios de comunicação?

- Os meios de comunicação são usados por um poder, sem dúvida, mas isso não significa que eles só tenham sido usados no sentido político. Acontece que agora existe maior clareza em relação ao papel cultural dos meios de comunicação. As idéias de amor cantadas e transmitidas por um Julio Iglesias, por exemplo, não têm nada em comum com os conceitos de amor e vida que se pode ter num país como Cuba. Antigamente se pensava que a cultura é uma coisa inofensiva, mas ela reflete a maneira de pensar de um homem ou de uma nação. Nesse sentido, não existia um trabalho culturalmente sério nos meios de comunicação de massa.

Não havia uma política cultural?

- A nível de Ministério da Cultura, a concepção era cla-

ríssima, mas isso não acontecia com os meios de comunicação, porque o ministério trabalhou preferencialmente com os teatros e as escolas de arte, levando o teatro para as ruas e para as cidadezinhas do interior. A política cultural do ministério é coerente, mas trabalhou-se mais a nível qualitativo do que quantitativo e somente agora essa política está chegando aos meios de comunicação de massa. Deve ser assim, porque não se faz uma revolução com os meios de comunicação, mas sem eles também não. É impossível conquistar um país sem os meios de difusão de massa.

Como foi, então, que a situação ficou até agora?

— O que aconteceu é que havia muitos problemas na realidade cubana que deviam ser resolvidos antes da questão da cultura. O próprio partido definia mal ou subestimava a questão cultural e só agora encara de maneira apropriada. Por outro lado, Cuba não tinha isso que se entende por “tradição cultural”, pois o processo cultural só começou com a revolução. Somente agora todas as forças do país, oficiais e políticas, estão trabalhando dentro de um programa cultural realmente massivo. Apesar disso, continuamos numa situação paupérrima quanto aos meios técnicos, que não se encontram à altura da capacidade criadora. Imagine que para montar um estúdio completo de gravação é preciso meio milhão de dólares. Nós não dispomos desse dinheiro.

1986 – Dezembro – nº 96

B. Bissio



Silvio Rodríguez (esq.), outro embaixador cultural cubano

A Nova Trova

Há quanto tempo você está na Nova Trova?

— Comecei quase ao mesmo tempo em que começava a compor, há 22 anos. Aprendi a tocar violão com meu pai, que também é músico e compositor. A primeira coisa que fiz foi interpretar uma música do meu pai e depois cantei uma que era de minha autoria. Pouco a pouco, percebi que estava fazendo umas músicas muito ligadas à história da tradição cancioneira cubana, mas que também continham novos elementos. A mesma coisa aconteceu com Silvio, Pablo e Nicola, embora só alguns de nós nos conhecêssemos. Fomos nos conhecendo e reconhecendo devagar, especialmente porque a nossa adolescência coincidiu com uma etapa muito intensa da vida cubana. Estou falando da etapa de alfabetização, da criação das escolas camponesas e das colheitas de café na Sierra Maestra. Essas foram experiências muito importantes

para uma juventude que não tinha vivido isso antes. De certa forma era isso que cantávamos, foi isso a Nova Trova.

Você participou da luta armada?

— Eu não. Nem o Silvio Rodríguez ou Pablo Milanés. Não foi da nossa época, tínhamos 13 ou 14 anos no tempo da vitória da revolução. Nós participamos de toda a etapa de reconstrução do país, da nacionalização da empresa privada, da alfabetização, da invasão de Playa Girón. Para nós, a possibilidade de assumir na vida o que cantávamos historicamente foi Angola, porque adotamos o internacionalismo da canção e Angola foi a oportunidade de fazer isso na prática.

Você esteve em Angola?

— Ir a Angola era uma necessidade existencial, era a possibilidade de saber se éramos “guevarianos”. É um momento muito difícil, mas em todo caso é bom saber se a re-

terceiro mundo – 59

volução passa pelas tuas partituras e pelo teu sangue. Foi muito importante, foi como uma linha divisória na minha vida. Nossa missão em Angola foi cantar nas frentes de combate. Fomos convocados como soldados com essa missão, houvesse ou não guerra. Formamos um grupo com Silvio Rodríguez, o Quarteto Los Caña, o Grupo Manguaré, um mágico e eu. Ficamos lá de fevereiro a julho de 1976, quando acabou a guerra em Angola. Algum tempo depois, voltamos como civis para cantar em diversos lugares.

A aproximação cultural

Que possibilidades de con-

vergência você vê entre a cultura brasileira e a cubana?

— Na música, elas são infinitas, porque a cultura negra, africana, é comum e representa uma força criadora constante. Eu achava que conhecia muitos músicos brasileiros, mas foi só chegar ao Brasil para perceber que conhecia muito poucos. Aqui existe uma quantidade incrível de talentos e estou muito entusiasmado com isso. Uma coisa parecida me aconteceu na Argentina, onde existe uma nova corrente de músicos jovens que tem muita força.

O que acontecerá agora que foram restabelecidas as relações entre os dois

países?

— Está sendo preparado um projeto de intercâmbio, inicialmente de músicos, entre o Brasil e Cuba. Vamos organizar uma semana da cultura brasileira em Havana, para tentar recuperar esses 20 anos que perdemos em termos culturais, tanto da parte dos cubanos como dos brasileiros. A música dos dois países tem raízes muito fortes e a mistura de ambas dará, sem dúvida, um resultado explosivo. É tempo de eliminar as barreiras e, embora o idioma possa ser um empecilho, a semelhança musical é muito grande e a música rompe qualquer barreira.

Fabián Restivo/V.B.

Notas de Cultura

Uruguai: os Charruas não viviam em tendas

Os professores uruguaios, do mesmo modo como acontece em muitos outros países latino-americanos, já estão habituados, quando solicitam das crianças que desenhem os primitivos habitantes do país, a que estas façam excelentes desenhos dos índios *sioux*.

As imagens popularizadas por Hollywood estão identificadas na mente infantil (assim como na de muitos adultos) com o conceito de "índio". Um grupo

de professores uruguaios resolveu que era chegada a hora de acabar com esta e outras carências pedagógicas, acentuadas por mais de uma década de governo mi-

litar. Lançados recentemente, os *Cuadernillos de nosotros* propõem uma outra imagem dos charruas (os primeiros habitantes do país), mais fiel às descrições con-



Notas de Cultura

temporâneas e aos estudos arqueológicos.

Com essa medida, inaugura-se uma série de materiais destinados a apoiar o trabalho dos professores primários, incluindo temas de matemática ou de geografia e, sobretudo, contribuições das próprias crianças, como um livro de leitura feito por elas (e sugestões aos professores para que seus alunos façam o mesmo).

A primeira edição dos *Cuadernillos* sugere para debate e estudo em sala de aula uma frase pouco conhecida de José Artigas, o

herói máximo da nação uruguaia, proferida em 1815: "Desejo que os índios, em seus povoados, se governem a si mesmos, para que cuidem de seus interesses como nós dos nossos. Lembremos que eles têm esse direito e que seria uma degradação vergonhosa para nós mantê-los nessa discriminação que sofrem até hoje por serem indígenas".

Palavras de surpreendente atualidade numa América Latina, onde a "degradação vergonhosa" dos índios ainda é um fato concreto.



las secundárias do país de quatro idiomas nativos: o quêchua, o aimará, o aguaruna e o chipibo, os dois últimos falados na região amazônica. A comunidade aguaruna habita a área situada entre os rios Senepa e Santiago, na fronteira com o Equador, com mais de 70 mil membros.

O quêchua e o aimará são falados na região da cordilheira dos Andes, sendo que o primeiro é reconhecido, juntamente com o espanhol, como segunda língua oficial do país, pelo fato de ser a língua indígena mais falada na região.

Para a elaboração dos programas de ensino dos idiomas, o governo convocará representantes das quatro comunidades. A primeira experiência nesse sentido já está sendo feita com o chefe do grupo aguaruna.

Documentário cubano sobre o Brasil

A televisão cubana acaba de estrear um documentário do cineasta Santiago Alvarez sobre o Brasil, no qual as lembranças pessoais do realizador se misturam com a história política brasileira.

Memorias de un encuentro reflete as impressões da primeira visita de Alvarez ao Brasil, em 1962, ao mesmo tempo que faz um panorama histórico desde aquela época até o recente reatamento das relações diplomáticas entre os dois países.

O documentário também mostra os vínculos culturais, nunca interrompidos, entre

cubanos e brasileiros, assim como a obra de algumas figuras significativas da cultura brasileira, como Jorge Amado, Frei Betto e Chico Buarque de Holanda.

Peru vai ensinar linguas nativas

O Ministério da Educação do Peru vai iniciar, a partir de 1987, o ensino nas esco-

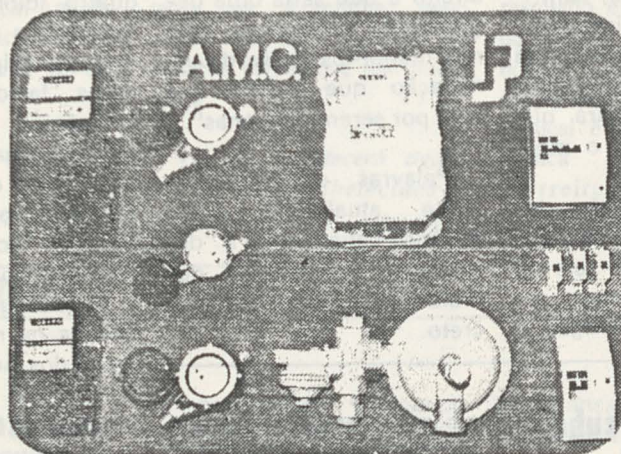


C. Sanchez/ONU

A. M. C. Empresa de fabricação de contadores EL-EULMA (Wilaya de Sétif)

RAMO:

Produção e comercialização de aparelhos de medição, regulação e de proteção.
Esses produtos são desenvolvidos em nossos departamentos
de mecânica de precisão e de instrumentos.



GAMA DE PRODUTOS FABRICADOS

- Contadores elétricos monofásicos e trifásicos
- Contadores de água

TNRE 0 15/21 (3 M/H) jato único
SNR 0 15/21 (3 M/H) jato múltiplo
SNR 0 20/27 (5 M/H) jato múltiplo

- Contadores de gás natural AC 5 M
- Reguladores de gás natural 1893 B
- Disjuntores
- Unipolares 10 A, 15 A, 20 A
- Diferenciais bipolares 20 A e 32 A (300 MA)
- Diferenciais tetrapolares 20 A e 32 A (300 MA)

PROJETOS EM CURSO:

- Contatos e relés térmicos
- Distribuidores de carburante
- Descompressores de baixa pressão para gás butano

PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO

- Relojoaria industrial e doméstica
- Instrumentos para veículos
- Componentes e aparelhos óticos
- Instrumentos em geral e aparelhos de medida
- Empresa Nacional de Aparelhos de Medida e de Controle
- B. P. 02 Route de Batna - EL-EULMA - Argélia

Empresa Nacional de Aparelhos de Medida e de Controle
B. P. 02 Route de Batna - EL-EULMA - tel.: 85.85.95 - Telex: DG: 86843 DZ UC: 86901 AMC UC/DZ

Os depósitos secretos nos Estados Unidos

Mais da metade dos empréstimos recebidos por países como o México, Venezuela e Argentina voltaram aos bancos norte-americanos em forma de depósitos em contas secretas de altos funcionários públicos e milionários latino-americanos

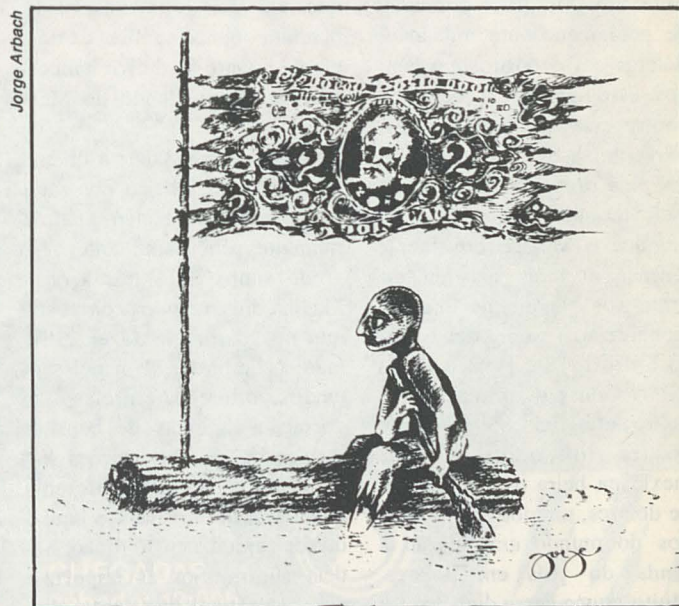
A queda de Ferdinand Marcos e "Baby Doc" Duvalier chamou a atenção da opinião pública para as enormes fortunas que oligarcas do Terceiro Mundo saquearam e esconderam no exterior. Por outro lado, o colapso dos preços do petróleo deixou países como México e Venezuela de mãos vazias, implorando ajuda aos bancos para pagarem suas dívidas externas. Estas duas histórias – evasão de capital e dívida externa – são dois lados de uma mesma moeda. Em certos casos, as classes ricas dos países pobres transferiram mais dinheiro para as nações ricas do que estas enviaram sob a forma de empréstimos – e, muitas vezes, o dinheiro era o mesmo. Banqueiros norte-americanos promoveram essas transações e lucraram com elas. Às vezes, o dinheiro nem chegava a sair dos Estados Unidos: toda a tramóia era feita através de alguns lançamentos contábeis em Nova Iorque.

De fato, mais da metade do

dinheiro emprestado ao México, Venezuela e Argentina nos últimos dez anos saiu pela mesma porta, no mesmo ano ou no mesmo mês em que entrou. As fortunas empilhadas no exterior por cidadãos dos principais países devedores dariam para pagar grande parte de suas dívidas. O montante acumulado em contas

particulares de cidadãos de países pobres pelos bancos mais ativos e espertos, como o Citibank, deve igualar o total de empréstimos concedidos a esses países. O verdadeiro papel desses bancos foi receber dinheiro que as elites do Terceiro Mundo roubaram dos seus governos e emprestá-lo de volta aos mesmos governos, ganhando polpudos juros em ambas as transações.

As leis norte-americanas tornam fácil para qualquer indivíduo transferir e esconder dinheiro e outros haveres. Por causa disso, os próprios Estados Unidos são hoje um dos maiores paraísos fiscais do mundo – no caso da América Latina, o maior de todos. Tais leis fazem com que os Estados Unidos devam dinheiro aos países latino-americanos



Jorge Arbach

atualmente.

Tudo se resume numa das maiores usurpações de riqueza da história, na qual milhares de famílias ricas e seus dependentes fazem suas visitinhas regulares aos bancos, enquanto os pobres ficam obrigados a trabalhar durante anos para pagar as dívidas resultantes. Os banqueiros fazem um habilidoso jogo duplo e os contribuintes norte-americanos são forçados a subsidiar a ajuda a países "inadimplentes", num montante que faria a dívida da cidade de Nova Iorque, em 1975, parecer brincadeira de crianças. É esta a verdadeira história da "crise da dívida" do Terceiro Mundo, a história do que aconteceu com todo esse dinheiro.

Veja-se o caso do México. Em 6 de março passado, um jornal da Cidade do México publicou uma relação de 575 nomes de cidadãos mexicanos, cada um dos quais possuidor de pelo menos um milhão de dólares em depósitos em bancos estrangeiros. A denúncia contra essas pessoas que promoveram a evasão de dólares do país provocou indignação, visto ter sido feita no instante em que o México novamente ameaça declarar sua falência junto aos banqueiros internacionais e ao Tesouro dos EUA.

Entre 1978 e 1982, a dívida externa do país ultrapassou o dobro, atingindo 85 bilhões de dólares. Hoje, o total da dívida mexicana beira os 100 bilhões de dólares, um dos mais elevados do mundo em relação à renda do país em dólares. Muito pouco desse dinheiro foi

empregado em investimentos produtivos. Bilhões foram desperdiçados em usinas siderúrgicas não competitivas, uma usina nuclear que até hoje não funciona, um gasoduto que não leva a lugar nenhum, armamentos, empréstimos para programas perdulários, e pagamentos a empreiteiros e funcionários públicos (consta que o ex-presidente López Portillo, que foi morar em Roma após deixar o cargo, deu sumiço a mais de um bilhão de dólares).

Os banqueiros ocidentais fechavam os olhos, enquanto o dinheiro que emprestavam era desperdiçado. Afinal, cobravam boas comissões pelos empréstimos, e muitos dos seus clientes estavam ganhando vultosas somas com esses "elefantes brancos". Além do mais, os bancos supunham que o governo dos EUA jamais permitiria a falência do México ou do Citibank. Acrescente-se que, até mais ou menos 1981, nenhum banco sabia exatamente quanto os outros bancos estavam emprestando ao México.

É impossível saber a quantia exata de dinheiro que saiu do México. Os bancos, naturalmente, procuram manter segredo sobre essas transações. Mas há dois métodos contábeis que nos permitem fazer estimativas indiretas. Um deles é medir a diferença entre as exportações líquidas de bens e serviços e as importações líquidas de capital. Essa diferença deve refletir os fluxos líquidos de capital a curto prazo. Se dela subtrairmos as importações de capital que foram di-

vulgadas, teremos o valor aproximado das exportações de capital não divulgadas. Todas essas cifras são, naturalmente, inexatas (os mais céticos dizem que as estatísticas oficiais do balanço de pagamentos do México omitem as importações mais importantes – os armamentos – e sua segunda exportação mais importante – as drogas.)

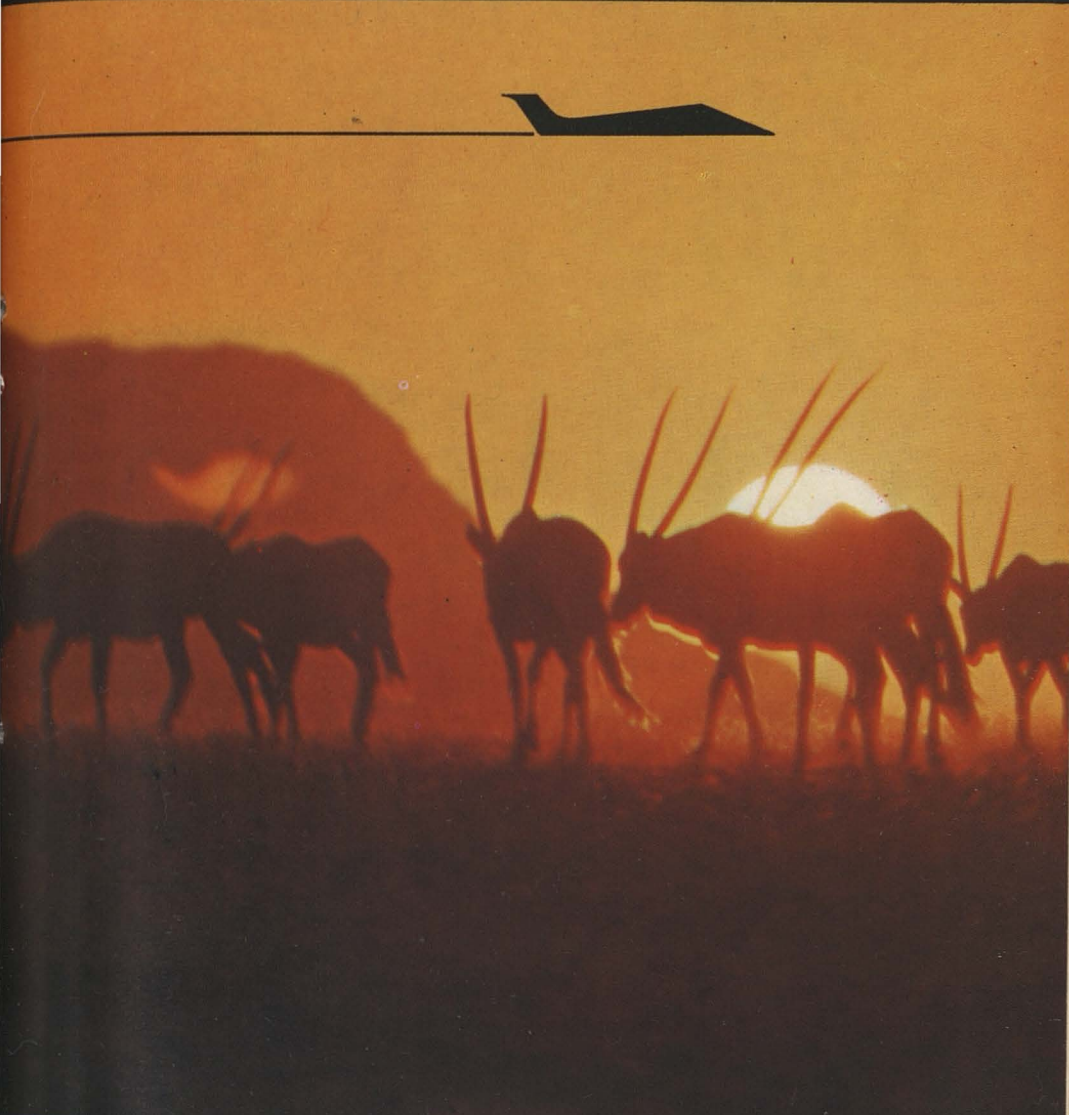
No caso do México, porém, o segundo método de cálculo leva a resultados estranhamente semelhantes. Trata-se simplesmente de somar todo o dinheiro que, sabidamente, entrou no país, subtrair o que se sabe que foi empregado e presumir que o resto tornou a sair do país.

Ambos os métodos indicam que a evasão de capital aumentou enormemente durante os anos do governo López Portillo, especialmente de 1979 a 1981, exatamente quando a dívida externa mexicana estava em processo de explosão. Em 1981, por exemplo, enquanto o México contraía cerca de 20 bilhões de dólares em novas dívidas junto a bancos comerciais, a evasão de capital atingia de 9 a 11 bilhões. A partir de 1981, a evasão de capital passou a diminuir: simplesmente já não havia tanto dinheiro para desviar para o exterior.

O total da dívida também parou de crescer. No período de 1974 a 1985, o México contraíu dívidas num total de 97 bilhões, e cerca de metade disto – 50 bilhões – tornou a sair imediatamente do país.

Em outros países, as coisas

Angola, terra da liberdade.



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113



TAAG

LUANDA	SAÍDAS	CHEGADAS
	sábado: 09:00h (hora de Angola)	sábado: 13:00h (hora do Brasil)
RIO	domingo: 17:00h (hora do Brasil)	2ª feira: 05:00h (hora de Angola)

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

**Nosso compromisso
é com a emancipação do
Terceiro Mundo.**

**Falamos 3 idiomas
em 5 edições para 70 países
de 5 continentes.**



**Dois terços da humanidade
vivem no Terceiro Mundo.**

**Você tem que chegar lá.
Venha conosco!**

Publicação mensal da Editora Terceiro Mundo
Deptos Comercial e de Circulação:
Rua da Lapa 180 - Grupos 1104 a 1109 - Rio - RJ - CEP 20041
Telefones (021) 222 5771 e 252 7440 - Telex 21-33054 CTMB/BR

foram ainda piores. Na Argentina, a saída de capital no decorrer dessa década foi de mais de 60% dos empréstimos externos. Na Venezuela, essa percentagem foi de quase 100. Os brasileiros (11%) e os apadrinhados de Marcos nas Filipinas (25%) mostraram-se muito menos ambiciosos no tocante a desviar dinheiro de seus países. O volume de investimentos em depósitos a prazo em bancos norte-americanos, de propriedade de estrangeiros, cresceu rapidamente nos últimos anos, alimentado pela evasão de capital da América Latina. A maior fonte isolada desses depósitos

Admitindo-se certas hipóteses razoáveis quanto à renda de tais investimentos, e tendo em mente ainda que os investidores não tiveram de pagar imposto de renda – nem para os EUA, onde os “ganhos de carteira” são isentos de taxa-ção, nem para o México, em face da prática generalizada da sonegação – não é difícil calcular o montante de capital que fugiu do México e se encontra até hoje no exterior. O cálculo, naturalmente, fica sujeito a ressalvas. Mas, se forem ao menos um pouco exatos, indicam que o valor do capital subtraído ao México ultrapassou, em 1984, o valor nominal

nos não terem fundos. O problema é que esses fundos estão em Miami”.

A participação dos bancos norte-americanos nos empréstimos aos principais devedores da América Latina é de menos de 30%. Em contrapartida, a participação norte-americana no capital privado que sai desses países é, segundo consta, de 70% a 80%, no caso do México e da Venezuela, e de 50% a 60% no caso de Brasil e Argentina. Isto significa que os Estados Unidos como um todo são quase certamente um devedor líquido de todos esses países, com a possível exceção do Brasil. O total de emprés-

Jorge Arbach



é o México. Os bancos particulares e as firmas de investimento que atendem a esse mercado dizem que, provavelmente, dois terços ou mais do capital que saiu do México foi investido em depósitos a prazo. Agora, segundo eles, os depositantes mexicanos passaram a investir em títulos do governo norte-americano, por estarem preocupados com a situação financeira de bancos norte-americanos que emprestaram dinheiro demais aos países pobres, como o México.

de todos os empréstimos comerciais concedidos aos países, e, em 1985, equivalia quase ao valor nominal de toda a dívida externa do México.

Como esses empréstimos arriscados têm no mercado um valor bem menor que o seu montante nominal, é bem provável que o México possua no exterior muito mais do que deve. Como disse recentemente um membro da diretoria do Banco Central dos EUA, o Federal Reserve: “O problema não é os países latino-america-

timos vencidos de bancos norte-americanos ao México é hoje de cerca de 26 bilhões de dólares.

Calculando-se em cerca de 85 bilhões o valor acumulado da fortuna proveniente da evasão de capital mexicano em 1984, e supondo-se que 70% foram investidos nos EUA, os mexicanos têm nos bancos norte-americanos pelo menos 30 bilhões de dólares a mais do que o México deve a esses mesmos bancos.

Em comparação, o total de

investimentos diretos feitos por todas as firmas norte-americanas no México não passou de seis bilhões em 1984. Cálculos semelhantes para os outros principais países latino-americanos indicam um saldo líquido, em poder dos EUA, de 40 a 60 bilhões de dólares nesse mesmo ano. Atualmente, a cifra deve ultrapassar a casa dos 70 bilhões. Também neste caso os cálculos são conservadores, uma vez que se baseiam numa comparação entre o duvidoso valor nominal das dívidas e o valor de mercado dos investimentos financeiros. No caso do México, a renda anual gerada por esses investimentos já é calculada em mais de três quartos dos juros devidos anualmente por esse país sobre sua dívida externa.

Os intermediários

O Departamento do Tesouro dos EUA recebe informações dos bancos, das corretoras e de outras firmas norte-americanas sobre suas transações financeiras com estrangeiros. São dados inexatos que tendem a diminuir o total das operações. Ainda assim, revelam números coerentes com outras informações. E indicam que, entre 1978 e 1985, os latino-americanos e seus procuradores dos paraísos fiscais do Caribe aumentaram em pelo menos 33 bilhões de dólares o montante de seus depósitos a curto prazo nos bancos norte-americanos.

No mesmo período, esses bancos aumentaram em cer-

ca de 50 bilhões seus empréstimos à América Latina. Consequentemente, o papel fundamental desempenhado pelos bancos norte-americanos na América Latina foi o de intermediários nos depósitos a curto prazo das elites e nos empréstimos a médio prazo solicitados pelos governos.

As notas de dólares constituem outra importante categoria de bem financeiro estocado pelos latino-americanos. Trata-se de um "ativo estrangeiro" que, muitas vezes, é mantido fisicamente na casa de cada um. Do ponto de vista financeiro, representa uma obrigação líquida do governo norte-americano. Não existe um meio de calcular diretamente o montante de moeda norte-americana retida no exterior, mas o processo de "dolarização" é generalizado na Argentina, no Brasil e no México. É comum guardarem-se maletas inteiras, cheias de notas de 100 dólares, como proteção contra a desvalorização da moeda local. Isto ajuda a explicar o fato curioso de só existirem atualmente três notas de 100 dólares em circulação para cada pessoa nos Estados Unidos. O Tesouro norte-americano "calculou" recentemente que talvez existam no exterior uns 20 bilhões em notas de 100 dólares.

A moeda é também um dos meios prediletos de transferência de dinheiro de contas locais para contas no estrangeiro. Só em 1981, mais de dois bilhões de dólares em dinheiro foram declarados por venezuelanos em viagem para Miami, nos

formulários do Tesouro norte-americano preenchidos obrigatoriamente por quem ingressa nos Estados Unidos. Muito dinheiro tem entrado em Miami oriundo do tráfico de drogas. Mais recentemente, porém, as seções do Federal Reserve (Banco Central) em El Paso e San Antonio, no Texas, vêm acusando recebimentos líquidos em moeda, como reflexo de grandes depósitos em dinheiro feitos por mexicanos que cruzam a fronteira. O aumento volumoso de tais depósitos, em São Francisco nos últimos dois anos resulta, ao que parece, de uma combinação da evasão de capital das Filipinas e da transferência de dinheiro de drogas para a Costa Oeste.

A quem pertence essa riqueza? O investidor mexicano típico, que mantém dólares em casa ou no exterior, é membro da classe média. Disse um escritor recentemente: "Até os meninos engraxates da Cidade do México colecionam dólares". Mas não é esse o aspecto fundamental da verdadeira evasão de capital, um processo altamente concentrado.

No topo da pirâmide estão os super-ricos. São pessoas que fazem parte da elite do Citibank, uma lista de 5.000 ou mais cidadãos de toda parte do mundo, cujas fortunas pessoais são calculadas em mais de 100 milhões de dólares.

Supostamente, cerca de 500 ou 600 deles são norte-americanos, dependendo de em que altura andam as cotações da bolsa de valores. No contexto latino-americano, essa lista in-

clui uma porção de nomes dos quais a maioria dos norte-americanos jamais ouviu falar. Gente discreta, mas fabulosamente rica.

Enquanto isso, a renda per capita dos mexicanos é, em média, menos de 2.000 dólares por ano. E, de 1982 para cá, o problema da dívida fez com que essa situação piorasse ainda mais. As importações e os gastos internos foram reduzidos para permitir o pagamento de juros externos. Para o segmento mais pobre da população, isto significa que a renda real, que já era baixa, diminuiu mais ainda.

O papel dos banqueiros

Como conseguiram as elites do Terceiro Mundo converter todo esse capital da dívida externa em fundos particulares no exterior? Existem várias explicações, sendo que uma não exclui a outra. Na opinião de um observador inocente, simplesmente aconteceu que, coincidentemente, os ricos do país aplicaram seu dinheiro no exterior exatamente quando o governo decidiu tomar vultosos empréstimos estrangeiros para financiar o desenvolvimento.

Naturalmente, teria sido mais sensato financiar os gastos públicos com impostos ou com investimentos estrangeiros diretos na economia. Mas as elites locais são tão poderosas que é quase impossível ao governo taxar seriamente a renda e a riqueza, e há uma série de impedimentos contra o investimento estrangeiro em

Oscar Sabella



O dólar tornou-se "a moeda importante" nos países devedores

firmas nacionais.

Além disto, as elites locais não se limitam a reagir passivamente ao que o governo faz: em muitos casos, elas são o próprio governo, ou pelo menos fazem parte dele. Assim, um dos principais meios de transferir dinheiro para fora é aproveitar taxas de câmbio supervalorizadas, com a ajuda de bancos estrangeiros. A manutenção de tal sistema cambial em face da evasão maciça de capital é muito difícil de compreender, a menos que se levem em conta os lucros que ele proporciona a pessoas que estão em posição de influenciar a política.

Ocorre também muito suborno na conversão em fortunas pessoais de dólares tomados emprestados por governos. Os meios são muitos: companhias intermediárias de fachada, que repassam contratos a fornecedores estrangeiros, mediante vultosas comissões, para execução de projetos do governo; importadores que obtêm licenças para comprar

divisas para importação de produtos que jamais são comprados, ou que são escandalosamente superfaturados; empreiteiros que obtêm empréstimos públicos para projetos que não existem; "consultores" locais que são pagos por fornecedores americanos em dólares.

Até que ponto os banqueiros norte-americanos sabiam o que estava acontecendo? É uma boa pergunta. Para certos observadores, esses banqueiros devem ter sido cúmplices conscientes e voluntários desses negócios escusos, como o foram os intermediários de todos os escândalos financeiros da história do mundo.

Será que eles não eram suficientemente espertos e inteligentes para perceber os tram-biques que vinham ocorrendo debaixo de seus narizes? É inegável, que, quando um cidadão rico investe seu dinheiro no exterior, o faz com muito mais cuidado que o demonstrado pelos banqueiros estrangeiros que financiaram a dívida

terceiro mundo - 67

de seu país.

Outro fato inegável é que os principais bancos norte-americanos, da mesma forma como estiveram empenhados em emprestar dinheiro ao México, andaram ajudando a fazer com que muito dinheiro saísse do país. Os bancos norte-americanos que mais têm prestado "serviços bancários internacionais" a cidadãos latino-americanos ricos são o Citibank, o Morgan Guaranty, o Bank of America e o Chase, além de vários grandes bancos regionais do Texas e da Califórnia.

O "malote interno"

O "malote interno" e outros serviços equivalentes — que ajudam os clientes de um banco a fazer transferências secretas de dinheiro — são algumas das atividades mais importantes de um banco privado internacional. Quando usados com a discrição necessária, podem constituir verdadeira vantagem em termos de competição. Entre outras coisas, o banco fica sabendo o suficiente a respeito dos negócios secretos do cliente para garanti-lo definitivamente. A idéia que em geral se faz da operação de "lavagem" de dinheiro é a de malas cheias de notas, transportadas por certos tipos mal-encarados desde o aeroporto até algum banco pouco conhecido de Miami, das Bahamas ou da Suíça.

Obviamente, isto de fato acontece, especialmente quando a operação tem a ver com o tráfico de drogas, mas parece

coisa de principiante quando comparada com a verdadeira "lavagem" de dinheiro feita pelos bancos internacionais.

Recentemente, um banqueiro explicou como se resolve o problema de transferir dinheiro de um cliente mexicano rico para fora do país sem deixar rastros: "Naturalmente, você poderia comprar dólares no Banco Central mexicano sem problema algum. O caso é que seu nome fica registrado lá, e é isto exatamente o que você não deseja. Ou poderia ir a um banco local, comprar um cheque de 100.000 dólares, pagá-lo em pesos e depois mandá-lo para os Estados Unidos. Mas quando você deposita esse cheque, fica-se sabendo em que conta foi depositado. De modo que acontece o seguinte: o cliente vai a seu banco, saca um cheque interno de caixa em nome do banco X no exterior, e deposita esse cheque nesse banco. Assim o nome dele não aparece no cheque. Ou faz um depósito em pesos na sua própria conta, numa agência mexicana de um banco norte-americano, e o banco discretamente credita o mesmo valor, em dólares, na conta dele em Nova Iorque".

Numa tentativa de evitar este tipo de transferência, o governo mexicano, em novembro de 1985, procurou limitar o uso dessas "janelas de saída de pesos". Contudo, os bancos mais espertos já encontraram meios de burlar o governo, fazendo trocas de moeda no mercado paralelo de câmbio. Com isto, contornam inteiramente o sistema bancário e

praticamente não deixam um registro sequer da operação. Também neste particular os mais ativos têm sido os grandes bancos estrangeiros.

Esses banqueiros privados internacionais não são obtusos. São pagos para fazer o que fazem. É um negócio muito lucrativo, que lhes rende de 2% a 3% sobre os depósitos. Numa época em que praticamente se esgotaram quase todas as outras fontes de recursos bancários de baixo preço, a prestação de serviços bancários a países do Terceiro Mundo continua sendo um alto negócio. Da mesma forma como, na década de 70, era alto negócio emprestar a governos do Terceiro Mundo — muito melhor do que fazer empréstimos nos Estados Unidos a lojas comerciais ou a compradores de casa própria.

O banco norte-americano mais ativamente envolvido no serviço bancário internacional é evidentemente o Citibank, que parece ter mais de 1.500 funcionários cuidando dessa atividade no mundo inteiro e mais de 26 bilhões de dólares em recursos do Serviço Bancário Internacional. Na América Latina, o Citibank tem provavelmente mais de 50 funcionários dedicados a esse tipo de operação, em agências instaladas no México, na Argentina, no Chile, na Venezuela e no Panamá, onde também é dono de outros bancos com agências locais. Como a discrição é fator essencial, a maioria desses funcionários trabalha oficialmente para outros departamentos do banco. E em virtude



Moradores da Cidade do México examinam a cotação do dólar

de ter emprestado quase quatro bilhões de dólares ao Brasil, o Citibank prefere atender ao mercado de evasão de capital brasileiro a partir de uma agência instalada em Montevideu, no Uruguai, onde as leis de sigilo bancário são muito severas.

Ao todo, pelo menos metade dos 26 bilhões de dólares de recursos do Citibank nesse setor pertence provavelmente a cidadãos latino-americanos. Compare-se esta cifra com o total emprestado pelo Citibank aos "quatro grandes" países devedores: 10,3 bilhões distribuídos entre Brasil, México, Argentina e Venezuela. Assim, ainda que se leve em conta os empréstimos feitos ao resto da América Latina, o Citibank provavelmente deve mais dinheiro aos latino-americanos do que a América Latina lhe deve.

Os bancos são obrigados a notificar as autoridades norte-americanas a respeito de gran-

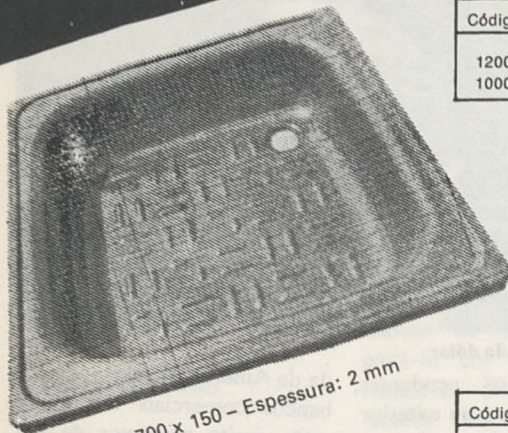
des empréstimos pendentes, feitos a governos no exterior. Mas não são obrigados a revelar os países de origem dos fundos utilizados em seus serviços bancários internacionais. Este sigilo provavelmente tem sua razão de ser: no caso de vários grandes bancos e de outras instituições financeiras, a verdade poderia deixá-los em situação embaraçosa — eles não são credores líquidos em relação a esses países. Indício claro disto é o saldo total entre empréstimos e depósitos. Segundo nossos cálculos, atualmente os bancos americanos detêm, através de seus serviços internacionais, depósitos num total aproximado de 100 a 120 bilhões de dólares, sendo que 60% a 70% desse total são oriundos da América Latina, contra um total de 83 bilhões de empréstimos pendentes, feitos a países latino-americanos. Não só a economia norte-americana como um todo é provavelmente devedora líquida

da da América Latina, como os bancos comerciais dos EUA estão muito próximos de ser devedores líquidos dos países latino-americanos.

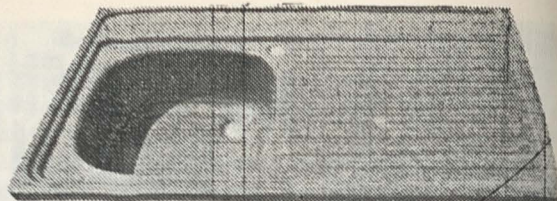
Mas este é o tipo de dívida que qualquer um gostaria de ter. Juntando o que sabemos a respeito da evasão de capitais e dos empréstimos dos bancos privados, podemos razoavelmente calcular em 2,4 bilhões de dólares os lucros auferidos pelos bancos, somente em 1984, com essa viagem de ida e volta do dinheiro emprestado ao México. Em relação a uma base de capital próprio de quatro bilhões de dólares, isto representa um lucro de 70%. As bases para esse cálculo podem estar sujeitas a pequenas ressalvas, mas os fatos são inegáveis: até agora, os bancos americanos têm ganho um bom dinheiro com as supostamente desastrosas normas de empréstimos internacionais que adotaram nos últimos dez anos. ●

James S. Henry

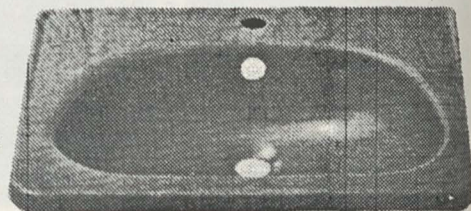
EXPORTAÇÃO



Dimensões: 700 x 150 – Espessura: 2 mm

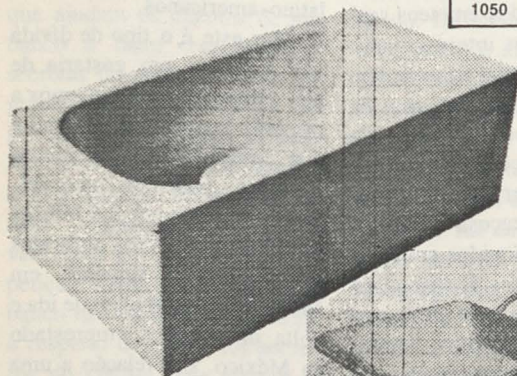


Código	Largura	Comprimento	Profundidade	Espessura
1200	mm	mm	mm	mm
1200	1200	600	370x370x170	1.25
1000	1000	600	370x370x170	1.25

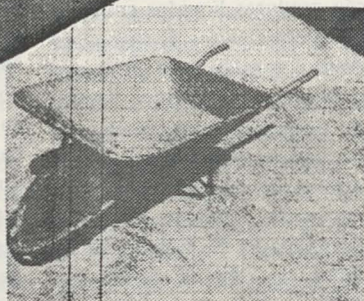


Dimensões: 600 x 485 – Espessura: 1,25 mm

Código	Largura	Comprimento	Profundidade	Espessura
	mm	mm	mm	mm
1600	1600	600	700	2
1400	1400	700	400	2
1050	1050	700	400	2



Todos esses artigos podem ser entregues nas seguintes cores: branco, azul, marrom, rosa, verde.



- Calefação
- Radiadores de gás
- Radiadores de calefação central
- Artigos de mercúrio
- Dobradiças universais
- Dobradiças simples

CAPACIDADE:
Água: 65 litros
Terra: 85 litros
Rodas diâmetro: 400 mm

PROMETAL

Empresa Nacional de Produtos Metálicos Utilitários

Sede Social: D.G: B.P. 25 – El-Harrach – ARGELIA Cuatro caminos de Meftah – Oued Smar Direcciones Centrales

A revolução feminina no Burkina Faso

Sete mulheres ocupam cargos ministeriais no governo do capitão Thomas Sankara. Uma delas ocupa o estratégico Ministério das Finanças. O novo papel da mulher num dos mais pobres países africanos é explicado nesta entrevista com Catherine Traore, da União das Mulheres do Burkina Faso

Catherine Traore tem 33 anos, casada e sem filhos. Ela é membro da direção nacional da União de Mulheres de Burkina Faso, uma organização surgida em setembro de 1985 e que hoje é a principal responsável pela mobilização da população feminina do país (o antigo Alto Volta) na luta pela igualdade de direitos com os homens e pela participação da mulher na política nacio-

nal. Paralelamente à União de Mulheres, existe a Federação de Mulheres, surgida antes da ascensão do regime revolucionário ao poder, mas que atualmente está limitada a um grupo que se diz apolítico e quer manter-se distante do governo e das reformas sociais.

Formada em jornalismo em Strasbourg, França, ela trabalhou em jornais de Uagadugu, antes de abandonar

a profissão por discordar da orientação política da imprensa oficialista existente antes da revolução deflagrada por Sankara em agosto de 1983. Catherine representou o seu país no 6º Congresso da Organização Panafricana de Mulheres, realizado em Luanda (Angola) em setembro passado. Foi lá que ela falou a cadernos do terceiro mundo.

Quais as principais mudanças registradas em Burkina Faso depois da posse do regime revolucionário, no que se refere à situação da mulher?

— Nesses últimos três anos, aconteceram muitas mudanças. Em meu país, a mulher se encontrava numa situação muito difícil antes da ascensão ao poder do capitão Thomas Sankara. Eram as mulheres que faziam de tudo, elas eram verdadeiros motores econômicos, mas seu trabalho nunca havia



As mulheres são hoje uma presença marcante nas forças armadas e no governo revolucionário do Burkina



No interior do país a mulher ainda enfrenta muitas dificuldades

sido reconhecido, e estavam sempre relegadas a um segundo plano. As mulheres não existiam senão para fazer filhos, cuidar da cozinha, fazer trabalhos domésticos, mas nunca eram chamadas para decisões políticas. As mulheres estavam sempre atrás dos homens. Havia da parte deles uma posição ambígua. Diziam que a mulher precisava ajudá-los, mas ao mesmo tempo temiam que essa ajuda pudesse se transformar numa participação mais ativa.

Bem, tudo isso mudou com o regime revolucionário. Os enormes desafios do novo governo fizeram com que as mulheres tivessem que participar e, com isso, as resistências masculinas acabaram quase desaparecendo. Hoje, passados três anos, Burkina Faso pode ter o orgulho de ser um dos raros países em todo o mundo onde existem nada mais nada menos do que sete mulheres no Ministério. Nós controlamos inclusive o Ministério das Fi-

nanças, da Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Assuntos Familiares, Turismo e da Solidariedade Nacional.

O Ministério das Finanças é o mais importante nas mãos das mulheres?

— Sim, porque alguns dizem que quem controla as finanças controla tudo. Eu acho que o fato de uma mulher ocupar um ministério tão importante é uma prova de confiança. Quase todas as mulheres no governo foram mantidas em seus postos quando houve uma reformulação ministerial recentemente. Nosso governo fez um esforço considerável para recuperar a situação econômica do país, que se encontrava em estado deplorável antes da ascensão do presidente Sankara.

Nós já começamos a resolver as dívidas externas, estamos também regularizando nossos débitos com o setor empresarial doméstico, visando a criar um novo clima de con-

fiança para permitir novos investimentos em áreas básicas. Todo o trabalho desenvolvido pelas mulheres no governo não é enche de orgulho.

Assim, por exemplo, no setor da saúde, foi possível dotar cada província de no mínimo duas ambulâncias, as internações médicas são hoje gratuitas, graças à implantação de um sistema de cotização. A medicina não é mais um privilégio dos ricos e o povo voltou a ter confiança no sistema de cotização, antes desmoralizado pela burguesia, que recolhia dinheiro dos contribuintes e não fazia nada. Tudo isso está hoje em vigor em todas as províncias, num total de quase 30.

Há mulheres no cargo de governador provincial?

— Sim, acho que são três. Mas não é só isso. Temos três mulheres ocupando o cargo de embaixadora em países como Alemanha Federal, Gana e Mali. E existe também a Guarda Presidencial Motorizada, constituída exclusivamente de mulheres.

Rever as tradições

Quando, em geral, acontecem mudanças tão rápidas como a ocorrida em Burkina Faso, quase sempre é mais fácil mudar a lei do que os hábitos, principalmente no interior. O que aconteceu no seu país?

— Realmente, no setor rural, no interior do país, é muito mais difícil a introdução de reformas rápidas. O nível de escolaridade é baixo nas regiões agrícolas mais afastadas.

e mais baixo ainda quando se trata de mulheres camponesas. Na África, desde o momento que nasce, a mulher já tem o seu papel definido até a fase adulta. O mesmo acontece com a sua educação. Dificilmente ela será mandada para a escola porque as famílias preferem concentrar esforços na educação dos filhos homens. Tudo isso começou a mudar a partir de março de 1985, quando nós organizamos um grande encontro de mulheres a nível nacional para discutir o problema educacional entre as mulheres. Vieram delegadas de quase todas as regiões do país. Na época, decidimos comemorar o Dia Mundial da Mulher não com danças e comidas, mas com reflexão.

Entre as recomendações aprovadas no encontro, está a que pede a eliminação do casamento forçado. Em meu país, é tradicionalmente a família quem decide com quem a mulher vai se casar. Não importa se a noiva ama ou não seu futuro marido. O que prevalece são os interesses familiares. Nós estabelecemos que é necessário lutar para que essa tradição seja eliminada, não apenas por meio de um decreto ou de uma lei, mas através da conscientização. É sensibilizando as populações, em particular as rurais, que nós conseguiremos convencer as pessoas que o casamento forçado não é bom.

Também houve alguma decisão sobre o problema da circuncisão das mulheres jovens?

— Sim, nós pedimos a aboli-

ção da circuncisão. Trata-se de um hábito que provoca danos à saúde da mulher. Especialistas médicos falaram durante o encontro de mulheres do ano passado e mostraram os problemas causados por essa prática, que há muitos anos é imposta à mulher africana, sem qualquer tipo de questionamento. A proibição da circuncisão feminina já está em discussão a nível governamental, mas nós sabemos que mesmo

— Para falar disso, eu tenho que retomar a análise da reunião de mulheres do ano passado. No encontro, nós organizamos o temário em quatro grandes assuntos: a situação jurídica da mulher, a questão da educação, a participação feminina no desenvolvimento econômico, e a presença da mulher na política. Esses quatro grandes temas foram divididos em subtemas, um dos quais era o da poligamia.



A mulher sempre foi a base da agricultura tradicional no Burkina

que ela se transforme em lei, será na prática diária que o problema terá que ser enfrentado e resolvido. Nós decidimos viajar para o interior para discutir no maior número possível de aldeias a questão da circuncisão.

Um novo código familiar

E o problema da poligamia?

Nessa questão, nós fomos muito prudentes, porque se trata de um problema muito comum em todo o interior do país. Nós somos uma revolução muito jovem e não podemos ter a pretensão de resolver todos os problemas de uma só vez. Combater a poligamia de uma forma radical certamente provocaria reações muito fortes e levaria muita gente a fa-

terceiro mundo — 73

zer oposição ao governo. Assim, nós decidimos começar por uma campanha de conscientização.

Começamos afirmando que em quase todos os regimes revolucionários do mundo, a poligamia foi questionada, porque provoca o surgimento de uma discriminação entre as mulheres. Quando um homem é polígamo, sempre fala da "preferida", da primeira, da segunda etc etc. Isso se reflete necessariamente na educação das crianças, porque os filhos da "preferida" terão sempre um tratamento melhor do que os das demais esposas.

Nós partimos do princípio de que a mulher é livre para aceitar ou não a poligamia. Se ela aceitar, deve ter consciência dos problemas decorrentes. Da mesma forma, nós procuramos convencer os homens de

que eles não podem fazer discriminação entre as várias mulheres que eventualmente tiverem.

Nós propusemos que o homem que decidir casar com uma segunda mulher, tenha antes o consentimento expresso da primeira. Nós resolvemos criar pouco a pouco dificuldades cada vez maiores para a poligamia, principalmente no que se refere à questão econômica. Hoje, com a participação cada vez maior do homem no sistema de cotizações e de cooperativas, ele acaba ficando com cada vez menos dinheiro disponível para comprar duas, três, quatro e até cinco esposas.

Nós acreditamos, por exemplo, que tornando obrigatório o consentimento da primeira esposa, deve cair muito o número de casamentos

poligâmicos, porque dificilmente uma mulher aceitará dividir tudo o que tem com outra ou outras mulheres, que necessariamente terão os mesmos direitos.

Essas propostas ainda não foram aceitas?

— Um código de família já foi proposto pelo Ministério da Justiça, mas nós queremos que a questão não fique apenas no âmbito dos juristas, mas seja discutida mais democraticamente. Os juristas não são necessariamente as pessoas mais envolvidas com o processo de emancipação da mulher.

Nós queremos que o código seja discutido por uma comissão mais ampla que inclua mulheres, operários, camponeses, sindicatos e outros ministérios. Essa comissão ampla já foi constituída e está levando ao debate público todos os problemas relativos à família. O projeto de código familiar já está completo, mas a discussão a nível de aldeia e comunidade camponesa continua.

Quando o código estiver pronto, eu acredito que a luta pela emancipação da mulher em Burkina Faso terá dado um avanço de no mínimo dez anos. Será também para nós uma ocasião muito especial para constatar que o nosso governo é sincero em todas as suas decisões, especialmente naquelas que se referem à mulher.

Uma perspectiva comunitária

Como você analisa o trabalho do presidente Sankara?



A campanha de reflorestamento é hoje uma prioridade nacional

— No momento, o nosso governo está mergulhado em obras de apoio às comunidades camponesas e pequenas aldeias do interior, como construção de escolas, maternidades, postos de saúde e creches. Todas essas obras estão sendo feitas dentro de uma perspectiva comunitária, usando o sistema de cotização ou de cooperativas.

A preocupação básica é o autofinanciamento local, levando as pessoas a tomar a iniciativa, em vez da tradicional atitude de esperar que o governo faça tudo. Nós somos um país pobre, dizem alguns, o mais pobre do mundo. Por isso, nós temos que primeiro mostrar o nosso esforço para ganhar credibilidade externa.

Assim, com o esforço popular, nós construímos maternidades, pequenos hospitais e escolas. Depois, chegamos para o governo e dizemos: "Nós já fizemos isso e aquilo. O que é que vocês vão fazer agora para nos dar remédios, leitos hospitalares e livros para as escolas já construídas?" Em todas essas obras, as mulheres estão presentes.

Há um outro programa importante em andamento. É a estrada de ferro que ligará o interior de Burkina Faso com a fronteira com o Níger. Essa obra está sendo construída na base da solidariedade. As pessoas doam uma certa quantia no final do mês ao governo para financiar a compra de equipamentos essenciais importados. Depois, as pessoas se apresentam como voluntários para trabalhar nas obras, substituindo a mão-de-obra es-

ONU



As mulheres estão presentes em todas as atividades no país

trangeira paga em dólares.

No terreno da luta contra o avanço do deserto, a mulher também está tendo um papel importante, principalmente no que se refere ao uso de práticas agrícolas destinadas a conservar a fertilidade do solo, de reflorestamento.

Como vai a campanha contra a desertificação?

— Trata-se de um dos maiores programas lançados pelo governo revolucionário. Todo estrangeiro que chega à capital é convidado a plantar uma árvore, inclusive os chefes de estado estrangeiros que nos visitam. Cada ministério, cada órgão do governo e as organizações de massa têm bosques onde são plantadas árvores nas cerimônias que marcam datas importantes de nossa história política.

Mas o nosso esforço vai mais longe. Nós estamos tentando convencer as populações do interior a não queimarem mato nas áreas agrícolas. Há em Burkina Faso um costume

popular que diz que a queima do mato nas lavouras serve para afastar o espírito maligno do inverno e atrair as chuvas. Nós estamos tentando mostrar que as queimadas acabam provocando prejuízos maiores que os supostos benefícios. Ao queimar o mato, também são queimadas as árvores e com elas desaparece a proteção natural do solo e são criadas as condições para o avanço do deserto.

Também estamos promovendo visitas de camponeses das zonas mais férteis ao norte do país, para mostrar as consequências da desertificação e das queimadas. O sul e o oeste de Burkina Faso ainda são verdes, enquanto o norte, as areias do deserto, do Sahel, tornam quase impossível a agricultura e a pecuária. Muitos dos camponeses do sul, depois de visitarem o norte, voltam às suas terras convencidos de que não é possível continuar queimando bosques, porque não querem que a desertificação destrua suas lavouras e

pastagens.

Quai a reação dos países vizinhos às reformas introduzidas pelo governo revolucionário de Burkina Faso?

— Nós estamos cercados por governos que não têm a mesma ideologia revolucionária, à exceção de Gana. Isso torna o nosso trabalho mais difícil, pois surgem tensões. De nossa parte, nós fazemos questão de ser muito claros no que se refere às nossas posições. Quan-



"Preferimos investir em obras que beneficiem nosso povo"

do nossas posições ideológicas nos levam a não concordar com certas coisas, nós anunciamos abertamente nossa posição, o que tem criado uma série de inimizades, porque os diplomatas em geral preferem não abordar diretamente a verdade.

Não usamos meias-palavras quando defendemos a nossa revolução e as nossas alianças externas. Por isso, somos criticados por nossos vizinhos, à exceção de Gana, por causa de nossas relações com a Líbia. Sim, somos amigos da Líbia, mas isso não quer dizer que sejamos teleguiados. Somos

um país pobre, mas fazemos questão de ser dignos e responsáveis, e rejeitamos violentamente certas insinuações feitas em países da África Ocidental onde muitos dizem que somos terroristas.

Quem faz uma revolução quer mudar um estado de coisas que é injusto, quer resolver uma contradição de classe. Daí surgem pessoas que não concordam com a perda de privilégios e governos que se sentem ameaçados pelo nosso

valor. Há milhares de burkinabenses morando do outro lado da fronteira. Eu mesma nasci no Mali, mas minha família é toda de Burkina Faso.

Para o povo, não há fronteiras, elas são uma ilusão. Há sempre gente querendo traçar linhas de limite, que nunca são respeitadas pelo povo, porque na verdade existe toda uma história muito antiga, onde as pessoas sempre se locomoveram por territórios que eram seus e que acabaram divididos pelo colonialismo. Nós não queremos ser levados à mesma situação da África Austral, onde a potência apoiada pelo imperialismo impede países vizinhos de se desenvolverem economicamente numa via revolucionária.

Nós não podemos dizer a uma população que tem fome e sede para se cotizar com a finalidade de comprar armas. Mas se nosso projeto for ameaçado, nós não teremos outra alternativa senão nos defender. Mas é claro que nós preferimos investir maciamente em obras que possam beneficiar diretamente o povo e não ter que destinar nossos poucos recursos para a compra de armamentos.

Esse sistema de cotização nos permitiu, por exemplo, vacinar todas as crianças de Burkina Faso entre zero e 14 anos contra a rubéola, meningite e febre amarela. E faremos tudo para que outros planos de melhoria do atendimento médico, educacional e econômico não sejam afetados por provocações políticas ou militares, vindas do exterior.

Beatriz Bissio

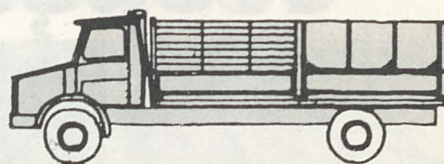
Um legado colonial

E o caso da guerra com o Mali?

— Nós temos problemas com o Mali. Em dezembro de 1985, os dois países chegaram a ter um conflito armado, que nós deploramos profundamente. Essa questão fronteiriça é uma herança do colonialismo. Entre nós, os africanos, as fronteiras não têm o mesmo

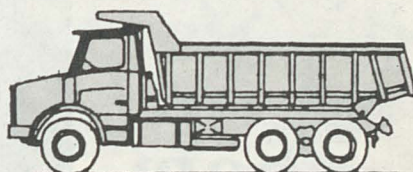
Para resolver seus problemas de transporte urbano e rodoviário

- CINCO UNIDADES DE PRODUÇÃO:
- Um complexo de veículos industriais
- Duas fábricas de carrocerias industriais
- Uma fundição G.S.
- Uma fábrica de equipamentos para veículos industriais

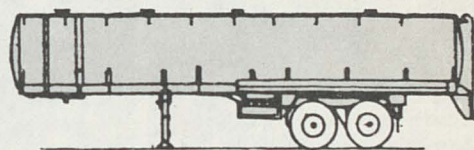


- DISPOMOS DE UMA EFICIENTE REDE DE DISTRIBUIÇÃO, PRONTA PARA ATENDER A TODOS OS PEDIDOS:

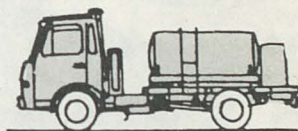
- 17 sucursais
- 361 concessionárias
- 27 pontos de venda



- COM UM EFETIVO DE CERCA DE 17 MIL PESSOAS E UM VOLUME DE NEGÓCIOS DE MAIS DE 5,5 MILHÕES DE DINARES ARGELINOS, SEGURAMENTE TEMOS O MATERIAL DE QUE NECESSITA



Tradição e experiência na fabricação, comercialização e assistência a veículos industriais



Não vacile em nos consultar



SNVI

الهيئة الوطنية للسيارات الصناعية

Empresa Nacional de Veículos Industriais

S.N.V.I. - Route Nationale Nrc 5 - ROUIBA - ARGÉLIA
Tel.: 80.60.65/74 - 80.66.50/53 Telex: 68 134/68 137 SNVIR

ESPECIAL

A opção preferida



A satisfação das necessidades básicas foi definida pelas instituições latino-americanas de defesa do consumidor como um direito de todos. Este Especial, coordenado por Roberto Remo Bissio, mostra as discussões que aconteceram em Montevideu, Uruguai, durante a 1ª Conferência Regional da Organização Internacional das Associações de Consumidores (locu) — já organizada em 30 países —, onde se chegou à conclusão que a solução para os problemas sociais da América Latina não está no crescimento econômico mas numa distribuição mais justa da riqueza

cial pelos pobres



O movimento dos consumidores latino-americanos deve fazer uma opção preferencial pelos pobres. Foi esta a principal conclusão da Declaração de Montevideu, assinada por 60 instituições de 17 países do continente latino-americano, ao encerrar-se a 1ª Conferência Regional da Organização Internacional das Associações de Consumidores (Iocu). A reunião foi realizada na capital uruguaia de 1 a 4 de outubro passado e debateu o tema "Os consumidores e a crise econômica". No encon-

tro foi discutida principalmente a questão da pobreza, tendo sido decidido que "o direito à satisfação das necessidades básicas é prioritário para os consumidores da região". Os membros da Iocu assumiram o compromisso de "trabalhar por esse direito", numa atitude classificada como "uma verdadeira revolução" na orientação do movimento de consumidores latino-americanos, que até agora parecia estar apenas preocupado com os problemas da classe média ou das elites que são quem mais consome.

A Iocu é uma das organizações internacionais não-oficiais mais poderosas, com 132 instituições associadas em 30 países. Foi fundada em 1960 pelos movimentos de consumidores de cinco países industrializados (Estados Unidos, Austrália, Grã-Bretanha, Holanda e Bélgica). O seu objetivo inicial foi a troca de informações e a cooperação no teste de produtos, mas rapidamente foi assumindo funções mais complexas, à medida que o movimento de consumidores crescia. "Os princípios do movimento de consumidores estão mudando", declarou a **cadernos do terceiro mundo** a economista portuguesa Lúcia Barreiros, assessora da Iocu. "Eles deixaram de enfatizar o consumo individual para valorizar a questão do controle coletivo sobre os recursos".

Como se criou o movimento

O movimento nasceu de um grupo de cidadãos norte-americanos, que pretendia convencer a indústria a melhorar a qualidade dos seus produtos. Compreendendo que as práticas monopolistas prejudicam o consumidor, o movimento começou a questioná-las. Na década de

70, como explicam Heiko Steffens e Gunter Rosenberger, passaram a discutir "assuntos globais de importância fundamental, como a ecologia, as transnacionais e os problemas do Terceiro Mundo". O propósito de "ajudar as pessoas a obterem mais com a troca do seu dinheiro", transformou-se numa "concepção mais ampla da qualidade geral de vida". Os participantes do movimento de consumidores querem que "as pessoas reflitam, com olhos de consumidores críticos, sobre a real necessidade dos bens e serviços que lhes são oferecidos, sobre os direitos do consumidor e sobre as condições sociais e econômicas fundamentais".

Essas idéias foram sem dúvida reforçadas com a incorporação no movimento das associações de consumidores do Terceiro Mundo, particularmente a de Penang, Malásia, onde desde 1974 funciona uma seção regional da Iocu.

Os consumidores organizados do sudeste asiático salientaram questões como a influência cultural nociva da propaganda transnacional, os efeitos do modelo "ocidentalizante" sobre os estilos de vida tradicionais, o saque de recursos naturais do Terceiro Mundo e a destruição do

Os números da pobreza*

☐ Contrariamente ao que acontece em outras partes do mundo, a América Latina está em condições de erradicar a pobreza, já que esse problema é mais de distribuição da riqueza do que de quantidade de recursos disponíveis. Com efeito, em 1981, a proporção da receita global necessária para acabar com a pobreza era inferior a 4% do Produto Interno Bruto (PIB) da região.

A Argentina, o México e o Uruguai foram considerados, do ponto de vista econômico, os países com maiores possibilidades de erradicação da pobreza, seguindo-se a Costa Rica e o Chile e depois o Brasil,

Panamá, Peru e Venezuela. Colômbia e Honduras teriam maior dificuldade para enfrentar a pobreza.

É interessante notar que o México, por exemplo, apesar de apresentar uma incidência de pobreza duas vezes superior à do Chile, estaria em melhores condições do que esse último para atacar o problema. Isso demonstra que não existe uma relação direta entre a possibilidade econômica de superação da pobreza e o seu grau de incidência. Alguns países com menos recursos conseguiram melhores resultados no combate à pobreza, no seu todo, em relação a outros Estados com maiores disponibilidades.

Se o atual tipo de desenvolvimento não mudar, a economia latino-americana crescerá, no futuro, a um ritmo mais lento do que no passado. Em 1980, o índice de crescimento foi o mais baixo do período de

meio ambiente.

Teria a América Latina um ponto-de-vista próprio para apresentar ao movimento internacional dos consumidores?

A Iocu acreditou que sim e, ao organizar a sua conferência, dedicou a primeira sessão dos trabalhos a um estudo do economista chileno Ricardo Lagos sobre "a satisfação das necessidades básicas como estratégia de desenvolvimento". Lagos foi impedido pelo governo de Pinochet de se deslocar a Montevideu (o que deu motivo a um firme protesto dos participantes, dirigido à embaixada do Chile), mas o seu trabalho foi lido por um colega, Fábio Villalobos.

Num rápido resumo, Lagos afirma que quatro entre dez latino-americanos não têm condições de comprar uma cesta essencial de bens e serviços, sendo portanto definidos como po-

Evandro Teixeira/Agência JB



Quatro em cada dez latino-americanos não têm condições de adquirir uma cesta de bens e serviços essenciais

bres. Metade deles não podem sequer atender às suas necessidades mínimas de alimentação, o que os leva a ser classificados como indigentes.

Ao contrário de outras regiões do Terceiro Mundo, no entanto, a América Latina tem re-

pós-guerra e o produto per cápita diminuiu, pela primeira vez, nos últimos 30 anos. A partir de então, a situação agravou-se ainda mais. Os dados relativos a 1983 indicam uma queda de 3% do PIB da região, o que significa uma redução de 5,6% no produto per cápita, que regride assim para níveis de 1970.

À exceção do Brasil e da Colômbia, o esforço de desenvolvimento da América Latina andou para trás em mais de dez anos. Países como a Argentina, Chile e Peru terão, provavelmente, em 1990, um PIB apenas ligeiramente superior ao registrado em 1970. No caso da Bolívia, e de acordo com o relatório de 1986 do Banco Mundial, ele até será mais baixo.

Com o aumento da população de 360 milhões de pessoas, em 1980, para cerca de 560 milhões no ano 2000 – 75% das quais viverão nas áreas urbanas – calcula-se em

175 milhões o número de latino-americanos que continuarão a viver em condições de pobreza crítica. Um em cada quatro habitantes das cidades será pobre. Nas zonas rurais, haverá 68 milhões de pobres, número equivalente a 50% da população rural (Cepal, 1985).

A atuais cifras relativas à pobreza não são muito diferentes. Existem na América Latina cerca de 130 milhões de pobres (35% da população global) distribuídos em proporções semelhantes entre as zonas urbanas e rurais. Esses números são suficientemente demonstrativos para mostrar a magnitude de um fenômeno que contradiz o direito básico dos consumidores, "o direito aos bens e serviços essenciais que garantam a sobrevivência".

*Passagens do trabalho de Lídia Barreiros, "Os consumidores de poucos recursos e a crise econômica"

cursos mais do que suficientes para satisfazer as necessidades básicas da sua população. O problema está, portanto, na distribuição.

Lagos acrescenta ainda que "a brecha da po-

breza — ou seja, aquilo que falta para que os pobres deixem de sê-lo — é inferior a 10% do PIB (Produto Interno Bruto) de 80% dos países da América Latina". Em função disso, "é perfei-

A Interpol dos consumidores

☐ A Interpol dos Consumidores é um programa da Iocu para inspecionar o descontrolado comércio mundial de produtos e tecnologias perigosas, através do intercâmbio de informações entre as associações de consumidores de diversas regiões e países.

O programa dá especial atenção à invasão do Terceiro Mundo por parte das grandes corporações transnacionais (TNC), por meio da venda de produtos e tecnologias proibidas no mercado dos seus países de origem.

Existem provas suficientes de as TNC terem exportado para o Terceiro Mundo — apesar de estarem conscientes do perigo que isso implicava — não apenas aparelhos médicos em mau estado, como também drogas perigosas, alimentos contaminados, pesticidas em mau estado e outros produtos considerados de grave risco.

Em particular nos países onde a proteção ao consumidor é algo ainda muito recente, a vigilância dos produtos comercializados não pode ser deixado unicamente a cargo das regulamentações do Estado, das convenções e normas internacionais ou pelo bom comportamento demonstrado por parte da indústria.

Essa Interpol constitui então um meio alternativo para obstruir o fluxo de produtos e tecnologias perigosas, informando os consumidores e o público em geral, assim como as autoridades competentes dos países importadores, sobre os possíveis perigos ligados a um determinado produto ou tecnologia.

Criada formalmente durante o 10º Congresso Mundial da Iocu, realizado em Haia, Holanda, em 1981, a Interpol dos Consumidores é coordenada a partir do Escritório Regional da Iocu para a Ásia e Pacífico, com sede em Penang, Malásia.

O sistema de denúncia e de pedido de medidas é composto por três partes principais: o coordenador da Interpol dos Consumidores, um júri integrado por técnicos e especialistas e uma cadeia de correspondentes da Interpol dos Consumidores.

Os correspondentes organizam de forma sistemática a informação que diz respeito a produtos perigosos recentemente descobertos ou sobre casos que já tenham sido colocados sob seu controle, além de se encarregarem também de elaborar as chamadas de alarme e as notificações sobre os produtos que tenham sido proibidos, estejam sob observação ou restringidos no mercado.

A informação dos correspondentes é cuidadosamente avaliada e verificada, através de uma eventual consulta ao júri de técnicos e especialistas. Dependendo da gravidade e dimensão do perigo, o coordenador decide se o próximo passo será o envio ou não de um aviso de alarme aos consumidores.

Até hoje, foram enviados mais de 68 avisos de perigo aos consumidores, cobrindo uma grande variedade de produtos, incluindo jogos perigosos, medicamentos, produtos elétricos, alimentos e pesticidas.

Atualmente, a rede da Interpol dos Consumidores inclui mais de 60 correspondentes, distribuídos por 40 países desenvolvidos e do Terceiro Mundo, com perspectivas de expansão tanto em relação ao número de correspondentes como ao de países.

tamente viável uma estratégia que vise ao desaparecimento das carências essenciais, com o fim da pobreza na América Latina”.

Os politicamente pobres

Não seria muito o que se teria que tirar dos ricos para dar aos pobres, afirmam os economistas da Iocu. O problema, no entanto, é que os grupos sociais que não têm as suas necessidades essenciais satisfeitas não são também os que têm um maior grau de organização política. Lídia Barreiros expressa essa questão da seguinte forma: “os pobres são também politicamente pobres”. Lagos propõe sobre esse aspecto que “a estratégia para satisfazer as necessidades essenciais deve ultrapassar o limite de uma política assistencial e dirigir-se para uma modificação profunda no estilo de desenvolvimento”.

Enquanto isso não ocorre, os participantes do movimento destacam que o consumidor pobre paga mais do que o rico, não dispõe de créditos nem de transportes para se deslocar até onde possa comprar mais barato, não tem capacidade de armazenagem para poder comprar em grandes quantidades nem possibilidade de poupar para poder comprar uma vez por mês nos

grandes supermercados. O consumidor pobre é mais vulnerável às técnicas de promoção das transnacionais e tem mais dificuldade em distinguir entre as suas necessidades reais e as aspirações criadas artificialmente pela propaganda, as quais também não pode satisfazer.

Em muitos países da América Latina os próprios interessados já estão se organizando para satisfazer as suas necessidades de alimentação, habitação e saúde. Nesta conferência foi destacada como exemplo a experiência da Coordenação de Grupos de Consumo de Montevideu, através da qual cerca de três mil famílias, agrupadas em 60 organizações de bairro, compram em conjunto uma lista de produtos essenciais. A Coordenação negocia melhores preços diretamente com os atacadistas e emprega exclusivamente o trabalho voluntário das suas bases, sem qualquer cargo assalariado que possa introduzir o vírus da burocratização.

“Organizações como esta, da qual participam os próprios interessados, devem aparecer em todas as iniciativas dedicadas à satisfação das necessidades básicas”, declarou Lídia Barreiros nos debates da comissão sobre a pobreza.

A conferência não deixou de discutir também outros temas “tradicionais” do movimento

O maior problema da América Latina reside numa das mais injustas distribuições da riqueza



de consumidores: as campanhas antitabagistas, medicamentos, pesticidas e outros tóxicos. Ficaram estabelecidas redes latino-americanas de troca de informações e experiências, ligadas às redes mundiais já existentes sobre saúde e medicamentos (HAI – Health Action International), pesticidas (PAN – Pesticide Action Network) e alimentação infantil (Ibfan – International Baby Food Action Network).

O papel do consumidor

A declaração de Montevideu reconhece “a diversidade dos grupos presentes (...) que reflete a variedade dos que trabalham pelo interesse dos consumidores”. Durante a cerimônia de encerramento, surgiram divergências sobre a interpretação da crise econômica e sobre as respostas dos consumidores latino-americanos às questões da inflação e da dívida externa. Re-

presentantes das ligas de consumidores da Argentina e do Uruguai protestaram contra algumas recomendações apresentadas pelas diversas comissões.

Apesar de tudo, chegou-se ao consenso de que “a proteção dos consumidores está relacionada com deficiências econômicas mais gerais e não envolve apenas a relação bilateral entre consumidores e fornecedores. Foi decidido também reivindicar dos governos o reconhecimento dos consumidores organizados como interlocutores e que sejam aceitos como “coparticipantes nas negociações sobre assuntos que lhes digam respeito, como a fixação dos salários e preços”, com empresários e sindicalistas.

Num futuro próximo será estabelecida em Montevideu uma sede regional da Iocu para a América Latina e Caribe.

Roberto Remo

O rico come o que falta ao pobre*

Uma pesquisa realizada no México em 1984 sobre rendimentos e despesas demonstrou que entre a população mexicana os 15% mais ricos gastam mais em alimentação do que os 50% mais pobres. Essa diferença no consumo alimentar entre os setores de alta e baixa renda não é um caso único na América Latina. Pelo contrário, o fosso que separa a alimentação deficiente, característica das grandes maiorias, e o alto consumo de um quinto da população de maior renda vem aumentando progressivamente. Assim, os setores menos favorecidos da população têm uma capacidade de consumo menor e, como consequência, uma alimentação pobre e deficiente, saúde precária e altos índices de morbidade e mortalidade.

O problema das camadas mais ricas pode ser 84 – terceiro mundo

abordado de dois pontos de vista. Por um lado, o superconsumo alimentar significa um uso irracional dos recursos agrícolas e não-agrícolas e o excesso de consumo de gorduras animais, açúcar e outros alimentos: por outro lado, esse excesso provoca uma série de doenças como o diabetes, a arteriosclerose e problemas cardiovasculares. Assim, o esbanjamento não se restringe apenas aos recursos empregados na produção, armazenamento, transporte, transformação e distribuição dos alimentos, totalmente desnecessários ao organismo dos superconsumidores, mas estende-se também aos gastos com hospitais, medicamentos e assistência médica necessários para atender aos doentes que são vítimas de uma alimentação excessiva e desequilibrada.

De tudo isso surge uma constatação: o consumo dos ricos afeta o consumo dos pobres. As características desse consumo determinam uma estrutura produtiva agrícola e agroindustrial destinada a satisfazer a demanda dos superconsumidores, descuidando as necessidades dos grupos mais pobres, modificando os seus padrões de consumo e provocando uma uniformi-



zação das dietas urbana e rural, com graves perdas na riqueza alimentar proveniente das dietas regionais. Além disso, os recursos empregados pela sociedade no atendimento às doenças derivadas do superconsumo poderiam ser destinados à alimentação e à saúde dos grupos mais pobres.

O desafio de alimentar todo mundo

Podemos considerar como principais, três características da produção agrícola destinada à alimentação dos países da América Latina: a estagnação da agricultura interna, a dependência em relação à importação de alimentos básicos – principalmente na região andina e, em especial, de trigo, milho, soja, laticínios, carne, arroz, açúcar e outros produtos – e a supremacia do oligopólio na indústria interna de alimentos.

Esses três aspectos estão fortemente interligados: a importação de alimentos causa ou agrava a estagnação da agricultura; o oligopólio transnacional pressupõe a subordinação da indústria nacional à indústria e ao sistema alimentar mundial; e a estagnação da agricultura é provocada pela política de preços e pela política econômica global desfavoráveis à produção in-

terna. O oligopólio determina em grande parte a política de preços e outras políticas gerais.

De forma semelhante, a dependência da importação de alimentos e a estagnação agrícola alimentam-se mutuamente.

Um dos casos mais dramáticos que melhor ilustra esta situação é o do Peru. Apesar de povoado por minifúndios, o país importou, em 1981, entre 30% e 40% do total de calorias e proteínas consumidas pela população. Cem por cento do trigo e da soja, metade dos laticínios e do milho, cerca de 70% da cevada para cerveja e mais de 20% do arroz e do açúcar foram importados. Tudo isso custou ao país 700 milhões de dólares, enquanto que as suas exportações totalizaram 3,2 milhões. Como consequência desse desequilíbrio, o Peru comprometeu uma parte importante das suas divisas, obtidas com a venda de recursos naturais não-renováveis, para comprar alimentos a fim de satisfazer uma necessidade sempre renovável: a alimentação da sua população.

A importação de recursos básicos não decorre exclusivamente da pequena produção nacional. Os preços mais baixos de alguns produtos no mercado internacional também têm influência, como no caso dos cereais, laticínios e oleaginosas oriundos dos Estados Unidos, Europa e Nova Zelândia. Os menores preços devem-se, não só à maior produtividade desses agricultores, mas também à estratégia de penetração em mercados praticada pelas empresas transnacionais e, principalmente, às políticas de subsídio e proteção agrícolas efetuadas nesses países e à produção e exportação de produtos agrícolas destinados à alimentação.

Por outro lado, a estagnação da agricultura nos países da América Latina é agravada pelo crescimento da população a um ritmo superior ao da produção alimentar. No caso do Peru, nos últimos vinte anos, a agricultura cresceu a um ritmo anual médio de 2%, enquanto que o crescimento populacional foi de 2,9%. As migrações, a saturação das cidades e a deterioração das condições de vida das camadas mais pobres são consequências diretas do crescimento populacional aliado à estagnação produtiva ou mesmo à oferta insuficiente de fontes de trabalho e de serviços.

Mudanças nos hábitos de consumo

O modelo de desenvolvimento vigente criou um sistema alimentar irracional, no qual os padrões tradicionais de consumo foram substituídos por outros, que se distanciam cada vez mais da realidade da produção agrícola interna. Esse

fato gerou também distorções evidentes. No Peru, por exemplo, 70% do leite consumido é em pó e enlatado, o que obriga os mais pobres a consumirem o leite mais caro. As últimas pesquisas mostraram que, em consequência da crise, as estruturas de consumo e de investimento com alimentos estão se modificando rapida-

A satisfação das necessidades básicas como estratégia de desenvolvimento

☐ O conceito de estratégia das necessidades básicas como alternativa de desenvolvimento admite diversas interpretações. Para uns, a tentativa de dar prioridade à satisfação das necessidades básicas obedece ao desejo de não mudar a estrutura das relações econômicas internacionais, que se transformaram de maneira a se constituir num importante obstáculo ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Para outros, uma estratégia destinada a satisfazer as necessidades essenciais tem como objetivo procurar soluções transitórias para os profundos problemas do subdesenvolvimento e, em última análise, tentar evitar possíveis mudanças na própria estrutura da sociedade.

Nenhuma dessas duas posições inspirou este trabalho. Aqui partiu-se do princípio segundo o qual uma estratégia destinada a satisfazer as necessidades básicas deve promover profundas alterações nas estruturas da sociedade. Por outro lado, o seu sucesso exige que as relações econômicas internacionais entre o Norte e o Sul sejam diferentes daquelas que vigoram até o momento.

Estabelecer uma estratégia de satisfação das necessidades essenciais não implica, de forma alguma, ignorar a questão das relações econômicas internacionais e o modo como elas afetam negativamente os interesses do Terceiro Mundo. O que queremos dizer é que uma estratégia pensada para

melhorar as relações econômicas internacionais cairá em terreno pouco favorável se não supuser, simultaneamente, modificações no interior das sociedades de cada país, de forma a que os benefícios de uma possível alteração das relações internacionais atinjam toda a sociedade e não apenas uma parte dela.

Também não podem ser aceitas as críticas sobre essa estratégia baseadas nas afirmações de que esta é uma concepção míope do processo de desenvolvimento, mais voltada para o ataque dos sintomas do que das causas do modelo em questão. É verdade que para alguns a estratégia de satisfação das necessidades básicas consiste, essencialmente, na definição dessas necessidades e na identificação dos grupos sociais que não as satisfazem, para depois estabelecerem medidas que de forma direta forneçam os bens e serviços necessários à satisfação dessas mesmas necessidades.

Por essa razão, o presente trabalho inspira-se numa concepção diferente daquela que seria proposta por uma estratégia de satisfação das necessidades essenciais. Se, apesar do crescimento econômico, um grupo ou uma sociedade não satisfaz as necessidades básicas dos seus membros, isso é resultado do tipo de crescimento dessa sociedade. Assim, sem prejuízo dos mecanismos destinados a satisfazer essas necessidades, deve-se atacar as causas que provocam o fenômeno, especialmente o tipo de desenvolvimento que permite a perpetuação da situação descrita, apesar do crescimento econômico.

Ricardo Lagos*

*Extraído do trabalho de Ricardo Lagos, apresentado por Fábio Villalobos na Conferência Regional da locu.

mente em função de quatro mecanismos:

1. Eliminando, total ou parcialmente, alimentos considerados menos indispensáveis. Esse mecanismo opera em níveis econômicos altos e representa um risco nutricional mínimo;

2. substituindo, total ou parcialmente, certos alimentos por outros do mesmo tipo, mas de inferior qualidade e mais baratos;

3. substituindo, total ou parcialmente, um certo tipo de produto por outros de características diferentes. Essa atitude traz uma maior dificuldade para combinar os alimentos de forma adequada e distribuí-los equitativamente pelos membros da família;

4. redução do consumo de produtos básicos. Esse fenômeno ocorre nos níveis sociais de menos recursos econômicos e representa um alto risco nutricional.

Ao abismo entre superconsumo e subconsumo e à irracionalidade da produção alimentar acrescenta-se, entre outros, o problema da comercialização dos alimentos.

A substituição de produtos nutritivos, ricos

em calorias e proteínas, por sucedâneos impostos pela publicidade das empresas transnacionais, o aumento do custo dos alimentos devido às formas inadequadas de comercialização e transporte e o papel nefasto dos intermediários são, além de outros problemas, os fatores que mais afetam a alimentação dos setores majoritários nos países da América Latina.

Ações de defesa do consumidor

Diante dessa situação, diversos segmentos sociais e governos puseram em prática alguns programas inovadores e funcionais.

Os governos latino-americanos que aplicam uma política econômica diferente dos critérios neoliberais promoveram experiências em defesa do consumidor como complemento de medidas de caráter geral, como o controle da inflação, o fim das desvalorizações monetárias, o controle de preços e outras.

De uma perspectiva diferente e oposta ao neoliberalismo, que coloca como ponto de parti-



Dellim Vieira/Agência JB

Restaurantes vazios: o superconsumo dos ricos às custas das carências das maiorias pobres

da na economia um "excesso de demanda", o atual governo peruano propôs uma "escassez da demanda", que acompanha uma política de aumentos salariais e de controle de preços. Em relação a este último, foram criados postos públicos de defesa do consumidor que recebem denúncias sobre a alteração de preços e orientam vendedores e compradores usando palavras-de-ordem como "não aumente os preços" e "não pague mais do que o que está estabelecido".

Apesar de inovadora e interessante, essa medida não teve o impulso suficiente. Faltou principalmente uma orientação que colocasse como condição indispensável a participação dos consumidores organizados.

A experiência da Câmara Municipal de Lima foi também enriquecedora. O município assumiu como eixo do seu mandato a doação de "um milhão de copos de leite" às crianças com menos de cinco anos, na área metropolitana. Pode parecer à primeira vista uma atividade essencialmente assistencial, mas não é assim. A entrega do leite baseou-se na organização de grupos de mulheres, mães de família, que solicitaram, administraram, prepararam e distribuíram o leite aos seus filhos. Até o momento foram criados

seis mil Comitês do Copo de Leite em Lima, que são grupos organizados com um nível de participação importante em problemas de alimentação e de outros que dizem igualmente respeito à vida cotidiana da população.

Existem diversas experiências em relação às formas de organização dos consumidores em defesa dos seus interesses. Os problemas alimentares, como já foi dito, transcendem os limites locais ou setoriais, já que estão ligados à política econômica global e às relações econômicas internacionais.

Esse grande desafio para os consumidores e suas organizações provocou a adoção de formas de trabalho coordenadas e conjuntas, permitindo uma acumulação de forças nas organizações de base. Estas tornaram-se capazes de exercer pressões e influenciar a política econômica e social, o controle de preços e qualidade dos produtos, a melhoria dos sistemas de comercialização e a defesa da economia e da saúde dos mais pobres.

* Extraído da exposição "O problema alimentar e a proteção do consumidor", apresentada por Federico Velarde, pesquisador da Desco (Peru) na Conferência Regional da locu.

PAN: romper o círculo do veneno

No Japão registraram-se, em 1985, 1.021 mortes devido ao uso de Paraquat.

Uma pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) na Índia mostrou que 50% dos alimentos estavam contaminados com resíduos de pesticidas, sendo que 30% dos casos excediam os limites autorizados.

Em 1985, 300 pessoas nos Estados Unidos e 200 no Canadá sofreram envenenamento por Aldicarb depois de comerem melancia.

No Brasil foram feitas dedetizações em escritórios utilizando os pesticidas Aldrin, BHC, 88 - terceiro mundo

DDT e Parathion sem diluição, devido à má compreensão das instruções. Os trabalhadores desses escritórios, ao retomarem o trabalho, tiveram acessos de transpiração, salivação excessiva, vômitos, dores de cabeça e diarreia. Um mês depois, quatro funcionárias abortaram.

Esses são alguns dos casos de envenenamento recentes. Calcula-se que a nível mundial fatos como esses podem chegar a dois milhões por ano, sendo que metade deles e dois terços dos casos mortais por envenenamento ocorrem nos países do Terceiro Mundo, ainda que esses países apenas empreguem um quinto do volume total de pesticidas.

Várias razões explicam essa desproporção de casos mortais no Terceiro Mundo. Muitas das pessoas que utilizam pesticidas são analfabetos e/ou não dispõem de roupa e de equipamento

adequados à sua aplicação, além de faltarem serviços médicos especializados, pessoal qualificado em medidas de segurança e existirem restrições ao direito de organização por condições mais seguras de trabalho.

Os defensores do uso de agrotóxicos no Terceiro Mundo argumentam que esses produtos químicos são indispensáveis para aumentar a produção de alimentos necessários aos pobres. No entanto, um estudo sobre a utilização de pesticidas nos países em desenvolvimento revelou que cerca de 70% desses produtos são usados em culturas de exportação, como café, açúcar, chá, banana e ca-

cau e não para proteger os alimentos de consumo local. O processo por meio do qual os pesticidas (muitos deles proibidos nas nações industrializadas) usados nos produtos de exportação voltam ao mercado desses países sob a forma de resíduos foi chamado de "círculo do veneno".

Os pesticidas são de fato contraproducentes. É inevitável que, pouco a pouco, as pragas desenvolvam resistência às substâncias químicas a que são submetidas, reaparecendo como uma ameaça ainda mais séria. Esse processo leva ao uso de quantidades cada vez maiores de pesticidas progressivamente mais tóxicos, causando um círculo vicioso do qual é cada vez mais difícil escapar.

Os cidadãos se mobilizam

Em 1982, representantes de 30 organizações populares, preocupados com os problemas causados pelo uso indiscriminado de pesticidas, reuniram-se em Penang, Malásia, numa conferência convocada pela Organização Internacional das Associações de Consumidores (Iocu), também patrocinada pelo Sahabat Alam Malaysia (Amigos da Terra da Malásia). Nessa reunião foi criada a Rede de Ação dos Pesticidas (PAN - Pesticide Action Network). Os participantes



Impedir o abuso de pesticidas

da PAN combinaram concentrar os seus esforços nas seguintes atividades:

- Convencer os governos e as organizações internacionais, como a FAO e o Pnuma, a elaborar e aplicarem políticas racionais sobre o uso de pesticidas.

- Aumentar a consciência pública sobre os abusos cometidos na utilização de pesticidas e fazer campanhas contra produtos altamente tóxicos e práticas comerciais antiéticas das empresas de agrotóxicos.

Atualmente, a PAN conta com mais de 300 membros, entre organizações e pessoas, em 49 países. Cinco centros regionais coordenam as atividades da PAN no mundo inteiro: África, Ásia-Pacífico, América Latina, Europa e América do Norte.

A PAN é uma rede, o que significa que nenhum grupo ou pessoa tem autoridade sobre os demais. Todos os participantes são independentes e cooperam na troca de informações, documentos, conhecimentos e estratégias, criando uma rede de cidadãos de todo o mundo preocupados com os mesmos objetivos. Essa flexibilidade operacional, que não requer uma administração burocrática e pesada, permite aos seus participantes unir talentos, capacidades e energias sempre que necessário.

Foi isso que ocorreu em junho de 1985, quando a PAN lançou a campanha da "Dúzia Suja". Grupos de participantes da PAN organizaram entrevistas coletivas, manifestações, debates e outros eventos em cerca de 30 países, como forma de criar consciência e pressão pública contra os doze piores pesticidas do mundo. A Iocu contribuiu com a produção e divulgação de um pacote informativo sobre a "Dúzia Suja", denominado "Os pesticidas matam mais do que as pragas", contendo um manual sobre os doze pesticidas e outros materiais didáticos para a organização da campanha.

Essa campanha obteve um grande êxito, com

uma ampla cobertura dos meios de comunicação social do mundo inteiro, e contribuiu para melhorar o controle sobre os agrotóxicos no Equador, Malásia, Colômbia, Indonésia, entre outros países.

O Código FAO

Em resposta às pressões cada vez maiores exercidas por grupos como a PAN, várias organizações internacionais começaram a elaborar e a adotar diretrizes e regulamentos para limitar o abuso de pesticidas. O resultado mais importante até agora conseguido foi o Código Internacional de Conduta para a Distribuição e Uso de Pesticidas, aprovado, em novembro de 1985, pela conferência geral da FAO.



Walter Santos

As transnacionais controlam a biotecnologia

O Código FAO é um conjunto de regras formalmente aceitas pelos Estados-membros da organização e pela indústria química, representada pela Cifap (associação internacional da indústria agroquímica). O Código contém instruções que estabelecem as responsabilidades dos fabricantes e dos governos em diversos setores, como a aplicação, publicidade e etiquetagem de pesticidas e sobre o cumprimento do Código.

Durante as prolongadas e árduas negociações que culminaram com a aprovação do Código FAO, a Iocu esteve presente, juntamente com outros participantes da PAN, tentando conseguir apoio para um código que fosse eficiente e viável. No entanto, o resultado final foi um texto fraco, que se presta a diferentes interpretações. Por exemplo: uma exigência fundamental dos participantes da PAN tratava da inclusão 90 - terceiro mundo

de uma cláusula de "consentimento informado". Essa cláusula foi eliminada do texto final, apesar de pelo menos 30 países se terem pronunciado a seu favor durante a conferência.

A cláusula do "consentimento informado" estipulava que a exportação de um determinado produto proibido ou submetido a restrições no país de origem só é lícita se o país importador for amplamente informado sobre os motivos da proibição ou restrição e consentir por escrito na importação.

Mesmo não sendo perfeito, o Código é um primeiro passo importante no sentido da definição internacional das responsabilidades e precauções em relação ao uso de agrotóxicos. É, portanto, uma norma elementar de conduta para os governos e empresas no que se refere ao uso e distribuição de pesticidas.

Alternativas

Além de vigiar a aplicação das medidas internacionais, a PAN dedica-se a incentivar o uso de métodos alternativos de combate às pragas, que não exijam a utilização de agrotóxicos. Esse objetivo foi confirmado pela conferência internacional da PAN no Canadá, em junho de 1986.

Há pouca motivação econômica para divulgar os métodos alternativos de controle de pragas, porque a maior parte deles tem uma duração ilimitada e está baseada em processos agrícolas - como o ajuste das épocas de plantio e de colheita - e não em produtos. É precisamente por essa razão que o sucesso obtido com tais métodos não é do conhecimento público.

Para preencher esse vazio informativo, a Consumers Union (Estados Unidos), a International Alliance for Sustainable Agriculture (Estados Unidos) e os grupos PAN da Holanda têm trabalhado em conjunto no sentido de reunir uma vasta documentação sobre o assunto. Outros grupos como a Krapp, na Indonésia, e o Pronat, no Senegal, trabalham junto aos agricultores para demonstrar e incentivar o uso de métodos de controle de pragas com pouca ou nenhuma utilização de pesticidas.

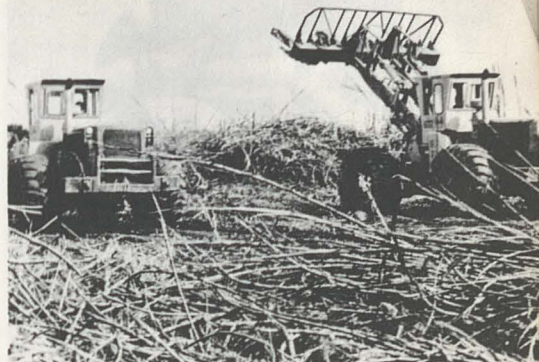
A biotecnologia, nova ciência aplicada à mudança genética dos seres vivos (plantas e ani-

mais), que atualmente é monopolizada por um pequeno número de empresas transnacionais dos setores de alimentos, saúde e energia, vai produzir um impacto sobre o bem-estar humano maior do que a revolução industrial e a revolução verde juntas. Os produtores e consumidores da Ásia, África e América Latina poderão ser os primeiros objetos e as primeiras vítimas dessa revolução genética, já que o Terceiro Mundo apresenta, frequentemente, um mercado mais barato e mais rápido.

Falando sobre esses problemas, Giselda Castro, da PAN do Brasil, declarou em Ottawa, Canadá, no mês de junho passado, que os processos de biotecnologia aumentarão o poder político das empresas, às custas dos agricultores e consumidores. "O acervo genético de sementes é um patrimônio comum de toda a humanidade", disse Giselda. "Não podemos permitir que os alimentos sejam usados como arma. Devemos lutar contra isso".

Preocupados com os graves problemas que a biotecnologia pode trazer, sabendo que os que mais podem ganhar com ela são as grandes empresas do setor de agrotóxicos e produtos farmacêuticos, os participantes da PAN pretendem continuar informados sobre essa questão e continuar trabalhando estreitamente ligados à Rede

B. Bissio



"Não podemos permitir que os alimentos sejam usados como arma. Devemos lutar contra isso"

de Ação de Sementes (SAN - Seeds Action Network). A SAN vigia a indústria da biotecnologia e procura alertar as pessoas e governos sobre os seus perigos potenciais*.

*Extraído da exposição de Sarajini Rengan e Jean Pierre Allain, da Rede de Ação dos Pesticidas (PAN), na Conferência de Consumidores na América Latina.

Um produto perigoso que vira fumaça

“O tabaco é uma mercadoria de consumo e o seu controle seria muito mais efetivo para melhorar a saúde e prolongar a vida do que qualquer outra medida no campo da medicina preventiva”. (Organização Mundial de Saúde, 1975).

Uma das forças que mais influenciam os novos grupos, as novas gerações e os novos países, levando-os a adquirir o hábito de fumar, é

o *merchandising* do tabaco por meio da publicidade, do patrocínio ou de outras atividades promocionais. O ato de fumar é apresentado como aceitável, bom e mesmo como uma atividade atraente. A propaganda do tabaco reforça permanentemente a mensagem de que fumar é conveniente, diminuindo assim a credibilidade das declarações e medidas oficiais que reconhecem o tabagismo como perigoso para a saúde.

Em 1984, a Iocu lançou uma campanha mundial contra a publicidade e a promoção do tabaco, denominada Aghast (Grupos de Ação contra a Publicidade e a Promoção do Tabaco). Usando a informação, educação e experimentação, exercendo protestos e pressões, a Iocu, seus membros e grupos com o mesmo ponto de vista sobre o problema, têm tentado aumentar a

terceiro mundo - 91



Tabaco, a maior fonte de contaminação interna

conscientização dos consumidores do mundo inteiro para que lutem pelos seus direitos. A Iocu acredita que o movimento dos consumidores tem o dever de enfrentar ativamente uma indústria cujos produtos causam aproximadamente 2,5 milhões de mortes por ano e não oferece um nível de segurança aceitável.

Fumar: um prazer perigoso

Existem poucas áreas dentro da medicina e da saúde pública nas quais o consumo seja tão grande como nos casos dos efeitos do cigarro sobre a saúde. Mais de 30 mil pesquisas científicas já relataram os riscos que esse vício representa para a saúde. O preço em vidas humanas está calculado em 2,5 milhões por ano, número este que tem crescido rapidamente às expensas do Terceiro Mundo.

Na maioria dos países, o consumo de cigarro aumentou entre 1975 e 1985. A Grécia lidera o consumo mundial per cápita, seguida do Japão, Estados Unidos, Canadá, Iugoslávia e Polônia. O Egito e a China sofreram um extraordinário aumento do consumo, em parte devido à autorização da entrada de investimentos estrangeiros. No caso da China, isso se deve também ao fato de ser um país produtor de tabaco, que consome toda a sua produção.

Mais de um bilhão de pessoas são fumantes, consumindo cinco trilhões de cigarros por ano, 92 - terceiro mundo

o que dá uma média superior a meio maço por dia por pessoa.

A consequência mais comprovada do vício de fumar é o aumento do risco de câncer do pulmão. Supõe-se que 85% desses casos são devidos ao consumo habitual de cigarros. O tabaco também está relacionado com a incidência de câncer na bexiga, pâncreas, lábios, boca e possivelmente de câncer cervical e do estômago.

Entre 15% e 30% dos ataques cardíacos ocorridos nos Estados Unidos e provavelmente um terço dos casos semelhantes no Reino Unido são causados pelo vício do tabaco. A arteriosclerose é também uma doença cardiovascular causada pelo cigarro. No caso dos ataques cardíacos, o ato de fumar acelera o bloqueio das artérias causando a gangrena, o que em alguns casos obriga à amputação das pernas da vítima. Fumar é especialmente perigoso para as mulheres jovens. As mulheres que fumam e tomam pílulas anticoncepcionais têm de 8 a 39 vezes mais possibilidades de sofrerem ataques cardíacos.

O tabaco mata, mas nem todas as suas vítimas são fumantes. Os filhos de fumantes apresentam o dobro de casos de doenças respiratórias em relação aos filhos de não-fumantes. O seu crescimento e a sua capacidade intelectual podem sofrer prejuízos pelo fato de estarem expostos, durante décadas, à fumaça de outras pessoas. O risco que correm de contrair câncer no pulmão triplica. De forma análoga, as mulheres e companheiras de trabalho dos fumantes expõem-se a um grande risco de contraírem câncer no pulmão devido ao vício alheio.

Consumir tabaco é a maior fonte de contaminação interna mas, além dos perigos que representa para a saúde, fumar é prejudicial ao ambiente, provocando desconforto para os não-fumantes. O hábito vem sendo progressivamente considerado como inaceitável do ponto de vista social. A própria OMS manifestou que "a imposição de inalar o fumo provocada por outras pessoas representa uma violação do direito à saúde dos não-fumantes, que devem ser protegidos contra essa forma nociva de contaminação ambiental".

O negócio do tabaco

O comércio mundial do tabaco é dominado por seis grandes companhias internacionais: Philip Morris Inc., R.J. Reynolds Industries Inc., American Brands, dos Estados Unidos; British American Tobacco, Imperial Group, do Reino Unido; e Rembrandt Group, da África do Sul. Todas essas transnacionais criaram verdadeiros impérios industriais e têm uma grande influência social e econômica nos países onde estão solidamente instaladas.

Com a intenção de oferecer um luxo acessível aos pobres, as companhias de tabaco gastam milhões de dólares em publicidade e patrocínios. A forma mais comum de promoção desse perigoso produto no Terceiro Mundo é associá-lo a prestígio, poder, liberdade e luxo.

"Nos países em vias de desenvolvimento, as doenças provocadas pelo tabaco aparecem antes que as moléstias transmissíveis e as decorrentes da desnutrição pudessem ser controladas, aumentando ainda mais o fosso entre ricos e pobres" (OMS, 1983).

Além de causar a morte, o uso do tabaco provoca outros efeitos negativos: desvia recursos econômicos que poderiam ser melhor empregados e impede a aplicação de um inestimável volume de divisas em propósitos mais úteis. A importação de tabaco por países em desenvolvimento que têm uma enorme dívida externa representa um desperdício desnecessário de recursos que poderiam ser destinados a produtos prioritários, como os alimentos. Finalmente o cultivo e o processamento do tabaco provocam efeitos negativos no meio ambiente, como a erosão do solo e o desmatamento.

Entre os países latino-americanos, o tabaco é cultivado e manufaturado na Argentina, Brasil, Costa Rica, Chile, Cuba, República Dominicana, Equador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Panamá e Venezuela. Apenas Cuba, Brasil, Equador e Honduras apresentam um saldo positivo no comércio do tabaco.

Diversos países já tentaram calcular os custos diretamente decorrentes do vício de fumar. Um aspecto importante do tema é, naturalmente, o que se refere aos cuidados com a saúde, mas os custos vão mais além. Nos Estados Uni-

dos perde-se anualmente, por motivo de mortes e de faltas ao trabalho por doença, uma quantia calculada entre 21 e 61 milhões de dólares. Esse montante não inclui o custo do tabaco nem, naturalmente, o sofrimento que as vítimas e suas famílias tiveram que suportar.

Muitos países agrícolas, como o Brasil, destinam entre 0,5% e 0,7% das terras produtivas ao tabaco. O processamento do tabaco consome de 1% a 2% de toda a lenha usada anualmente no Quênia e na Tanzânia. Essas porcentagens são inferiores aos recursos globais em terra e lenha, mas em alguns países chegam a ser significativos. Se nessas terras fossem plantados cereais, o produto seria suficiente para alimentar de 10 a 20 milhões de pessoas.

Alguns economistas afirmam que as fontes de trabalho e os rendimentos criados pelo negócio do tabaco devem ser considerados como be-



Os jovens são o alvo preferido da propaganda das grandes transnacionais do cigarro

néficos mas, mesmo que não se pudesse destinar a terra a outros fins, os custos materiais do próprio tabaco excedem em mais do dobro os lucros gerados.

O tabaco e os direitos do consumidor

Durante muito tempo o ato de fumar foi considerado exclusivamente um problema médico. Por isso mesmo, a maior parte das medidas de combate ao vício foram dirigidas aos indivíduos, enquanto as transnacionais continuaram a vender os seus produtos letais. A evidência de uma relação de causa e efeito entre o consumo do tabaco e uma saúde deficiente é, hoje em dia, incontestável. Por esse motivo, a responsabilidade pela saúde dos consumidores de cigarros deve ser transferida para os fabricantes, tal como se faz em relação a qualquer outro produto.

Os grupos de consumidores trabalham para eliminar dos mercados os produtos cuja natureza prejudicial é comprovada. Não há qualquer razão para que o tabaco seja tratado de outra maneira. Ele é o único produto publicitado que, mesmo usado corretamente, é perigoso.

O direito à segurança é o primeiro e primordial direito do consumidor. Qualquer produto que estivesse implicado em tantos casos de morte como o tabaco seria eliminado do mercado.

O direito de escolha tem sido sistematicamente ignorado graças aos milhões de dólares em publicidade e patrocínios que as companhias de tabaco gastam para recrutar novos fumantes. Uma vez que as pessoas começam a fumar, chegam rapidamente à dependência da nicotina e tornam-se vítimas do vício. Os jovens constituem um segmento do mercado altamente priorizado pela propaganda. Além disso, o direito de escolha também não existe para o fumante passivo, ou seja, a pessoa obrigada a respirar o ar contaminado, quer no trabalho quer nos demais lugares públicos.

O direito a uma informação justa e honesta é o direito de conhecer os fatos necessários para escolher e tomar uma decisão com conhecimento prévio. O tabaco requer o uso intensivo de uma variedade de pesticidas e, ao ser processado, recebe sabores sintéticos e outros

agentes químicos. Em muitos casos, não existem normas que regulamentem a tolerância aos resíduos de pesticidas; em outros casos, há uma regulamentação insuficiente quanto ao controle de qualidade do tabaco. Nenhuma organização de consumidores está disposta a aceitar essa ausência de regras para certos produtos.

O direito à indenização é o direito a reivindicações e reclamações justas. Até o momento, nenhum tribunal responsabilizou a indústria do tabaco por doenças ou mortes causadas pelo vício de fumar.

O direito a um ambiente saudável tem sido violado pelos efeitos nocivos do cultivo e do processamento do tabaco, que implicam erosão do solo e desmatamento. O tabaco é um competidor direto da produção de alimentos, já que as companhias oferecem uma ampla ajuda aos agricultores, a fim de convencê-los a cultivar tabaco em vez de produtos alimentícios.

O direito de ser ouvido é o direito de ser representado, para que os interesses do consumidor sejam levados em conta. Apesar disso, existe um poderoso grupo de pressão que tenta influenciar os governos. Eles acenam com lucros e dividendos produzidos pelo tabaco a curto prazo e ignoram os custos sociais e econômicos para a sociedade, a longo prazo.

O direito à educação do consumidor tem sido ignorado, já que a indústria do tabaco não informa os consumidores sobre as consequências da sua opção. A educação para a saúde requer um compromisso por parte dos governos, mas estes agem inconsequentemente no caso do tabaco, embora proíbam oficialmente outros produtos, confundindo assim os consumidores.

Aghast, uma campanha mundial

O 11º Congresso Mundial da Iocu, realizado em 1984, aprovou por unanimidade uma resolução para pôr em prática uma campanha mundial contra a publicidade e a promoção do tabaco. As organizações de consumidores, com farta experiência na defesa dos seus interesses, podem contribuir de maneira importante para esse fim, tendo muitas delas se manifestado de forma clara e convincente.

Endereços do PAN

América Latina

Fundación Natura (Coordinadora)
Casilla 243, Quito – Equador
Asociación Mexicana de Estudios para la
Defensa del Consumidor
Amores 109 Bis A, México 03100 DF – Mé-
xico
Ação Democrática Feminina Gaúcha
Rua Miguel Tostes 694, 90000 - Porto Ale-
gre – RS - Brasil
Miguel Grinberg, Mutantia
C.C. Central 1332, Buenos Aires 1000 –
Argentina

África

Environment Liaison Centre
P.O. Box 72461, Nairóbi – Quênia

Ásia/Pacífico

Iocu
P.O. Box 1045, 10830 Penang – Malásia

Europa

PAN
22 rue des Bollandistes, 1040 Bruxelas –
Bélgica

América do Norte

Pesticide Education and Action Project
P.O. Box 610, San Francisco, CA 94101 –
USA

CENTROS SAN

Europa

ICDA Seeds Campaign
Apartado 23398, 08080 Barcelona – Espa-
nha

África

Environment Liaison Centre
P.O. Box 72461 Nairóbi – Quênia

Ásia

Sahabat Alam Malaysia
37 Birch Lane, 10250 Penang – Malásia

América do Norte

IGRP/RAF International
P.O. Box 1029 Pittsboro, NC 27312 – USA

América Latina

Não existe no momento centro regional.
Escrever diretamente para RAF ou ICDA.

A nova rede de trabalho da campanha re-
centemente lançada foi chamada de Aghast, si-
gla em inglês dos Grupos de Ação contra a Pu-
blicidade e Promoção do Tabaco (Action
Groups to Halt Advertising and Sponsorship of
Tobacco). Essa campanha ataca o direito das in-
dústrias do tabaco de promoverem os seus pro-
dutos e de convencerem os não-fumantes a ad-
quirirem o vício. “O vírus da gripe não faz pu-
blicidade e as bactérias nunca contribuem finan-
ceiramente com os acontecimentos esportivos.
No entanto, o órgão que provoca o mal de fu-
mar – a indústria do tabaco – continua a promo-
ver e vender cigarros, além de pressionar os go-
vernos no sentido de continuarem a propagar
essa doença” (Boletim de maio/junho 1986 da
Iocu).

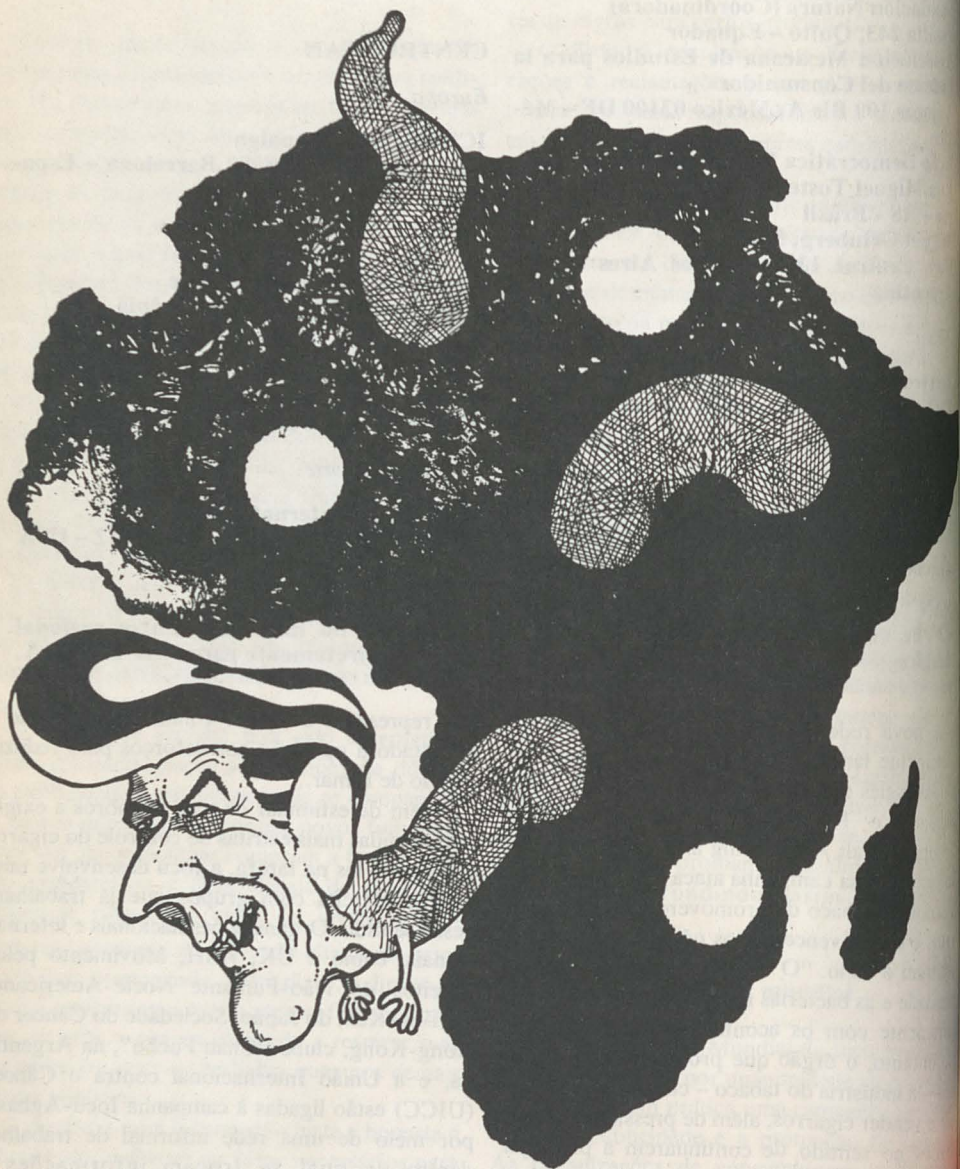
A campanha da Aghast não está dirigida ao
fumante – a vítima – mas à indústria do tabaco,
1986 – Dezembro – nº 96

que representa a maior, a mais determinante e
devastadora oposição aos esforços para reduzir
o vício de fumar.

Além de estimular os seus membros a exigi-
rem medidas mais estritas de controle do cigarro
e a assisti-los na tarefa, a Iocu desenvolve uma
ligação estreita com grupos que já trabalham
nesse sentido. Organizações nacionais e interna-
cionais, como a UK, ASH, Movimento pelos
Direitos do Não-Fumante Norte-Americano,
Ken-en-Ken, do Japão, Sociedade do Câncer de
Hong-Kong, clube “Chau Pucho”, na Argenti-
na, e a União Internacional contra o Câncer
(UICC) estão ligadas à campanha Iocu-Aghast,
por meio de uma rede informal de trabalho,
dentro da qual se trocam informações e
planos*.

* Extraído da exposição de Atie Schipaanboord, coordena-
dor da Aghast.

Humor



MICHELANGELO



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

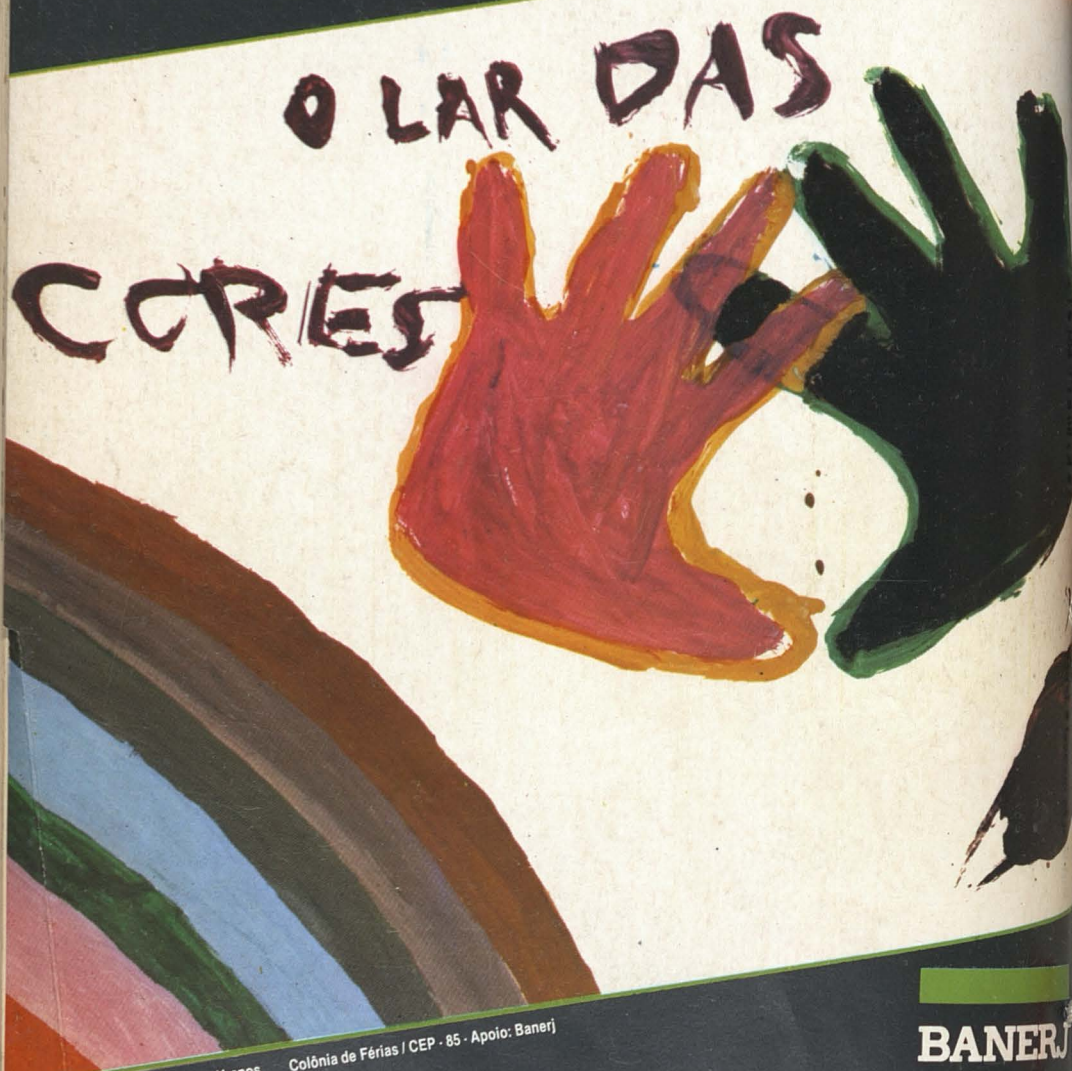
Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

A LIBERTAÇÃO
E A PROSPERIDADE
DAS NAÇÕES EMERGENTES
SERÃO O FRUTO DE NOSSA UNIÃO



Desenho de Alex Simon Lago - 11 anos Colônia de Férias / CEP - 85 - Apoio: Banerj

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

APOIANDO A UNIÃO
FRATERNAL DOS POVOS